



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA
DOUTORADO EM LINGUÍSTICA**

KARINA ARAGÃO DE SIQUEIRA

**ORTODOXIA E HETERODOXIA NOS RELATOS DO SUJEITO COLETIVO
MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: AMAR A SI MESMO COMO AO
PRÓXIMO**

FORTALEZA

2014

KARINA ARAGÃO DE SIQUEIRA

ORTODOXIA E HETERODOXIA NOS RELATOS DO SUJEITO COLETIVO MULHER
VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: AMAR A SI MESMO COMO AO PRÓXIMO

Tese de doutorado apresentada à banca examinadora constituída pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Linguística. Área de Concentração: Linguística.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sandra Maia Farias Vasconcelos

FORTALEZA

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- S63o Siqueira, Karina Aragão de.
Ortodoxia e heterodoxia nos relatos do sujeito coletivo mulher vítima de violência doméstica : amar a si mesmo como ao próximo / Karina Aragão de Siqueira. – 2014.
169 f. : il., enc. ; 30 cm.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2014.
Área de Concentração: Linguística.
Orientação: Profa. Dra. Sandra Maia Farias Vasconcelos.
- 1.Violência contra as mulheres – Fortaleza(CE). 2.Violência contra as mulheres – Grupos de discussão pela Internet – Análise do discurso. 3.Boletim de ocorrência – Fortaleza(CE) – Análise do discurso. 4.Narrativas pessoais. I.Título.

KARINA ARAGÃO DE SIQUEIRA

ORTODOXIA E HETERODOXIA NOS RELATOS DO SUJEITO COLETIVO MULHER
VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: AMAR A SI MESMO COMO AO PRÓXIMO.

Tese apresentada ao Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Linguística. Área de concentração: Linguística.

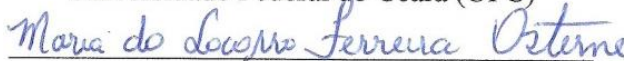
Aprovada em: 31/07/2024.

BANCA EXAMINADORA



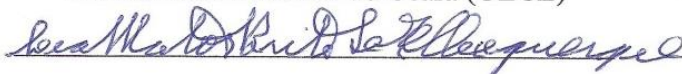
Profª Drª Sandra Maia Farias Vasconcelos (Orientadora)

Universidade Federal do Ceará (UFC)



Profª Drª Maria do Socorro Ferreira Osterne.

Universidade Estadual do Ceará (UECE)



Profª Drª Lia Matos Brito de Albuquerque.

Universidade Estadual do Ceará (UECE)



Profª Drª Claudiana Nogueira de Alencar.

Universidade Estadual do Ceará (UECE)



Profª Drª Maria Elias Soares.

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Dedico este trabalho às mulheres de todas as
épocas e de todas as culturas.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vontade de persistir nos momentos em que o sonho do Doutorado parecia inviável.

À minha família querida, meu pai Siqueira pelo carinho, amor e compreensão em todos os momentos; minha mãe, Elizabeth, pelo amor, dedicação e apoio e meu irmão Adonai pela paciência, amizade e pela confiança no meu progresso.

Ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, na pessoa da Coordenadora Profa. Margarete Fernandes, pela oportunidade e confiança em mim depositada.

Aos professores da Pós-Graduação em Linguística, pela atenção, disponibilidade, crescimento profissional e formação como pesquisadora da linguagem.

À Professora Sandra Maia Vasconcelos, pela atenção, compreensão em momentos difíceis na minha vida pessoal e profissional e por sempre acreditar na minha capacidade.

Aos Secretários do Programa, Eduardo, Vanessa e Antônia pela disponibilidade em resolver as dificuldades burocráticas relacionadas ao Doutorado.

Ao GELDA, pela vontade contagiante de crescer nos estudos científicos sobre a linguagem e sobre o discurso biográfico, pela amizade e confiança que sempre recebi de todos.

Aos colegas, pelo companheirismo, atenção e amizade compartilhados ao longo do curso, especialmente ao Pedro Henrique.

À Delegacia de Defesa das Mulheres, especialmente à assistente social, pela atenção e informações fundamentais à realização deste trabalho.

A todas às mulheres participantes do site Lei Maria da Penha, pela confiança em mim depositada.

“Não se nasce mulher: torna-se.”
(Simone de Beauvoir)

RESUMO

A pesquisa analisa o discurso das mulheres que sofrem violência cometida por seus parceiros ou ex-parceiros a partir dos boletins de ocorrência da Delegacia da Defesa das Mulheres em Fortaleza e dos relatos no site www.leimariadapenha.com.br. A finalidade deste trabalho consiste em analisar o sujeito coletivo em narrativas de vida considerando a proposta teórica de Lefèvre (2005) sobre o sujeito coletivo, a perspectiva de categoria de situação de Bertaux (2010), a reflexão de Foucault (2002) sobre o discurso e o sujeito e a representação social do sujeito de Goffman (2002) e a narrativa ortodoxa e a heterodoxa de Maia-Vasconcelos (2014). Temos, portanto, uma relação, segundo Morin (2010), parte-todo complexa, pois cada indivíduo com características particulares diferentes em cada narrativa de vida dão vez a um todo com características singulares chamado de sujeito coletivo. A tese verificou a formação de um sujeito coletivo a partir de relatos de mulheres que vivem situações semelhantes integrando-se, assim, em uma mesma categoria de situação vivenciada, mesmo não se conhecendo e vivendo em regiões geograficamente distantes. Os relatos avaliados são obtidos no fórum virtual “Casos e Testemunhos” e na delegacia de Defesa das Mulheres. A leitura dos relatos permitiu ressaltar aspectos que nos levam a crer que existe uma subjetividade embutida nos discursos dessas mulheres que as aproximam do ponto de vista sociovivencial. O discurso do sujeito coletivo pode ser percebido, segundo Lefèvre (2005) como a representação discursiva de uma coletividade a respeito de um determinado tema. No fórum virtual, a narrativa heterodoxa surge a partir de um sujeito que escolhe os fatos vividos que devem ser relatados e como devem ser apresentados em um processo de ressignificação do vivido partilhando de uma mesma comunidade discursiva. No boletim de ocorrência, a narrativa ortodoxa, surge a partir de um sujeito que também escolhe os fatos que devem ser relatados, mas não como devem ser relatados. Estes sujeitos, encontrados nos boletins de ocorrência, partilham de uma mesma comunidade ideológica que denuncia e não deseja pedir medidas protetivas de urgência. Esta perspectiva de pesquisa vislumbra a Complexidade defendida por Morin (2010), numa relação de parte-todo, em que cada parte está relacionada com o todo, ou seja, cada narrativa de vida, apesar de divergente, apresenta, ao mesmo tempo, características que indicam uma categoria de situação e formam uma coletividade que não é apenas um agrupamento de sujeitos com narrativas de vida, ela é mais do que isso, uma vez que surge uma unidade inédita que é o sujeito coletivo.

Palavras-chave: Ortodoxia. Heterodoxia. Violência contra as mulheres. Escrita de si.

ABSTRACT

This research analyses women's testimonials about their perception and experiences of violence by intimate partner. The corpus is constituted by police reports, which were collected from a Women Police Station, from Fortaleza, and by women's comments, which was collected in the virtual forum found on the site www.leimariadapenha.com.br. Assuming Lefèvre's (2005) collective subject notion, Bertaux's (2010) category of situation, Foucault's notions (2002) of discourse and subject, and Goffman's (2002) subject and social representation, and Maia-Vasconcelos' (2014) orthodoxical and heterodoxical narratives, as the theoretical and methodological backgrounds, the research aims to analyse the collective subject from narratives of life. It was verified the construction of a collective subject from the speech of women who experienced similar violence by partner. In this sense, the integration of women in one category of situation became possible, even though they did not meet each other and lived in distant places. That is a part-whole complex relation, according to Morin (2010), in the sense that each individual, particular, and distinct characteristics of each narrative of life form a whole with common characteristics that integrates each narratives, which is called collective subject. The reading of both police reports and comments allowed us to highlight points that indicate a subjectivity inside the women's testimonials, which integrates all of them in a same social and experiential point. According to Lefèvre (2005), the collective subject's speech can be understood as a discursive representation about a specific theme. In the virtual forum, the heterodoxical narrative emerges from a subject that selects experiences that must be related and that also selects how they must be presented in a process of resignification of its experiences, sharing them to the same discursive community. In the police reports, the orthodoxical narrative emerges from a subject that also select the experiences to be related, but not how they must be presented. These both subjects share the idea from a same ideological community that delate the violence, but do not ask for urgent protected actions. As a consequence, this perspective assumes the Complexity supported by Morin (2010), in which a part-whole relation integrates each part in a single whole, that is, each narrative of life. Even though the parts are in disagreement, they present, simultaneously, a single category of situation and form a collectivity that is not only a group of subjects with their narratives of life. Furthermore, it is a collective subject.

Keywords: Orthodoxy. Heterodoxy. Violence against women. Writing on itself.

RESUMÉ

Cette étude cherche à analyser le discours des femmes victimes de violence de leurs compagnons ou ex-compagnons en partant de rapports de police recueillis dans les archives du Commissariat de Police et Gendarmerie en défense de la femme à Fortaleza et les récits recueillis sur le site www.leimariadapenha.com.br. Le but de notre thèse est d'analyser le sujet collectif dans les récits de la vie compte tenu de la proposition théorique de Lefèvre (2005) sur le sujet collectif, la perspective de la catégorie de situation de Bertaux (2010), la réflexion de Foucault (2002) sur le discours, le sujet et la mise en scène du sujet de Goffman (2002) et le récit orthodoxe et le récit hétérodoxe de Maia-Vasconcelos (2014). Nous avons donc un rapport, selon Morin (2010), complexe, tout et ses parties, car chaque individu avec des caractéristiques différentes dans chaque récit de vie particulier donne vie à un tout complexe muni des caractéristiques singulières appelé sujet collectif. La thèse a pu rendre compte de la formation d'un sujet collectif né dans les récits des femmes qui vivent des situations de violence similaires s'intégrant ainsi dans la même catégorie de situation vécue, quoiqu'elles ne se connaissent point et ne vivent non plus dans les mêmes régions géographiquement. Les récits analysés furent recueillis du forum virtuel "Casos e Testemunhos" et au Commissariat Spécialisé pour la Défense de la Femme. La lecture des récits nous a permis de souligner des aspects qui nous amènent à croire à l'existence d'un rapport socio-existential encastré dans le discours de ces femmes. Le discours du sujet collectif peut être perçu, selon Lefèvre (2005) comme la représentation discursive d'une collectivité sur un thème donné. Dans le forum virtuel, le récit hétérodoxe naît d'un individu qui choisit les faits vécus qui doivent être signalés et la façon dont ils doivent être présentés dans un processus de redéfinition du partage du vécu dans la même communauté discursive. Dans le rapport de police, le récit orthodoxe émerge d'un individu qui choisit également les faits qui doivent être signalés, mais non pas la façon dont ils doivent être signalés. Ces sujets trouvés dans les rapports de police, partagent une communauté idéologique commune qui dénonce, mais ne désirent pas demander des mesures de protection urgentes. Cette perspective de recherche perçoit la complexité défendue par Morin (2010), dans un rapport de parties-tout, où chaque partie est liée à l'ensemble, c'est-à-dire, chaque récit de vie, en dépit d'avoir des caractéristiques divergentes, présentent des fonctionnalités indiquant une catégorie de situation et forment une communauté qui n'est pas seulement un groupe de sujets avec des récits de vie, il est plus que cela, car il y a une unité sans précédent qui se pose: le sujet collectif.

Mots-clés: Orthodoxie. Hétérodoxie. La violence contre les femmes. Écriture de soi.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro-síntese linguístico-analítico exemplificador do Fórum.....	90
Quadro 2 - Quadro-síntese linguístico-analítico exemplificador dos BO.....	91

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Parte-todo proposta por Morin.....	32
Figura 2 - Comunicação por Internet proposta por Marcoccia.....	76
Figura 3 - Sujeito Coletivo em Narrativa Heterodoxa proposta por Siqueira.....	105
Figura 4 - Sujeito Coletivo em Narrativa Ortodoxa proposta por Siqueira.....	116

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise do Discurso Iniciada por Pêcheux
BO	Boletim de Ocorrência
FV	Fórum Virtual
SVI	Situação de Vida Individual
UNESP	Universidade Paulista-Araraquara
UFC	Universidade Federal do Ceará

.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	25
2.1	Filosofia escolástica clerical e empirismo: do divino ao terreno.....	25
2.2	Empirismo x Racionalismo: <i>mainstreans</i> que iniciaram o positivismo.....	27
2.3	Popper x círculo de Viena: formação do racionalismo crítico	29
2.4	Complexidade: uma proposta epistemológica em ascensão.....	32
2.5	Análise do discurso: linha histórica.....	34
2.5.1	<i>Concepção de discurso na análise do discurso</i>	36
2.5.2	<i>Reflexão sobre a AD de Pêcheux: francesa e brasileira</i>	37
2.6	Discussões sobre relacionamento e intimidade.....	40
2.6.1	<i>Primeiros passos rumo à cidadania</i>	44
2.6.1.1	<i>Mulher latina: mescla do passado com o presente</i>	48
2.7	Narrativa de vida: reflexão sobre a subjetividade	49
2.7.1	<i>História de vida, narratividade ou autobiografia? discussão de conceitos</i>	51
2.7.2	<i>Historicidade dos estudos biográficos</i>	53
2.7.3	<i>Método biográfico etnossociológico</i>	55
2.8	Proposta da consciência coletiva: um sujeito complexo.....	57
2.8.1	<i>Discussões sobre o sujeito foucaultiano</i>	59
2.8.2	<i>Ethos discursivo e a representação social</i>	61
2.9	História de vida e categoria de situação.....	64
2.10	Sujeito coletivo: uma proposta metodológica.....	73
2.11	Fórum virtual ou eletrônico: gênero textual e características particulares.....	74
2.12	Boletim de ocorrência: gênero textual.....	79
2.12.1	<i>Estrutura textual do BO</i>	80
3	METODOLOGIA.....	83
3.1	Procedimento de coleta	83
3.2	Procedimentos de análise e tratamento dos dados.....	85
4	ANÁLISE DOS DADOS.....	90
4.1	Sujeito coletivo, foucaultiano e etnossociológico.....	92
4.2	Fórum: heterodoxia.....	94
4.2.1	<i>Representação de si no discurso: vítima legítima ou legitimada?</i>	96

4.2.2	<i>Cenário na narrativa heterodoxa</i>	98
4.2.3	<i>Fachada pessoal</i>	100
4.2.4	<i>Sujeito coletivo em narrativa heterodoxa</i>	102
4.3	Boletim de ocorrência: ortodoxia	106
4.3.1	<i>A Representação de si em narrativa ortodoxa</i>	108
4.3.2	<i>Cenário na narrativa ortodoxa</i>	109
4.3.3	<i>Fachada pessoal</i>	110
4.3.4	<i>Sujeito coletivo em narrativa ortodoxa</i>	114
4.4	Quadro de experiência: intercomunicação discursiva	117
5	CONCLUSÕES	121
	REFERÊNCIAS	129
	ANEXOS A – RELATOS EM FÓRUM VIRTUAL	135
	ANEXOS B – RELATOS EM BO	142

1 INTRODUÇÃO

No bairro, não se fala outra coisa... Mais uma vez, ouvimos falar de mulheres que ao serem espancadas pelo marido, ex-marido, namorado, irmão, padrasto ou pai apitam muito alto para que as outras mulheres da redondeza tentem defendê-la. Esta atitude, ainda que de forma tímida, tem silenciado as agressões dos homens contra as mulheres no bairro. Olhando para o passado, lembro-me de tias que não podiam nem ver a luz do sol da janela do quarto delas porque não havia janela. A única saída do quarto das mulheres era pela porta que dava acesso ao quarto dos meus avós. Assim, eles tinham controle sobre o movimento delas pela casa, eximindo-as assim de qualquer possibilidade e sem chances de fuga ou de encontros pela madrugada. Relatos como esses chamaram a minha atenção desde a minha infância sobre o tratamento diferenciado dado a homens e mulheres na sociedade brasileira, principalmente a sociedade nordestina, marcada pelo clichê do ‘cabra macho’. E todos esses fatos se confirmam até hoje.

A sociedade brasileira tem visto, através dos meios de comunicação muitos casos de violência contra mulheres, e, também, é grande a quantidade de sites destinados aos relatos de mulheres sobre a violência doméstica (www.lemariadapenha.com; www.chame.org.br, entre outros). Os estudos na área da saúde, segundo Chraiber (2002), relatam que, assim como em outros países, os casos de violência física em mulheres que necessitam do serviço público de saúde são, na maioria, causados por companheiros e familiares. Além dos estudos na área da saúde, os estudos sociais também trazem informações com números alarmantes sobre a violência contra a mulher.

As estatísticas indicam que as relações de maior tentativa de homicídio e execução são causadas dentro do ambiente familiar. Assim, entre os agressores denunciados nos boletins de ocorrência registrados no município de São Paulo, os dados agrupados mostram que 49% são homicidas de companheiras (amante, noiva, namorada, esposa). Segundo Blay (2008), uma pesquisa feita pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo mostra que foram encontrados nos Boletins de Ocorrência 669 relatos de mulheres vítimas de armas de fogo, sendo que 285 já tinham morrido. Aquelas que sobreviveram estavam hospitalizadas com diversos tipos de ferimentos e diversidade de gravidade. Há o agravante comentado pela autora que a polícia afirma ser difícil o processo de investigação devido à ausência de informações precisas sobre o homicídio (nome da rua, o nome completo da vítima e do suspeito, por exemplo), além de falta de isolamento da área do crime, dificultando a coleta de provas.

Blay (2008) relata que, a percepção errônea de que a maior parte dos casos está entre os mais pobres ocorre devido à ocultação dos fatos de violência entre a população mais rica, distorcendo estes fatos e, assim, os ocultando. Além da maior facilidade ao acesso a advogados e, por consequência, ao afastamento dos agressores das prisões.

Diante desta realidade, que não é somente brasileira, foram surgindo várias entidades pelo mundo que se preocupam com esta visão de dominação na relação homem-mulher. Dentre elas, segundo Ramacciotti (1998), podemos destacar as ações feitas pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e pelo Sistema Interamericano promovido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que entendem haver uma relação direta entre a melhoria da qualidade de vida das mulheres e da igualdade entre os gêneros com a melhoria na qualidade de vida da população de modo geral, ou seja, investir nas mulheres resulta em melhorias na qualidade de vida da população.

Nos diversos casos ouvidos nos noticiários, nos relatos advindos da população e lidos nos livros de História ao longo da vida sobre a maneira como as mulheres foram e são tratadas nas sociedades ao redor do mundo, é comum vermos destacarem-se a agressividade, a humilhação e a ideia de posse do homem sobre o feminino, sendo a imagem da supremacia masculina vangloriada nos púlpitos das igrejas e dos templos. A observação dessa cultural subserviência e a vivência mesma desta maneira de ser tratada como ‘apenas uma mulher’, tal como nos canta o poeta Caetano Veloso¹ (1998), sempre nos causavam indignação e o questionamento sobre esse comportamento e o posicionamento ideológico de superioridade inserido nele. A questão da igualdade entre os homens, de fato, ocorre entre eles, pois, mesmo em uma sociedade dita moderna ocorrem diversas notícias de mulheres agredidas e o sentimento de humilhação e desrespeito, comentado entre amigas sobre o relacionamento com o masculino, seja ele um familiar ou um parceiro amoroso. Esses fatos parecem se basear na cultura ou na tradição. A tradição envolve, de alguma forma, o controle do tempo. Em outras palavras, o que nos cabe perfeitamente neste estudo, “a tradição é uma orientação para o passado, de tal forma que o passado tem uma pesada influência ou, mais precisamente, é constituído para ter uma pesada influência para o presente” (GIDDENS, 1997, p. 80). Isso nos remete a um interesse em conhecer, ainda que, neste estudo, não seja nosso foco, o que vem a ser a tradição quando se trata de perpetuar a violência.

A existência de uma Lei, no Brasil, específica para punir casos de violência contra mulheres e de uma Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres já reafirma a necessidade de

¹ Esse Cara In: CD Prenda Minha - ao vivo. São Paulo: Polygram, 1998.

lutar contra essa tradicional superioridade masculina na cultura brasileira, que parece ser ainda constitutivo da sociedade, natural, comum como o fato de ser a mulher aquela pessoa, que gera os filhos.

Por entendermos que todo discurso posto é, antes de tudo, um discurso imposto, e por não concordarmos com o chavão rodrigueano de que ‘mulher gosta de apanhar’, procuramos estudar possíveis razões para essa manutenção discursiva da violência contra a mulher nos relatos de mulheres, que sofrem agressões físicas e psicológicas de seus parceiros, relatos que coletamos em duas fontes: 1- no site www.leimariadapenha.com.br, especificamente, no fórum virtual “Casos e Testemunhos” inserido no reportado site; e 2- nos boletins de ocorrência que nos foram disponibilizados pela Delegacia da Mulher de Fortaleza.

Posto isso, vale dizer que nosso tema de pesquisa é o discurso das mulheres vítimas de violência de seus parceiros acerca da violência a que se submetem ou são submetidas. Tendo em vista tais considerações, um estudo piloto dos relatos de mulheres, que se enquadravam nessas circunstâncias, nos permitiu vislumbrar uma categoria de situação que indica a existência de um sujeito coletivo, ou seja, um sujeito que surge a partir da congruência dos relatos apresentados sobre as situações vividas pelas mulheres. Esse fenômeno da unificação dos discursos, levando o conjunto de relatos a se tornarem um relato homogêneo e único – o sujeito coletivo descrito por Lefèvre (2005; 2010), de certo modo, nos remete ao pensamento complexo de Morin (2010), sobretudo quando o filósofo francês nos indica somos uma constelação de seres em movimento complexo. Para Morin, os indivíduos têm dentro de si valores e características da sociedade da qual participam em que o todo – sociedade – está presente na parte- indivíduo- da mesma forma em que a parte-indivíduo- interfere no todo-sociedade (MORIN, 2010). Em se tratando de uma extensão desse pensamento ao nosso objeto em estudo, podemos dizer que as mulheres fazem parte do todo – sociedade –, ao mesmo tempo em que o todo faz parte delas.

Nesta relação dialógica e alinhada à Complexidade, é encontrado o sujeito coletivo em uma categoria de situação vivida, vez que todos vivenciam a mesma situação e seus discursos entram em sintonia. Nesse sentido, estudamos o discurso das mulheres vítimas de violência por parceiros coletado no fórum virtual “Casos e Testemunhos” e nos boletins de ocorrência a Delegacia de Defesa das Mulheres de Fortaleza a fim de analisar a constituição de um sujeito coletivo.

Quando demos início a uma pesquisa sobre violência contra mulheres, não imaginávamos que iríamos nos deparar com uma literatura vasta sobre o tema violência e sua relação com a história das mulheres: Blay (2008), Del Priore (2009; 2011; 2012; 2013), Perrot

(2008; 2010; 2011), Tourraine (2007), Fernandes (2010), Boff e Muraro (2010), Osterne (2008), Butler (2013) como também sobre a Lei Maria da Penha que está, em suas origens históricas, associada à história de vida de Maria da Penha, história que ela traz em seu relato autobiográfico (FERNANDES, 2010). No intuito de iniciar a pesquisa, fomos à Delegacia de Defesa da Mulher em Fortaleza², a fim de nos inteirarmos das narrativas de vida lá registradas sob a forma de depoimentos. Nossas visitas à delegacia ocorreram durante seis meses (agosto a novembro de 2011), tempo durante o qual mantivemos contato com a assistente social, de forma muito restrita, que nos forneceu boletins de ocorrência (BO) para o empreendimento de nossa pesquisa após a explicação dos objetivos de nosso estudo. Também procuramos casos de violência na internet, durante o período entre agosto de 2011 e agosto de 2012, e encontramos, dentre outros, o site da organização de defesa dos direitos das mulheres criado por Fernandes (2010). Esse site apresenta, entre seus objetivos, a promoção de um fórum para discussão sobre os casos de violência, além de incentivar a narração de fatos vividos e testemunhos de agressividade contra mulheres por parte de seus parceiros³ ou ex-parceiros. Os relatos foram lidos e selecionados para a nossa pesquisa, em seguida, impressos mantendo preservada a identidade das mulheres que relatavam os casos de violência que sofreram.

Diante dos diversos trabalhos mencionados, anteriormente, tratando sobre a relação mulher x sociedade x cultura e dos textos que coletamos no fórum e nos BO, totalizando 41 documentos. Procuramos pesquisas sobre relações entre gêneros e nos deparamos com um rico conjunto de pesquisas sobre este tema em comunidades científicas de universidades de países nos cinco continentes. Assim, Ahlers (2012) publicou um artigo sobre a linguagem dos nativos da Califórnia examinando a socialização das regras sobre gênero; Atanga (2012) publicou também um artigo que examina os argumentos que legitimam a construção de um modelo de mulher camaroniana que discursa no Parlamento de Camarões mantendo expressões indicadoras do estereótipo da mulher voltada para os afazeres domésticos; Meyer (2003) também publicou um artigo sobre a relação entre gêneros e a educação no Brasil e na sociedade ocidental; Fishman (2010) escreveu sobre a imposição dos informantes masculinos na tomada e prosseguimento da conversa; West e Zimmerman (2010) mostraram como as mulheres possibilitam as interrupções no turno de fala para tomar o controle nas conversas; Cameron (2010) analisa a conversa entre rapazes na construção da masculinidade heterossexual, Ellece (2012) publica um trabalho sobre a construção do discurso da maternidade em Tswuana durante cerimônias de casamento ou negociações de cerimônia e, por fim, Osterne (2008) que

² Localizada na rua Manoelito Moreira, nº 12, bairro Centro

³ Vale ressaltar que o conceito de parceiro ao largo de parceira, compartilhamento.

mostrou a partir de ocorrências encontradas na Delegacia de Defesa das Mulheres a existência do poder e da violência no âmbito doméstico.

Há muitos exemplos de pesquisas nesse sentido que podem ser comentados e discutidos. Entretanto, não é nosso objetivo falar sobre todos e nem conseguiríamos devido à extensão da bibliografia. Ademais, isso fugiria aos nossos propósitos. Podemos, no entanto, afirmar que nossa pesquisa procura trazer contribuições a este universo de pesquisas ao propor, a partir das narrativas de mulheres que sofrem violência por parte dos seus parceiros ou ex-parceiros um sujeito coletivo constituído em uma categoria de situações vividas. Acreditamos que pelo discurso dessas mulheres, embora individual e único, possamos desvendar que cada situação vivida propicia a análise de um posicionamento social historicamente constituído. Tal estudo não foi contemplado por nenhuma das pesquisas mencionadas anteriormente.

Diante da perspectiva de análise de congruência de discursos, Lefèvre (2005; 2010) propôs uma metodologia de análise do discurso do sujeito coletivo cujo objetivo é construir o posicionamento ideológico de um grupo de pessoas, que vivenciam uma situação semelhante. Porém, o autor não observa a influência do contexto histórico e do poder inserido nas relações humanas e presentes nos discursos analisados. Diante dessa percepção, verificamos que o estudo de Foucault (2002) bem anterior ao de Lefèvre, aponta para tal preocupação ao observar que a História está presente nos discursos analisados, bem como as relações de poder em todas as relações humanas.

Nesse sentido, baseando-nos no posicionamento de Morin (2010), percebemos a construção de um pensamento complexo em que cada parte possui dentro de si características, que indicam a organização do todo, mas, ao mesmo tempo, o todo representa as partes. Vale ressaltar que essa linha de pensamento nos serve de alinhamento epistemológico para a análise do sujeito coletivo a partir do cruzamento que propomos entre as teorias de Foucault (2002), Lefèvre (2005), Bertaux (2010) Goffman (2002) e Maia-Vasconcelos (2014).

O pensamento complexo defendido por Morin (2010), assim como a perspectiva de Foucault (2010), afirma que a influência do contexto histórico conduz o discurso do sujeito. As características culturais, tais como: valores morais, costumes de vestimenta, modos de diversão inserem o sujeito na sociedade. Podemos, por conseguinte, refletir sobre a existência de um sujeito coletivo *mulher agredida por seu parceiro* que se propõe como produtor de uma narrativa que se apresenta alinhada aos fatores históricos vividos, associando-os às situações vividas por mulheres que enfrentam situações de violência.

Nosso objetivo, então, consiste em analisar a emergência de um sujeito coletivo a partir da representação social que ele aponta para si, considerando a visão de Goffman (2002),

a fim de demonstrar-se como um ser no mundo social, com posicionamentos aceitáveis ou recusáveis pela sociedade assume máscaras sociais a fim de trazer uma imagem de si. O discurso assume o local em que esse sujeito mostra tal representação de si em dois tipos de narrativas: heterodoxa e ortodoxa.

Tanto na escrita de si mesmo, quanto na escrita de si a partir de outro indivíduo, é identificada a congruência discursivo-ideológica sobre os fatos vividos pelos indivíduos sobre os quais esta tese se desenvolve. Definimos também que, nos relatos observados, são encontrados modelos sociais indicadores de um sexismo inserido no arquivo discursivo, que, por sua vez, influencia a construção do sujeito coletivo nas representações de si, ou seja, da máscara social que as mulheres deixam transparecer nos seus discursos, pois em escrita de si defendemos a consciência do dito. Além disso, temos o contexto sócio-histórico relacionado aos sentidos mais recorrentes nos discursos analisados na memória discursiva das narradoras/depoentes.

Esta proposta de análise inserida na linha de pesquisa Análise do Discurso de perspectiva francesa traz duas contribuições: a primeira aponta para a possibilidade de inserir, em uma linha de pesquisa já consagrada, a possibilidade de fazer emergir a análise do sujeito coletivo em narrativas ortodoxas e heterodoxas (MAIA-VASCONCELOS, 2014). As narrativas ortodoxas referem-se a relatos prototípicos, narrativas que estão organizadas em uma sucessão cronológica sobre os fatos e acontecimentos relatados; paralelamente, mas não em contradição, a narrativa heterodoxa organiza-se de acordo com a sucessão íntima e individual, que o sujeito estabelece no ato de relatar associando fatos pelo critério da emoção e não pelo critério cronológico dos acontecimentos, segundo Maia-Vasconcelos (2014). Nessa perspectiva, a temporalidade perde sua dimensão cronológica para assumir uma dimensão de sentido⁴ de significação. A segunda contribuição estende-se a qualquer pesquisador, que deseje obter dados sobre uma comunidade a respeito de uma situação vivenciada por um grupo, seja na política, seja na economia, seja em qualquer outro campo científico ou de interesse diverso (estatística governamental, política, comércio, etc). Sugerimos assim futuras pesquisas para a continuidade desta proposta de análise a fim de aprofundar o estudo neste campo de pesquisa. Desenvolvemos o sujeito coletivo de acordo com essa reflexão anteriormente mencionada.

Tendo em vista essas considerações, nosso trabalho visa a analisar a constituição do sujeito coletivo que emerge em narrativas ortodoxas e heterodoxas de mulheres vítimas de situações de violência singulares e semelhantes a partir do cruzamento, que propomos entre as

⁴ Maia-Vasconcelos (2010) trabalha sobre as três dimensões de sentido: 1- sentido como direção; 2- sentido como sensação; 3- sentido como significação. Para nosso estudo, consideraremos a significação.

perspectivas dos trabalhos de Foucault (2002, 2007), de Lefèvre (2005), de Bertaux (2010), de Goffman (2002) e de Maia-Vasconcelos (2014). Desse modo, decorrem os seguintes objetivos específicos: i) analisar o sujeito que se constrói no enfrentamento da relação de poder estabelecida entre os parceiros, que tem suas bases no processo histórico encontrado nos bastidores da prática discursiva; ii) verificar a presença de um sujeito coletivo em um grupo social encontrado em boletins de ocorrência e em um fórum virtual temático a partir da representação, que o sujeito faz de si em narrativas de vida; iii) verificar a construção de uma categoria de situação a partir dos relatos de mulheres, que sofrem violência doméstica.

O sujeito coletivo aqui trabalhado se constitui em cada situação vivida pelas mulheres agredidas por parceiros ou ex-parceiros; situações em que, não obstante cada uma delas traz histórias de vida diferentes, vivendo em lugares diferentes do Brasil⁵, com níveis de escolaridade diversificados (pedagoga, empregada doméstica, entre outros), essas mulheres compartilham e comungam uma mesma situação vivida. Na medida em que cada relato traz fatos semelhantes comentados por estas mulheres no fórum e nos boletins de ocorrência, percebemos que elas fazem parte de um todo, ou seja, de um mosaico de relatos constituídos coletivamente. Posto isso, nosso questionamento se formulou da seguinte maneira: Como analisar a emergência de um sujeito coletivo em narrativas de vida heterodoxas e narrativas ortodoxas quando esses sujeitos são de realidades intangíveis, a saber, Fórum virtual e BO? Além disso, percebemos que cada parte não é menor do que o todo, pois cada situação vivida tem suas particularidades, uma vez que a situação vivida pertence às histórias de vida únicas, singulares. Também percebemos, que o todo não é menor do que essas partes, pois o sujeito coletivo formado a partir destas partes torna-se um novo sujeito com características únicas.

Alinham-se aos objetivos já mencionados, os seguintes problemas: i) Como historicamente, o enfrentamento constrói a relação de poder entre vítima e agressor? ii) Como, nas narrativas ortodoxas e nas heterodoxas, emerge o sujeito coletivo em representações de si feitas pelo sujeito, nos relatos do Fórum e nos relatos em BO? iii) Como verificar a construção de uma categoria de situação a partir dos relatos de mulheres, que sofrem violência doméstica? Estes problemas estão relacionados ao seguinte problema central: Como se descreve o sujeito coletivo em narrativas ortodoxas e nas heterodoxas de mulheres, que sofrem violência doméstica? Diante destes problemas, se impõem as seguintes hipóteses: i) O cruzamento das análises permite vislumbrar o critério sexualidade como fator de avaliação da dicotomia “mulher respeitável x mulher não-respeitável” que estabelece a relação de poder entre os

⁵ Nos relatos do fórum, há mulheres de Goiás, outras de São Paulo e outras do Rio de Janeiro.

parceiros; ii) A representação de si do sujeito coletivo apresenta uma posição social escolhida pelos atores no processo discursivo e, ao mesmo tempo, direcionada pelo processo histórico; iii) A categoria de situação formada nos relatos ocorre a partir do estudo sobre os acontecimentos ocorridos no percurso biográfico do autor e sobre a importância desses fatos para o autor. Estas hipóteses estão relacionadas à seguinte hipótese central: O sujeito coletivo encontra-se numa relação de parte-todo, ou seja, cada narrativa de vida insere-se em uma categoria de situação vivida em que se integram. Entretanto, o todo (sujeito coletivo, no nosso caso) não é o somatório dessas partes (cada narrativa de vida), pois cada narrativa remete a uma situação vivida singular, mas essas partes podem ser relacionadas a um todo, que forma uma nova identidade: a subjetividade coletiva.

Diante destas reflexões, percebemos que o estudo sobre o discurso do sujeito coletivo em narrativas de vida está coerente com a linha epistemológica da complexidade de Morin (2010) em que “a diversidade organiza a unidade que organiza a diversidade” (MORIN, 2010, p. 261). O sujeito coletivo está na ordem da diversidade, pois é composto por cada narrativa de situações de vida singulares, individuais, por outro lado, também esta narrativa se compõe pelo todo coletivo, pois o posicionamento social, que traz para si, está apoiado no posicionamento do grupo a que pertence. Além disso, conforme Foucault (2010), o contexto histórico e a relação de poder presentes nas relações humanas estão inseridos nas narrativas de vida, que são, por sua vez, organizadas em categoria de situação, conforme foi destacado por Bertaux (2010).

A pesquisa fundamentada nos objetivos, problemas e hipóteses acima mencionados resultou na produção desta tese organizada em cinco capítulos, além das referências e dois anexos. O primeiro capítulo, a introdução, comenta que esse trabalho está inserido na linha de pesquisa da Análise do Discurso iniciada por Pêcheux tendo como objeto de estudo o discurso das mulheres que sofrem de violência doméstica tendo os boletins de ocorrência e os relatos do fórum virtual “Casos e Testemunhos” os *corpora* analisados. Após a discussão sobre o tema violência contra as mulheres, comentamos sobre os problemas e hipóteses que ocorrem durante a execução desta pesquisa a fim de alcançar o objetivo do trabalho que consiste na construção do Sujeito Coletivo em narrativas ortodoxas e em narrativas heterodoxas.

O segundo capítulo, a fundamentação teórica, traz as perspectivas teóricas necessárias para o desenvolvimento da pesquisa e/ ou esclarecedoras sobre os posicionamentos epistemológicos utilizados na elaboração da tese. Esta seção foi subdividida em doze subseções: 1ª) A passagem da filosofia escolástica clerical para o Empirismo, indicando o início da cientificidade e a separação da ciência da religião; 2ª) O início do Positivismo é

comentado a partir da discussão entre dois *mainstream*: o Empirismo e o Racionalismo; 3º) A formação do Racionalismo Crítico a partir da discussão entre a teoria de Popper e do Círculo de Viena; 4º) A linha de pensamento da Complexidade é discutida como uma proposta epistemológica, uma vez que ela direciona perspectivas teóricas assim como as linhas epistemológicas comentadas nas três primeiras seções; 5º) A linha teórica que é utilizada neste trabalho está de acordo com os pressupostos da Análise do Discurso, sendo apresentado, nesta seção, o desenvolvimento histórico dos seus conceitos ao longo do tempo. Esta seção é subdividida em outras duas subseções: 1) O conceito de discurso na Análise do Discurso e 2) Discussão sobre o desenvolvimento da Análise do Discurso na França e no Brasil; 6º) Discussão sobre a história da mulher e o relacionamento entre os gêneros subdivida em duas partes: 1) Discussão histórica sobre o desenvolvimento da mulher como cidadã; 2) A situação da mulher como cidadã na América Latina; 7º) Estudos sobre a subjetividade nos estudos sobre a narrativa de vida, sendo este item subdividido em três subseções: 1) A discussão e diferenciação entre os conceitos sobre história de vida, autobiografia e narratividade e 2) Apresentação do método etnossociológico e sua aplicabilidade nos estudos biográficos; 8º) O estudo sobre um sujeito complexo que se mantém relacionado com a sociedade em uma relação dialógica entre a cultura e a consciência individual, sendo esta seção subdividida em duas partes: 1) Comentário sobre o sujeito discutido por Foucault nos aspectos interessantes à tese e 2) O conceito de *ethos* e da representação social desenvolvidos no contexto discursivo; 9º) Estudo sobre a História de Vida e a sua relação com a formação de categoria de situação sobre fatos vividos; 10º) Proposta do Discurso do Sujeito Coletivo e os motivos da escolha da pesquisadora por utilizar apenas o posicionamento teórico sem utilizar-se da proposta metodológica; 11º) O gênero fórum eletrônico e suas características influenciadoras das condições de produção dos relatos analisados, e, finalmente, 12º) O gênero boletim de ocorrência e suas características que direcionam a produção dos relatos encontrados na seção intitulada “histórico”. Este item é subdividido em uma seção chamada estrutura textual do BO em que são especificadas as características textuais que orientam o escritor na produção do BO. Após a produção deste capítulo subdividido em doze seções, os passos utilizados para a realização desta pesquisa são explicados no capítulo três cujo título é metodologia.

Nesta seção, metodologia, esclarecemos sobre os passos realizados na execução da pesquisa e elaboração da tese, sendo este capítulo subdividido em duas subseções: 1) Explicação sobre o procedimento de coleta incluindo os informantes consultados na pesquisa e os *corpora* utilizados; 2) Explicação sobre os procedimentos de análise dos dados coletados nos dois *corpus* explorados: boletim de ocorrência e fórum virtual.

Na seção seguinte cujo título é análise de dados, temos o quarto capítulo da tese que consiste em explicar as análises sobre os dados coletados a partir dos relatos no fórum virtual e nos boletins de ocorrência sobre violência contra mulheres utilizando os conceitos teóricos apresentados no capítulo dois, fundamentação teórica. Esta seção é subdividida em quatro subseções: 1) A construção de um sujeito coletivo, foucaultiano e etnossociológico a partir do diálogo entre os conceitos de Lefèvre sobre sujeito coletivo, os conceitos de Foucault sobre o sujeito e entre os conceitos de Bertaux sobre categoria de situação vivida em etnossociologia; 2) Análise do gênero fórum virtual como construtor de uma narrativa heterodoxa, havendo a subdivisão desta subseção em quatro novas subseções: 2.1) O estudo sobre a representação que as deladoras apresentam de si nos discursos analisados como vítima, estabelecendo uma discussão sobre a legitimação do papel social que a mulher apresenta no cenário discursivo do fórum virtual; 2.2) A reflexão sobre o cenário em que se apresenta a narrativa heterodoxa; 2.3) A fachada pessoal que a delatora apresenta no seu discurso como vítima legítima da situação de violência doméstica; 2.4) A construção do sujeito coletivo em narrativa heterodoxa. 3) Análise do gênero boletim de ocorrência como construtor da narrativa ortodoxa, havendo a subdivisão desta subseção em quatro novas subseções: 3.1) O estudo sobre a representação que as deladoras apresentam de si nos discursos analisados como vítima da agressão cujo autor é o parceiro ou ex-parceiro, segundo a delatora, em narrativas ortodoxas; 3.2) A reflexão sobre o cenário em que se apresenta a narrativa ortodoxa; 3.3) A construção da fachada pessoal em que a delatora assume a imagem de vítima legítima da situação de violência delatada; 3.4) A construção do sujeito coletivo em narrativa ortodoxa. A subseção seguinte, intitulada “Quadro de Experiência: intercomunicação discursiva”, traz o cruzamento das informações presentes sobre o sujeito coletivo heterodoxo e o sujeito coletivo ortodoxo havendo, nesse contexto, reflexões sobre a representação social de si das deladoras.

Finalmente, o quinto e último capítulo traz as conclusões sobre as análises produzidas em capítulo anterior em que o sujeito coletivo encontrado nos BO e nos relatos no fórum virtual traz os mesmos modelos de representação social no cenário discursivo analisado: o papel de vítima da situação de violência sofrida. Encontramos um sujeito complexo em que a sua construção foi possível a partir da relação entre cada narrativa de vida analisada a sua categoria de situação vivida em que surgem características novas como a dicotomia: “mulher respeitável x mulher não-respeitável”. Neste contexto, a epistemologia da complexidade de Morin (2010), possibilita a compreensão desta relação de interdependência em que as partes constroem o todo, que, por sua vez, constroem as partes.

Após o desenvolvimento dos cinco capítulos, são apresentadas as referências utilizadas como fonte desta tese, em seguida, dois anexos: o primeiro anexo contém os dezessete relatos autorizados pelo site www.leimariadapenha.com.br para o desenvolvimento da pesquisa e o segundo anexo contém os vinte e quatro relatos encontrados, na seção “histórico” de boletins de ocorrência, cedidos pela delegacia de defesa das mulheres em Fortaleza.

A seção a seguir nos traz o percurso que foi desenvolvido pelo pensamento epistemológico e teórico da Humanidade para conduzir os critérios do que deveria ser considerado científico ou senso comum pela Humanidade. A epistemologia conduz o raciocínio teórico para direcionar essa distinção, por isso defendemos que o pensamento complexo de diversos estudiosos principalmente o pensamento complexo de Morin é uma linha epistemológica assim como Racionalismo e o Positivismo o são. Atualmente, a epistemologia da complexidade conduz pesquisas em diversas áreas em centros de estudo ao redor do mundo, como por exemplo, nas pesquisas sobre o Sistema Adaptativo Complexo. Temos, portanto, a intenção de relacionar nesta tese os critérios epistemológicos da complexidade para direcionar esta pesquisa com a Análise do Discurso, pois acreditamos que os seus princípios estão em harmonia com o devir constante do discurso, principalmente por sua inter-relação com os valores sócio-históricos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Muito se debateu a respeito do que torna científica uma pesquisa. Muitos cientistas e filósofos da ciência discutiam os valores, as noções-chave que controlavam pensamentos, discursos e teorias que estão regendo o saber científico e delimitando a fronteira entre o científico e o não-científico. Em uma tentativa de situar a noção de paradigma, em um universo conceitual, é possível dizer que ele trata de um macroconceito do e no qual as ciências se constroem, enveredando escolhas metodológicas, pensamentos, crenças, valores e posições ideológicas atinentes à determinada época histórica. Nesse sentido, é de bom alvitre atentar para o paradigma que rege a sociedade no século XXI e para os ensejos que o fazem emergir. Os textos a seguir discorrem sobre o posto.

Devemos esclarecer para o fato de que não temos a intenção de comentar sobre todos os teóricos ao longo da história da ciência, entretanto, pretendemos discorrer somente sobre aqueles que se alinham a *mainstreams*, ou, pelo menos, foram relacionados às linhas de pensamento ao longo da história da ciência a fim de chegarmos à linha de pensamento da complexidade, que está se delineando nesta seara.

2.1 Filosofia escolástica clerical e Empirismo: do divino ao terreno.

A discussão sobre o que deve ser considerada ciência ou deve ser considerado crença religiosa ou hermenêutica está caracterizada em muitas obras ao longo da história da Filosofia da Ciência. Um exemplo desse fato é a crença no geocentrismo, que estava calcada na explicação religiosa, em oposição ao heliocentrismo que decorria da observação “racional” dos fatos. O que deveria, então, ser considerado digno de confiança? A compreensão de uma instituição baseada em uma verdade suprema e divina ou a análise de um estudioso ou estudiosos sobre o fenômeno analisado? Essa discussão, muitas vezes, pendia para a valorização da fé e dos promovedores da doutrina religiosa. Na Idade Média, o conhecimento estava restrito a uma ordem religiosa, os franciscanos, para quem a verdade é revelada, apenas, aos representantes divinos. O acesso ao conhecimento aos demais era negado, estabelecendo a percepção única da realidade e a impossibilidade de outras leituras assim como a centralização do poder sobre o saber científico.

Na Idade Moderna, a laicização do conhecimento gerou a preocupação com a aplicação do conhecimento para o benefício da humanidade e deu início ao Empirismo. A

custódia do conhecimento mantida pela filosofia escolástica da Idade Média passa para a revelação do conhecimento mantida pelo modelo empirista de ciência da Idade Moderna. O Empirismo, ao contrário do pensamento escolástico para quem o conhecimento só poderia ser revelado para os escolhidos pelo “Deus Cristão”, observa que o conhecimento provém da observação a partir dos sentidos humanos. Francis Bacon (2010), com a sua obra seminal sobre Empirismo, “*Novum Organum*”, 1620, estabelece um novo empirismo a partir da organização de um sistemas de regras de investigação cujo objetivo é o controle das realidades pesquisadas (OLIVA, 1989). Para este autor, os sentidos podem trazer uma percepção equivocada da realidade. A verdadeira observação deve partir da “indução das características gerais dos fatos estudados” (OLIVA, 1989, p. 21) para poder atingir as leis, que conduzem os fatos naturais. O método baconiano deixa como herança o aprimoramento de um método que tem dois critérios fundamentais: a indução e a observação. A tese indutiva indica que “[...] leis gerais se desprendem diretamente do levantamento rigoroso dos casos pertinentes ao domínio generalizável de ocorrências.” (OLIVA, 1989, p. 28). Bacon, com isso, afirma que só a partir da observação é possível viabilizar o conhecimento livre de preconceito e influências de mitos, religiões e qualquer outra forma de poder social, ou seja, somente com a observação dos fatos é possível a compreensão ausente de preconceitos intitulados *idolas* por Bacon dos fatos, chegando a uma conclusão a partir de então. Qualquer levantamento de hipóteses pode sofrer a influência de uma ilusão cognitiva e impossibilitar a compreensão imparcial dos fatos.

Em contrapartida a esse movimento empirista, seguido por Hume, Locke, Berkeley, entre outros, surge o Racionalismo de René Descartes a partir da proposta de que se deve fazer perguntas sobre a realidade, duvidando o que os nossos sentidos oferecem sobre o mundo e sobre tudo que há no mundo. Descartes (1637), a partir de sua obra “*Dúvida Metódica*”, traz um questionamento sobre o uso de processos indutivos ao afirmar que a razão deve ser a base da proposta metodológica de compreensão da realidade e não a observação indutiva.

O Empirismo foi posto à prova e o surgimento da dúvida, como um critério para a análise da realidade, deu origem ao Racionalismo, que, por ser baseado na razão para a análise dos fatos, substituiu o método indutivo a favor do dedutivo, em que a metafísica volta ao cenário científico, pois acreditam serem os sentidos não confiáveis para uma análise científica, somente a razão a partir da dúvida como critério fundamental. A única certeza é que o pensamento é o único cuja impossibilidade de negação conduz até a certeza da própria existência, o que torna célebre a sua frase “penso, logo existo” (DESCARTES, 1637), que indica essa mudança de paradigma científico.

Os dois métodos de construção de um argumento de explicação científica, o método indutivo (defendido pelo Empirismo), e o método dedutivo (defendido pelo Racionalismo), segundo Oliva (2008), formam-se a partir de um construto argumentativo sobre a relação entre as premissas e a conclusão. Os indutivos são os que possibilitam o surgimento de conclusões a partir das premissas (OLIVA, 2008). Isso porque, mesmo se as premissas são verdadeiras, a conclusão ser falsa ou ser verdadeira. Podemos dizer apenas que provavelmente ela é verdadeira. A relação entre a conclusão e as premissas, portanto, é sempre um risco. Pode ocorrer até que a conclusão supere as expectativas das premissas. O método dedutivo, por outro lado, “não requer nada além das premissas para que suas conclusões sejam aceitas com total segurança” (OLIVA, 2008, p.49). A validade de uma afirmação dedutiva está na associação entre as premissas e a conclusão, se as premissas forem verdadeiras e a conclusão for falsa, o argumento foi inválido.

Estes conceitos metodológicos conduziram o Empirismo (método indutivo) e o Racionalismo (método dedutivo), cujo confronto deu início a outro paradigma e seus desdobramentos conhecido como Positivismo, o qual explanaremos a seguir.

2.2 Empirismo x Racionalismo: *mainstreams* que iniciaram o Positivismo

O Empirismo, conforme já vimos, surge assim como o Racionalismo, no início da Idade Moderna. Entretanto, essas duas linhas de pensamento divergiam em muitos aspectos e a metodologia empregada para a análise era um dos pontos mais importantes: o indutivo e o dedutivo. Após Bacon e Descartes, os teóricos contribuíram para o acirramento das discussões. Entre eles, encontramos John Locke (1996) que, em sua posição empirista, investiga em sua obra, “*An Essay Concerning Human Understanding*” (“Ensaio sobre o Entendimento Humano”), a origem, certeza e extensão do conhecimento humano. Nesse sentido, o autor afirma que todas as ideias têm origem nos sentidos. O ser humano nasce como um papel em branco e somente com as suas experiências, através dos sentidos, é possível o conhecimento. Assim, ele divide as ideias concebidas através dessa relação com a perspectiva sensorial em duas partes: as ideias simples e as ideias complexas. As primeiras estão relacionadas ao sensorial: cheiro, cor, forma, entre outros. As segundas, à combinação das ideias simples: substância (por exemplo, a rosa), coletividade (por exemplo, exército), relação (por exemplo, a frase “ele pertence ao exército”). As ideias, portanto, são provenientes da sensação e da reflexão.

Em contradição a esta teoria do conhecimento, surgem outros teóricos do pensamento, como Kant (FIGUEIREDO, 2005) que, com a publicação de sua obra “Crítica da Razão Pura”, possibilita o início da epistemologia moderna. Sob a influência do Iluminismo, estabelece uma teoria do conhecimento, segundo Figueiredo (2005), baseada na investigação da razão em sua organização estrutural e na sua história. Nisso está a insistência de Kant em nos advertir que a crítica faz parte do método, e não da ciência como sistema (FIGUEIREDO, 2005). Nesse sentido, Kant propõe um conhecimento distinto entre empírico proveniente da sensação e o conhecimento *a priori* proveniente do entendimento. O entendimento, com isso, é a faculdade de juízo dividida em categorias (substância, causalidade, existência, entre outras) que estão direcionados pelas ideias: alma, mundo, divindade cristã, por exemplo. Assim, o autor estabelece relação entre a metafísica clássica e o Racionalismo, dando ênfase a esta linha de pensamento.

O francês Auguste Comte (2009) com sua obra publicada no século XIX, “*The Course in Positive Philosophy*” (Curso em Filosofia Positiva), sob a influência do evolucionismo, dá origem ao sistema filosófico positivista, para o qual a origem do conhecimento está baseada na observação. A metodologia científica deve ser totalmente desinteressada e isenta de valores morais, ou seja, afastada de qualquer influência ideológica. O autor propõe, baseado na perspectiva evolucionista, a lei dos três estados de evolução do conhecimento humano: Teológico; Metafísico e Positivo. O primeiro refere-se ao estado religioso, em que a humanidade explicava os fenômenos naturais através de mitos e deuses. Comte (2009) compara essa fase com a infância do homem, pois está ainda iniciando o seu desenvolvimento no saber. O segundo refere-se ao período em que a humanidade explica o mundo através da abstração. Comte compara essa fase do saber com a adolescência do homem que está um pouco mais maduro que na primeira fase. Na última, a ciência é o momento auge do amadurecimento científico humano. Nesta fase, a humanidade chega à plenitude do seu desenvolvimento no saber científico.

O pensamento de Auguste Comte (2009) influenciou a política e a ciência de sua época até o surgimento nos anos 1920 e 1930 de um grupo de cientistas e filósofos, que propõe a compreensão do conhecimento afastada da metafísica, com o objetivo de verificar os sentidos a partir da análise, por esse motivo foram chamados de positivistas lógicos ou neopositivistas. A análise lógica surge com a construção de um método hipotético-dedutivo, em que se constrói um sistema teórico em que se deduz implicações ou previsões, por exemplo, estando presente a causa terá o efeito, sendo o resultado da análise favorável ou falseado (refutado).

Conhecidos como integrantes do Círculo de Viena ou Círculo de Schlik ou ainda neopositivistas (Carnap, Shlik, Neurath, entre outros) estes filósofos, segundo Ouelbani (2009), se dedicavam ao desenvolvimento de uma unidade das ciências, pois os problemas de cada ciência podem ser reduzidos a problemas empíricos, ou seja, são pseudoproblemas, que podem ser resolvidos por meio de uma análise lógica da linguagem. Há, nesta perspectiva de análise da linguagem, forte influência de Wittgenstein. Sobre esta proposta de filosofia, Ouelbani (2009, p. 141), em seu estudo sobre o Círculo de Viena, comenta o seguinte:

De fato o empirismo está ligado ao combate contra a metafísica, assim como o critério verificacionista do sentido. Esse critério nunca foi ingênuo, como alguns insistiam em dizer, e isso desde o começo do movimento, seja com Carnap, seja com Schlik. Aliás, os motivos do projeto de eliminação da metafísica não eram exclusivamente de ordem epistemológica, mas também de ordem política e histórica, no sentido de que é a ascensão das ideologias fascistas da época que suscitou uma reflexão sobre a linguagem e as condições de possibilidade de sentido.

Sobre as propostas defendidas pelos integrantes do Círculo de Viena, Popper organiza uma posição filosófica da ciência que contradiz as bases do positivismo lógico. Segundo Ouelbani (2009), Popper (2004) defende a ideia que um sistema só é empírico se for submetido a testes, entretanto o seu empirismo se baseava na falseabilidade e não na verificabilidade como era proposto pelos neopositivistas. A proposta de Popper (2004) que dá origem ao Racionalismo Crítico concorda com o modelo hipotético-dedutivo de análise e com a formação de um sistema teórico, mas discorda em diversos outros pontos que iremos observar a seguir.

2.3 Popper x círculo de Viena: formação do Racionalismo Crítico

Popper (2004) discorda das posições sobre a produção científica dos teóricos anteriores, principalmente das propostas dos neopositivistas. Popper não estabelece uma linha divisória entre a metafísica e a ciência ao afirmar que a metafísica não deve ser banida da ciência, aliás, ela não deveria nem ser colocada na ciência, pois não tem importância para esta. Em posição contrária, colocam-se os neopositivistas para quem a metafísica deve ser banida da ciência. Sobre tal posição, Popper (2004, p. 39) ainda discorda, defendendo a metafísica a partir dos seguintes argumentos:

O fato de juízos de valor permearem minhas propostas não quer dizer que estou incidindo no erro de que acusei os positivistas- o de procurar matar a metafísica, desconsiderando-a. Nem chego nem mesmo a asseverar que a metafísica careça de importância para a ciência empírica. [...] Encarando a matéria do ponto de vista epistemológico, inclino-me a pensar que as descobertas científicas não poderiam ser feitas sem fé em ideias de cunho puramente especulativo e, por vezes, assaz nebulosas, fé, que, sob o ponto de vista científico, é completamente destituída de base e, em tal medida, é ‘metafísica’.

Popper demonstra em sua obra, “A Lógica da Pesquisa Científica”, publicada pela primeira vez em 1934, que o método verificacionista adotado pelos neopositivistas, principalmente Carnap (OUELBANI, 2009), para quem um enunciado deve ser verificado na realidade, sendo o suficiente para ser verdadeiro não pode ser aceito como critério para a dedução em pesquisa científica. Uma teoria, para Popper, deve ser falseada para que seja considerada corroborada, ou seja, confirmada e, assim, considerada digna de confiança. Segundo Ouelbani (2009), Popper (2004) compreende falseabilidade como o critério de caráter empírico de um sistema de enunciados, que permite determinar se uma teoria é confiável ou não. Isso vai de encontro as propostas dos neopositivistas, principalmente Carnap, uma vez que defendem a verificabilidade como critério de confiabilidade de uma teoria. Os enunciados de uma teoria são favoráveis a ela se puderem ser verificados na realidade, caso contrário, são refutados. Ainda sobre esta distinção, Ouelbani (2009) comenta que a falseabilidade procura acumular os casos desfavoráveis de uma teoria a fim de refutá-la, enquanto que a verificação procura os casos favoráveis de uma teoria.

Popper (2004) ainda afirma que os enunciados universais são os que devem interessar a ciência, pois possuem conjuntos de falseadores que podem ser postos em análise. Assim, para Popper, se os enunciados de dada teoria são verificados, mas não são possíveis de serem testados, eles não são falseáveis, logo, não há ciência.

Popper (2004) também não concordava com a proposta de unificação das ciências como também não concordava com a percepção de que o sentido e o não-sentido estão atrelados à ideia de científico e não-científico de dado enunciado. O objetivo do filósofo é demonstrar como determinada ciência pode corroborar uma teoria a fim de testar a sua confiabilidade.

Um dos seguidores de Popper bastante conhecido devido a sua posição epistemológica é Thomas Kuhn (2005). A sua obra indica os critérios para demarcação dos paradigmas que regem as ciências.

Segundo Oliva (1990), Kuhn possibilita a inserção de alguns conceitos-chave como “ciência normal” e outros ressignificados como “paradigma” e “crise” inéditos na epistemologia até então. A evolução dos estudos científicos, para Kuhn (2005), pode ser percebida como uma sequência ininterrupta de alternâncias de paradigmas que orientam o saber científico como também o que não é considerado científico. No momento em que este paradigma passa por uma fase de contradições, gerando uma crise de valores e conceitos, surge um novo paradigma que, muitas vezes, não é de imediato aceito pela comunidade científica, devido ao apego ao antigo paradigma ou mesmo à metafísica.

Ao contrário de outros teóricos anteriores a ele, a sua conceptualização de paradigma não exclui os outros conhecimentos considerados não interessantes à ciência, como ocorre em Kant (2001) na sua percepção de espaço e lugar e nos neopositivistas sobre os conceitos da astronomia, por exemplo. Kuhn (2005) considera que o paradigma rege todos os valores e conceitos, inclusive os científicos. Diante disso, Oliva (1990) define, de forma ampla, as características desta proposta epistemológica:

Primeiro, o autor comenta que há um período titulado de “ciência normal” em que há o crescimento de maneira acumulativa do saber científico (OLIVA, 1990). Neste sentido, os cientistas não contradizem as leis e os conceitos do paradigma vigente. Os trabalhos científicos resolvem problemas que se inserem nas leis do *jogo* que é o paradigma. Compreende-se, portanto, como ciência normal a fase dos estudos científicos em que há uma profundidade no entendimento sobre o fenômeno estudado explorando todas as suas possibilidades trazendo uma vivência acrítica do paradigma (OLIVA, 1990).

Em seguida, surge um segundo momento, no qual o paradigma, que sustenta as teorias não consegue mais resolver as questões, surgindo anomalias, isto é, resultados de pesquisas não compreendidos pela teoria. Em um terceiro momento, ocorre a substituição da fase homogênea batizada de ciência normal por uma fase repleta de turbulências constituída por um número crescente de anomalias, que geram uma crise no paradigma vigente. Há, em seguida, a substituição por outro paradigma ocorrendo, assim, a revolução científica.

Após essa explanação sucinta sobre as epistemologias destacadas como basilares à nossa compreensão de ciência e suas linhas de pensamento, explanaremos a proposta indicadora do *mainstream* da complexidade que está sendo aceita por muitos pesquisadores (Morin, Mitchel, Paiva) ao redor do planeta.

2.4 Complexidade: um paradigma em ascensão

A complexidade não é uma proposta metodológica, mas uma proposta de conceber o pensamento científico, epistemológico e filosófico. Nesta linha de pensamento, não se concebe mais a natureza de forma simplificada em que se reduz o conhecimento de sistemas ou conjuntos complexos em partes limitadas (MORIN, 2010). A compreensão é que deve ser observado o conhecimento de todo o funcionamento do sistema onde está o objeto em uma relação dialógica entre as partes e o todo.

Morin (2010) define complexidade como relações entre os componentes, ressaltando que não se trata apenas de considerar a união das partes para formar o todo. Deve ser considerado o processo de interação entre as partes, como elas se relacionam de forma dialógica e dificilmente previsível. Qualquer alteração, por menor que seja de uma parte, pode possibilitar grandes mudanças no resultado final. Sobre isso, Morin (2010, p.259) ilustra a relação da seguinte forma:

Figura 1 – Relação Parte/Todo proposta por Morin (2010)



Fonte: Morin (2010).

Verificamos com isso, que se trata de um processo de compreensão do pensamento complexo, em que toda a explicação se baseia nesta organização. É um circuito ativo no qual as partes só podem ser organizadas e analisadas a partir da relação entre elas e, ao mesmo tempo, na sua relação com o todo. A necessidade de integralização das partes faz com que o todo seja percebido como uma macrounidade; contudo, as partes não deixam de ter a sua própria identidade. Podemos verificar isso na existência das células do corpo humano. Cada célula da pele, por exemplo, possui suas características particulares, que a identificam com as suas funções na pele, entretanto, possuem fatores latentes de todo o organismo no DNA. No plano da sociedade, um cigano, por exemplo, possui características latentes de sua comunidade que possivelmente o tornam reconhecível como pertencente àquela comunidade, apesar de possuir a sua individualidade.

Na relação entre as partes e o todo, a diversidade organiza a unidade que organiza a diversidade, segundo Morin (2010). Temos a compreensão de uma organização dialética em processo constante de interação entre os seus componentes. Os cientistas da complexidade destacam que há o surgimento do pensamento complexo sobre a realidade, cuja ascensão está

sendo indicada como um novo paradigma possivelmente nascendo e orientando as ciências atuais. Sobre essa posição, Morin (2010) afirma:

Assim, a ideia de que ordem, desordem e organização devem ser pensadas em conjunto surge de diversos pontos de vista. A missão da ciência não é mais afastar a desordem de suas teorias, mas estudá-la. Não é mais abolir a ideia de organização, mas concebê-la e introduzi-la para englobar disciplinas parciais. Eis porque um novo paradigma esteja nascendo [...] (MORIN, 2003, p. 114).

Sobre as características do pensamento complexo, poderemos verificar esta interação dialógica entre as partes e o todo, Morin (2010, p. 105, grifos do autor) destaca de maneira clara os seguintes fatores:

____ *O todo é mais do que a soma das partes* (princípio bem explícito e, aliás, intuitivamente reconhecido em todos os níveis macroscópicos), visto que em seu nível surgem não só uma macrounidade, mas também *emergências*, que são qualidades-propriedades novas.

____ *O todo é menos do que a soma das partes* (porque elas, sob o efeito das coações resultantes da organização do todo, perdem ou vêem inibirem-se algumas das suas qualidades ou propriedades).

____ *O todo é mais do que o todo*, porque o todo enquanto todo retroage sobre o todo (por outras palavras, o todo é mais do que uma realidade global, é um dinamismo organizacional).

O primeiro princípio: a complexidade não age apenas no momento em que o todo aparece, mas desde a constituição da parte que se conscientiza de sua individualidade. Como exemplo, o autor observa a sociedade humana como um todo complexo organizado, tendo já pré-existente a ideia de que ao ser analisado o indivíduo em sua individualidade constitui a sociedade e a sociedade o constitui. Cada parte perde um pouco de suas características para ressaltar o todo.

Segundo princípio: a progressão está em todas as partes, pois todas elas são capazes de alterar o todo com sua diversidade e autonomia. Trata-se de uma ciência do devir, em que tudo está sujeito ao acontecimento, ou seja, a imprevisibilidade de fatores internos e externos, que podem causar grandes alterações a curto ou, a longo prazo, surgindo uma reorganização do sistema.

O terceiro e último princípio: ênfase na questão dialética de toda a organização, em que as partes, apesar de constituírem o todo, elas ignoram que fazem parte deste todo. Morin (2010) exemplifica que a sociedade ignora as suas partes, que são os indivíduos, os anseios, valores, crenças, interesses e sentimentos destes indivíduos, que, por sua vez, ignoram ou são inconscientes das realidades sociais e da totalidade social.

Entretanto, é na união das partes que há uma atenuação da individualidade para o surgimento de uma unicidade com novas características, por exemplo: vemos a cultura composta pelos indivíduos com seus valores, crenças, comportamentos e história que são validados em constante movimento, pelo discurso. Nessa inconsciência dialógica de coletividade, justamente, surge o sujeito coletivo, cuja explanação falaremos posteriormente. Para que compreendamos os movimentos discursivos, que validam a construção do sujeito, veremos a seguir, a reflexão sobre a Análise do Discurso, em relação aos teóricos e perspectivas de análise desta linha de pesquisa.

2.5 Análise do Discurso: linha histórica

Os pressupostos teóricos da Análise do Discurso e das diversas correntes existentes a ela ligadas sempre são colocados em confronto. Os estudos sobre como surgiram as diferentes perspectivas inseridas no grande grupo Análise do Discurso, como por exemplo, a Análise Crítica do Discurso, de Fairclough, Análise do Discurso, de Van Dijk e a Análise do Discurso, de Pêcheux são comumente utilizados em dissertações e teses no Brasil, haja vista a diversidade de grupos de pesquisa nas universidades do Nordeste e do Sudeste, de Norte a Sul do país. A consulta feita ao site, Domínio Público, hospedado pela Capes, nos mostra 123 trabalhos, entre dissertações e teses, atendendo à palavra-chave ‘análise do discurso’, entre os anos de 2005 e 2013. Quando inserimos apenas a palavra-chave ‘discurso’, esse número sobe para 377 no mesmo período. Isso nos parece importante, pois a área de estudos do discurso é ainda muito recente, mas já se coloca como uma área em constante ascensão.

Entretanto, neste trabalho, procuraremos não comentar sobre este ponto tantas vezes já discutido, mas sobre a percepção metodológica, que fundamenta as perspectivas da Análise do Discurso (AD) francesa, que utilizaremos, neste trabalho. Diante disso, nos colocamos as seguintes questões: Quais são os teóricos, que fundamentam a metodologia desta linha de pesquisa? Quais são as perspectivas de análise nos dias atuais? Quais são as perspectivas de análise desta linha de pesquisa? Vemos que tais questões devem ser discutidas, pois possibilitam uma melhor compreensão da AD conhecida como francesa.

Gregolin (2007), assegura que, devido à não compreensão da base epistemológica ou do seu conceito de discurso da AD francesa, muitos linguistas que não são analistas do discurso a compreendiam como “moda passageira” ou mesmo uma percepção epistemológica, assim como comenta Possenti (2005, p. 389) em uma obra dedicada aos pressupostos epistemológicos dos estudos linguísticos:

Provavelmente a AD quis ser científica. Provavelmente, não é, nunca foi. E nisso não vai uma avaliação de demérito, antes pelo contrário. Talvez se possa dizer da Análise do Discurso o que Foucault disse do marxismo e da psicanálise: que são muito importantes para serem ciências. É possível que se possa situar a AD num dos limiares- talvez- o da epistemologização- propostos pelo mesmo pensador.

O autor diz, ainda, que se trata de uma ruptura com o que estava estabelecido antes sobre os estudos sobre a linguagem, pois faz surgir uma proposta interpretativa, a partir de Foucault (2002) em sua análise arqueológica sobre o saber.

Diante desta discussão polêmica, Gregolin (2006) comenta que, a partir dos anos 1990, no Brasil, novos conceitos sobre o objeto de estudo, o discurso, deram origem a diversos trabalhos, que passaram a estar presentes nos estudos da Análise do Discurso. Mesmo com essa mudança, essa transformação nos estudos sobre o discurso, ainda segundo a autora, não despontou, no cenário brasileiro, nem a compreensão da epistemologia nem a da história dos estudos desenvolvidos nesta linha. Em consequência disso, vários estudiosos da Linguística não compreendiam sua proposta, e não havia consenso no que diz respeito à conflituosa “demarcação de terreno” sobre o que é ou não linguístico, em se tratando de estudos sobre o discurso.

Apesar de tanta discussão sobre o que é afinal a AD Francesa, ela nasce e se desenvolve no Brasil, desde os anos 1970 de forma bem diferente do que ocorreu na França fundadora desta linha de pesquisa. Isso se justifica até porque a AD Francesa tem suas bases na História e a História Brasileira, como sabemos, se construiu de forma bem diferente da Francesa. Neste raciocínio, podemos concluir que temos um percurso bem diferente do que aconteceu na França. No Brasil, esta linha de pesquisa se desenvolveu quando, na França, já haviam passado as duas primeiras fases da AD, ou seja, não se considerava mais o sujeito como assujeitado e já se percebia a influência de outras correntes da Linguística, por exemplo, a Pragmática. Na França, já havia o surgimento da Semiologia Histórica de Courtine e das Cenas Enunciativas de Maingueneau. Tais linhas de estudo da Análise do Discurso se desenvolveram no Brasil também em diversos grupos de pesquisa nas universidades brasileiras (UNESP-Araraquara, UFC, entre outras).

Diante disso, vamos fazer uma breve reflexão sobre o conceito de discurso para a Análise do Discurso a partir das reflexões desenvolvidas pelos autores Foucault, Maingueneau e Bakhtin que trazem conceitos utilizados pela AD no Brasil.

2.5.1 *Concepção de discurso na Análise do Discurso*

A Análise do Discurso passou por três fases até se constituir tal como é atualmente. Para uma descrição detalhada dessas três fases remetemos o leitor a Pêcheux (1990) e Foucault (2002). Nas duas primeiras fases, é mantida a percepção de que o discurso é regido pela noção de unidade. Tal manutenção não se sustenta na terceira fase, uma vez que o discurso se afasta dessa percepção e a substitui pela noção de interdiscurso. Isso porque a gênese do discurso é pensada não como o funcionamento de um sistema monológico, mas a partir de uma perspectiva dialógica, ou seja, como uma interação entre os discursos, pois tais discursos são influenciados pelos discursos anteriores, pelos que convivem com eles e pelos discursos que virão.

A partir de tal compreensão, a noção de formação discursiva de Foucault (2002), ou seja, de um conjunto de dispersões de conceitos, escolhas temáticas, de enunciações que possuem alguma semelhança ou regularidade e esse conjunto transita em áreas diversas do conhecimento; é criticada por Maingueneau (1997), para quem tal noção de discurso não observa a existência das comunidades que produzem os enunciados e os fazem circular, pois o conceito de formação discursiva surge como uma zona onde surgem os interesses de classe que são o seu suporte (MAINGUENEAU, 1997). Dessa maneira, é necessário observar a comunidade discursiva, pois a relação entre o grupo social e o discurso é mais complexa do que demonstra a formação discursiva, considerando que:

Não é suficiente lembrar a existência de um conflito social, de uma língua, de ritos e de lugares institucionais de enunciação, é preciso ainda pensar que o próprio espaço de enunciação, longe de ser um simples suporte contingente, um ‘quadro’ exterior ao discurso, supõe a presença de um *grupo específico* sociologicamente caracterizável, o qual não é um agrupamento fortuito de ‘porta-vozes’. (MAINGUENEAU, 1997, p. 54).

A partir dessa compreensão do discurso relacionado à comunidade discursiva, Maingueneau (1997) propõe que a produção discursiva não pode ser referida, apenas, como produto das práticas sociais produzidas pela ordem de leis de uma determinada instituição, mas a partir da relação com as diversas instituições, que conduzem, simultaneamente, essa prática e a comunidade discursiva referente a essa prática.

Maingueneau (1997) propõe que o objeto de análise da AD não deve ser a formação discursiva como ocorre na segunda fase, mas a prática discursiva, ou seja, o elo estabelecido entre o social e o textual (MAINGUENEAU, 1997, p. 56). Com essa

compreensão, o linguista estabelece uma substituição também da percepção de instituição de Foucault (2002), que trata das leis de determinados grupos sociais que regulam o discurso, pela de comunidade discursiva que integra não só os grupos, mas a tudo relacionado à organização cotidiana (MAINGUENEAU, 1997). Assim, a prática discursiva, substituindo a compreensão de instituição e de formação discursiva, estabelece uma nova fase na percepção sobre o discurso, na medida em que observa a constituição deste a partir da sua interdependência com a comunidade discursiva que dele se utiliza, como também do espaço em que se constrói o enunciado (MAINGUENEAU, 2001), isto é, nas cenas discursivas: também denominadas Cenas de Enunciação: i) cenografia (a condição de a enunciação propriamente dita); ii) a cena englobante que remete ao tipo de discurso, em que o discurso produzido se enquadra e iii) a cena genérica definida como a cena em que se encontra o gênero textual, que estabelece padrões para a produção discursiva. Acatamos, neste trabalho, essa conceptualização de Maingueneau sobre comunidade discursiva e a de Foucault sobre formação discursiva e toda a sua compreensão sobre a arqueologia do saber que explanaremos em breve.

Na próxima seção, discutimos sobre os teóricos do discurso e seus trabalhos produzidos na França e no Brasil. Escolhemos este país, a França, por ser o *locus* de surgimento dos primeiros trabalhos sobre o discurso na perspectiva da AD e o sujeito em cuja perspectiva realizamos o estudo sobre o sujeito coletivo.

2.5.2 Reflexão sobre a AD de Pêcheux: francesa e brasileira.

Apesar de não termos a intenção de relatar o processo cronológico de surgimento da AD, procuramos, nesta seção, responder a primeira pergunta elaborada para esta seção: Quais são os teóricos que fundamentam esta linha de pesquisa?

A Análise do Discurso surgida na França ocorreu entre as décadas de 1960 e 1970 em meio aos movimentos sociais que proliferaram pela Europa e pelo mundo ocidental. A percepção marxista de que a ideologia está ligada às classes favorecidas da sociedade inspirou teóricos como Althusser (1992), que a percebeu como condutora de Aparelhos Ideológicos do Estado, que divulgam nas massas das classes favorecidas (Igrejas, Escolas, por exemplo) e os Aparelhos Repressores do Estado (polícia, forças armadas, justiça, por exemplo), que servem para manter a submissão da classe desfavorecida representada pelo proletariado. Para Althusser, o marxismo deve, em luta contínua, se liberar do idealismo a fim de se estabelecer como ciência histórica e social. Esse pensamento influenciou fortemente o clima intelectual, no qual Pêcheux (2002) construiu suas descobertas.

Nos anos 1970 e início dos anos 1980, Michel Pêcheux tornou-se uma figura determinante da análise do discurso, sobretudo após a publicação de sua obra “Análise Automática do Discurso” (PÊCHEUX, 1969). A obra é o ponto de partida de um processo, que viria a ser de grande envergadura nos estudos da linguagem pelo processo contínuo de revisão e de reformulação. Grandemente influenciado pela perspectiva do seu contemporâneo Althusser (1992), Pêcheux percebeu a linguagem como campo de construção e atuação da ideologia, que valorizava associando a experiência cotidiana à técnica experimental defendida por Bachelard (1949) De acordo com essa fusão, podemos entender nas palavras de Bachelard (1949, p. 12, tradução nossa) que

É necessário que o fenômeno seja triado, filtrado, peneirado, coado nos moinhos dos instrumentos, produzido no plano dos instrumentos. Ora, os instrumentos não são mais que as teorias materializadas. Eles são oriundos dos fenômenos que carregam em si todas as marcas teóricas.⁶

Assim, observando um sujeito menos potente diante da organização da ordem social, Pêcheux entendeu que há um processo de assujeitamento do sujeito, que o submete às regras da ideologia das classes sociais dominantes.

A base epistemológica, a partir da qual construiu a Análise do Discurso de Linha Francesa (AD), foi a mesma que influenciou a Análise do Discurso Crítica anglo-saxônica. A percepção marxista influenciou ambas as linhas de pesquisa; podemos deduzir que, as semelhanças não são apenas aparentes, mas são, na verdade, resultantes de uma conjuntura epistemológica, que as une enquanto as separa. A distinção ocorre, nas leituras estabelecidas, que os teóricos de ambas as linhas realizam da obra de Marx.

A percepção marxista de ideologia como o filtro, que turva o olhar, fazendo com que o indivíduo se submeta à percepção de uma visão da realidade, favorece aos interesses da classe dominante é vista em ambas as linhas de pesquisa. Entretanto, a visão de Althusser (1992) sobre a ideologia traz a ideia de que não se trata de apenas um sistema de ideias a serviço da classe abastada, mas há várias ideologias agindo no mundo e há diferentes posições ideológicas que contrastam entre si. Tais concepções de pesquisa divergem basicamente por abordar os aspectos sociológicos no caso da Análise Crítica do Discurso e os aspectos históricos no caso da Análise do Discurso de linha francesa, relacionados ambos aos estudos linguísticos.

⁶ Tradução livre: Alors il faut que le phénomène soit trié, filtré, épuré, coulé dans le moule des instruments, produit sur le plan des instruments. Or les instruments ne sont que des théories matérialisées. Il en sort des phénomènes qui portent de toutes parts la marque théorique. (BACHELARD, 1937, p. 12).

Além desses teóricos, brevemente comentados aqui, os conceitos aportados pela leitura da obra de Bakhtin (1997) têm também um papel fundamental na constituição da AD Francesa. Os conceitos-chave da sua obra foram essenciais para as análises produzidas até então. As reflexões sobre o signo linguístico como signo, antes de tudo, ideológico possibilitaram a inserção de diversos conceitos, tais como dialogismo, gênero textual, alteridade entre diversos outros que trouxeram novas percepções para os estudos sobre o discurso.

Segundo Sobral (2013), a perspectiva bakhtiniana traz como proposta a visão dialógica entre dois elementos em interação em que não se tem como objetivo procurar destruir princípios e posicionamentos de uma delas, mas propor uma posição de interação entre ambas de forma a garantir a manutenção de uma de forma a manter sempre a tensão entre elas. O autor explica que não se trata de uma relação entre “[...] tese-antítese-síntese, mas tese-tese-antítese, o que supõe uma permanente atividade de síntese.” (SOBRAL, 2013, p. 136).

Sobral (2013) ainda explica que, inicialmente, é realizada uma descrição das duas perspectivas e, em seguida, construída uma crítica a cada uma delas. A partir dessas críticas, é proposta uma nova concepção, cujo objetivo procurar destruir princípios não é privilegiar uma ou outra perspectiva, mas demonstrar que é possível abranger os aspectos parciais que cada uma em suas perspectivas não conseguiu alcançar.

Por fim, não poderíamos deixar de mencionar Foucault (2007), um de nossos pilares de estudos, devido as suas indiscutíveis contribuições para diversas áreas do saber e para os estudos sobre o discurso, em especial em se tratando das tensões sociais e do uso do discurso como poder, o que nos interessa mais especificamente.

Foucault (2007) propõe as bases do estudo sobre a constituição discursiva, que se conduzem a proposta epistemológica do saber discursivo tendo como fator primordial a História para a compreensão de toda análise. Essa construção arqueológica do saber conduzida pelo eixo prática discursiva-saber-ciência está inserida na linha de pensamento do materialismo histórico-dialético, que tem como base a preocupação de expor os interesses e as interações regentes em uma cultura através da história, pela análise das contradições dos fenômenos sociais. Assim, o objeto passa a ser visto a partir de sua relação dialógica com o sujeito compreendido como integrante do processo histórico.

Foucault, considerado um dos integrantes da epistemologia francesa contemporânea, de acordo com Evangelista (1990), lado a lado com seus conterrâneos Pêcheux, Althusser, além do russo Bakhtin, foram os grandes percursores da AD, que passou por várias alterações ao longo destes anos, no Brasil e na França. Há pesquisas brasileiras,

influenciadas por teóricos herdeiros dos autores acima mencionados, que conduzem a novas perspectivas de análise.

Podemos deduzir diante desta discussão sobre a Análise do Discurso brasileira e francesa que temos, atualmente, pelo menos, duas vertentes distintas de Análise do Discurso. A versão brasileira desta linha possui suas próprias condições sócio-históricas, que possibilitaram o seu surgimento em condições diversas das encontradas na França, no início da Análise do Discurso. Vale ressaltar que a variante brasileira surge na época da ditadura militar, quando não havia possibilidade de discussão marxista sobre o discurso, uma vez que o grupo, que surgiu foi desfeito pelo regime militar. A leitura empreendida sobre a AD pelos estudiosos brasileiros foi realizada somente após o surgimento da segunda fase da Análise do Discurso, na França.

Ousamos dizer que, no Brasil, há uma Análise do Discurso própria, desenvolvida com a herança deixada pelos estudiosos do discurso na França (Foucault, Pêcheux, Maingueneau, Courtine) e com independência dos estudos brasileiros. Sobre essa discussão acerca da nomeação de uma Análise do Discurso brasileira deixaremos para outros pesquisadores do discurso, pois não temos a pretensão de nos embrenharmos neste tema no estudo, que ora propomos realizar nesta tese. As apreciações aqui levantadas nos servirão para que possamos compreender as construções discursivas efetivas emergentes nas histórias de vida relatadas por mulheres, que sofreram e sofrem ainda sob o jugo da violência de seus parceiros. Para tanto, entraremos, agora, nas discussões sobre a história de vida e suas reflexões sobre a subjetividade, observando os conceitos sobre narrativa de vida, método biográfico, autobiografia a fim de caracterizar esta linha de estudo sobre o sujeito.

2.6 Discussões sobre relacionamento e intimidade

Desde os séculos XVIII e XIX, a valorização do ideal masculino, associado ao ideal de patriotismo tem sido defendida por diversas instituições sociais, desvalorizando, por outro lado, a mulher. A ciência trouxe com a Psicanálise estudos, que revelavam a mulher como mais propensa a doenças nervosas do que os homens. Assim, foi considerada a existência da sexualidade feminina, mas logo reprimida e tratada como origem da histeria patológica (GIDDENS, 1993). Isso por ser a sua constituição física mais frágil do que a do homem. Anatomistas indicavam, em suas pesquisas, que a mulher tinha o crânio maior do que o dos homens devido a uma insuficiência cognitiva e a associação com a infância, uma vez que só os bebês têm a cabeça maior do que o corpo (OLIVEIRA, 2004). A mulher, nestas circunstâncias,

era considerada um ser sem capacidade intelectual, portanto, estava sobre a responsabilidade do pai e, depois do casamento, a responsabilidade era transferida para o marido.

A Igreja Católica demonstrou a partir de textos religiosos que a mulher deve ser submissa ao seu marido, pois ele é a sua cabeça fazendo, com esse poder divino, a inserção da família no cenário de importância na compreensão do papel da mulher e o papel do homem. A ideia de família a partir do provedor masculino passa a ser defendida pela religião pelo Estado a fim de contra-atacar a posição da nobreza absolutista, conhecida por casos extraconjugais e festas regadas à muita bebida e a comportamentos sexuais “indesejáveis”.

Com a ascensão da burguesia, mais do que nunca a mulher passa a ser vista como um complemento do homem, que deveria ser aperfeiçoado e enobrecido pela afeição e puro amor de uma mulher. Dessa forma, ela se transformava em algo especialmente destinado à satisfação masculina. (OLIVEIRA, 2004, p. 72).

A partir da ascensão da burguesia, a delimitação das características dos gêneros promove a distinção do que deve ser considerado como parte do universo da mulher e o que deve ser considerado como parte do universo do homem. Imagens, símbolos, valores considerados femininos, tais como: fragilidade, doçura, discrição em lugares públicos e beleza sensual eram associados, exclusivamente, ao arquétipo feminino, enquanto que o universo do homem estava associado à agressividade, ao distanciamento dos sentimentos, à virilidade considerados valores tão fundamentais ao combate, segundo os interesses do Estado; e ao modelo de família, segundo os interesses da burguesia, dando início a sociedade patriarcal, na qual o homem era o centro do interesse da família, mulher e filhos. Conforme diz Del Priore (2013, p. 13), “[...] a família patriarcal resumida: ‘pai soturno, mulher submissa, filhos aterrados’.”

A influência do Estado, da burguesia e da Igreja, representada no cenário familiar pelo marido, trouxe grandes influências na formação da família brasileira e nos valores associados ao casamento. Na Europa pré-moderna, século XVII, e no Brasil nos séculos também posteriores XVIII e XIX, também, o casamento entre os pobres era associado à mão-de-obra no trabalho agrário, sendo raras as demonstrações de afeto entre os cônjuges. Diante deste quadro, numerosos eram os casos de relacionamentos extraconjugais. O sexo era tratado de maneira hostil pela Igreja Católica, sendo proibido até em toques ou beijos que visassem ao gozo, pois deveria servir apenas para a procriação. (DEL PRIORE, 2013). Essa prescrição deveria ser seguida pela mulher que deveria mostrar-se pura e casta.

A licenciosidade era, para o homem, a demonstração de sua virilidade para os outros homens. Havia a necessidade de relacionar o sexo ao prazer, fora do casamento e o sexo ao poder sobre a mulher, no casamento. Muitas mulheres nem conheciam o próprio corpo (e nem o médico tinha direito de tocar). A sensualidade e a sedução estavam fora do padrão de comportamento das mulheres, pois o recato, a religiosidade, as prendas do lar e a discrição fora de casa eram as suas virtudes. Isso não significa que não cuidavam da aparência, pois a imagem era a vitrine para agradar os futuros pretendentes, os espartilhos, que faziam as mulheres nem respirarem livremente, fazem parte da nossa memória feminina.

Não interessava saber se ela gostava do rapaz ou não. Del Priore (2013, p. 44) retrata um texto proferido pelo pai à sua filha: “[...] Minha filha, esse é teu futuro esposo” era a fase que selava o início da vida da moça a um novo status, pois somente mulheres casadas e férteis eram valorizadas pela sociedade. Além do que as moças de família não podiam ousar namorar ninguém sem o consentimento do pai que, por sua vez, procurava o marido para a filha que fosse o ideal para os interesses econômicos e sociais da família. Nos grupos sociais mais pobres, tal comportamento do pai sobre o futuro marido da filha nem sempre envolvia interesse econômico, mas estava associado à disposição do pretendente ao trabalho e a amizade das famílias envolvidas.

Nos séculos XVII e XVIII, o amor-paixão estava a cargo das relações extraconjugais, em que era comum, os homens convidarem as mulatas a terem relações sexuais e a persegui-las pelas ruas da cidade⁷. As negras eram para o trabalho, as mulatas para a fornicção. Às mulheres casadas, sobravam a conformação e a submissão ao marido tendo paciência, pois ele sempre voltava mesmo quando se apaixonava pela “outra”. Deviam tratar o marido com submissão e conformação ao voltarem dos seus relacionamentos “secretos”, afinal elas tinham um nome a zelar, o nome do marido, segundo Del Priore (2013).

As mulheres eram criadas sob os olhos da família e só podiam sair de casa com a autorização dos membros da família, se o pai estava ausente, o irmão assumia a responsabilidade. As procissões e as missas eram os eventos sociais que podiam frequentar sempre com a supervisão de um membro da família que a acompanhava em todos os lugares, sendo muitas vezes, o único evento que podiam ir. A moça de família deveria ter como modelo à Virgem Maria modelo de virtude e castidade, eliminando, com isso, a possibilidade de perder a honra, nesse contexto, a perda da virgindade antes do casamento era grave, engravidar, então,

⁷ Vemos isso retratado, na literatura, muito bem por Lima Barreto em sua obra *Clara dos Anjos*, em que uma moça carioca mulata de 17 anos filha de carteiro apaixonara-se pelo rapaz branco de classe social mais privilegiada Cassi Jones e dele engravidara, depois abandonada por ele e humilhada pela mãe do rapaz.

muito pior. Isso era questão de honra dela e da família e quando acontecia, muitas vezes, o suicídio era a opção escolhida.

Apesar dessa educação servil que as mulheres recebiam na sociedade brasileira, não deixava de ocorrer casos de traições das esposas ou casos de vingança com assassinatos dos maridos. As traições destas mulheres eram severamente punidas ou com prisões ou com confinamento em um convento, sendo a sentença proferida pela Justiça apoiada, portanto, pelo Estado. A questão da fidelidade era questão de honra dos maridos que deveria ter a punição exemplar divulgada na ‘boca do povo’. A posição da teoria vitimária, que afirma serem os homens vítimas desse modelo feminino de educação em casa, coloca a alienação dos homens aos próprios sentimentos, seu comportamento duro, agressivo, distante da família como culpa da imagem da mãe, modelo que deveria ser combatido ao submeter a esposa às suas vontades.

A violência contra a mulher era apoiada pela ciência, pelo Estado e pela sociedade (e pelas próprias mulheres) que indicava para indivíduos de alta posição social um ‘seguro real’ que dava plenos poderes ao homem de resolver o problema da traição até matando a esposa. Os homens, de modo geral, não sofriam punição por isso. O mesmo não ocorria com as mulheres de qualquer classe social, que não obtinham nem o pedido de desculpa, segundo Del Priore (2013). Trata-se de uma questão de honra do homem em uma sociedade patriarcal e sancionada pela legislação lusa aplicada no Brasil Colônia e no Brasil Império e continuada no inconsciente coletivo, demonstrado nos diversos casos de agressões contra as mulheres, que perduram até os nossos dias. Essas relações de poder, segundo Osterne (2005), são estabelecidas pela sociedade que isenta o Estado a agir de forma igualitária.

Recentemente, no dia 23 de junho de 2014, ocorreu o assassinato e estupro coletivo de uma jovem de 24 anos, mãe de três filhos, pelo namorado e dois amigos deste. O assassinato, com requintes de crueldade, ocorrido com perfuramento do pescoço da vítima com três facadas, deixando a faca cravada na vagina da vítima, além de cortar os seus cabelos, filmar todo o ato e enviá-lo para a mãe da vítima e depois deixar o celular na boca da jovem, segundo o jornal “Gazeta” de Vila Velha, ES (2014). A jovem vítima era acusada pelo namorado de traição⁸.

⁸ Não divulgamos o nome da vítima no texto a fim de manter o sigilo da identidade da vítima como fizemos com as outras vítimas. A indicação da reportagem está na lista de referências.

2.6.1 Primeiros passos rumo à cidadania

Nos primeiros anos do século XX, as mulheres conseguiam trabalhar fora de casa com o consentimento do marido, mas a sua educação deveria ser voltada para a família, a educação dos filhos e para os afazeres domésticos. Nos anos 1950, a avaliação social da mulher indicava que o casamento ainda era o ideal a ser perseguido pelas mulheres, conforme Del Priore (2012, p. 92) indica:

Nessa época, (anos 1950) as mulheres estudam, trabalham, circulam-porém, não estão realmente livres; nem das prescrições de comportamento, nem dos preconceitos e da vigilância crítica do seu entorno social. As que circulavam muito eram ‘rueiras’ e, portanto, ‘má influência’ para as ‘mocinhas de família’; as estudiosas eram ‘de gabinete’ e, portanto, pouco aptas a serem ‘boas esposas e boas mães’; as que saíam com rapazes e trocavam carícias mais ousadas eram ‘programistas’ e ‘fadadas a não se casar.’ Casar-se era o grande objetivo das mulheres de então.

A mulher, mesmo após o advento do feminismo, no Brasil, ainda continua envolvida com os valores culturais arraigados no comportamento delas e dos homens também. Eles continuavam presos ao ideal de mulher recatada e submissa, que mantinha a virgindade até se casar e as mulheres que se rendiam aos encantos dos rapazes, mas apenas serviam para a diversão (expressão usada até hoje pelos rapazes ao serem perguntados por alguma garota com quem tenham sido vistos nas festas e bares).

A chegada dos anos 1960 e 1970, de acordo com Del Priore (2013), trouxeram com muita força a liberação das regras de relacionamento. Os pais já não vigiam tão de perto as filhas, que conheceram a pílula anticoncepcional, o afastamento da sífilis com a chegada, em tempos anteriores, da penicilina, o amor livre, as festas dançantes, os festivais, enfim. Os jovens podiam tudo. Casais já se beijavam nas ruas em plena luz do dia. As mulheres emancipadas, agora, podiam trabalhar fora de casa, rompendo a dependência absoluta aos interesses dos maridos.

Os homens mantinham, entretanto, o símbolo de virilidade em que a procura por ter várias experiências com diferentes mulheres continuava. Aquelas que cediam aos seus encantos, esquecidas e desvalorizadas substituindo, assim, o estereótipo da concubina de séculos anteriores pela garota “fácil”. As práticas sexuais masculinas, segundo Oliveira (2004), eram bem menos censuradas do que as femininas e sendo até, frequentemente estimuladas, pois serviam como símbolo de virilidade masculina.

Havia, assim, uma dupla moral, segundo Del Priore (2013), os meninos eram educados de um jeito diferente das meninas. Estes sempre eram apontados como viris, insensíveis, livres, censurados em qualquer demonstração de feminilidade, enquanto que elas eram ainda sensíveis, recatadas, submissas e dóceis. Tal comportamento era comentado e valorizado pelas revistas femininas, que tinham como público a mulher dona de casa ou a mulher à procura de marido.

Esta posição falocêntrica⁹ da sociedade brasileira viu a mulher sair de casa, trabalhar fora, em escritórios, fábricas, lojas e tal posição refez muito lentamente as relações matrimoniais, segundo Del Priore (2013). A mulher-objeto que os homens desejam e procuram nas mulheres, que, agora, casaram, associando o amor ao prazer são cobradas por ele e pela sociedade. A mulher que procura ser bonita, ser uma excelente mãe e dona de casa exemplar começa a surgir no cenário brasileiro e mundial. Segundo Osterne (2005), o corpo da mulher é visto não a partir delas, mulheres, mas a partir do que se pensa a respeito delas, ou seja, não se importa com o que as mulheres pensam, o que sentem, mas o seu papel maternal na sociedade e sua natureza sensível.

O amor romântico já faz parte do casamento e a mulher deseja manter a chama do amor acesa e do interesse sexual do homem. “[...] A nova imagem da mulher que decidia que se sustentava e se cuidava, apresentava rachaduras. Ela não decidia porque gostava ou achava importante tais mudanças na sua vida, mas sim porque o homem queria assim...” (DEL PRIORE, 2013, p. 80). A infidelidade não deixou de existir e a mulher passou a conquistar o marido com um arsenal de estratégias: cosméticos, academia, culinária, dicas de revistas femininas, além da submissão, amabilidade, compreensão características já incorporadas no arquétipo do feminino. Esse posicionamento nos mostra que, mesmo diante dos avanços sociais como o direito ao voto, ao trabalho e ao controle da gravidez, muitas brasileiras ainda desejavam conservar o casamento ensinado de acordo com os valores culturais tradicionais, que estavam presentes desde o Brasil colônia, com a mulher ideal respeitável vinculado ao feminino.

Nos anos 1980 e 1990, a mulher se via como conservadora diante dos ventos do feminismo e, ao mesmo tempo, avançava nos seus direitos de cidadania. A praticidade da vida moderna deu mais espaço a ela na sociedade que passou a ter direitos trabalhistas e autonomia diante da sua relação com a sociedade com o marido. A mulher buscava uma identidade diante

⁹ Falocentrismo é a simbólica marca do masculino que não se confunde com o órgão sexual propriamente dito. O homem prova que possui a posse do falo, portanto, não são feminilizados, desqualificados, não-castrados. A mulher torna-se o agente comprovador da existência deste falo.

da realidade que vivia. Ela usufruía do poder de planejar quanto filhos desejaria ter, conseguido nas décadas anteriores, conquistando, assim, o direito a ter as suas possíveis escolhas na vida pessoal e profissional. O modelo de mulher de terno e com roupas masculinas para executivos não se tornou a imagem desejada pela mulher moderna, no Brasil, que trazia, ainda, os ares de conservadorismo da educação recebida pelas mães e pelas avós, desejosa de filhos e de um casamento duradouro. Assim, a mulher não bastava ser independente e bem sucedida na carreira, se ela não for casada, não está completa.

A mulher moderna trazia a necessidade de ser mãe, dona de casa, trabalhadora, cidadã, sujeita às adversidades dos padrões de beleza, esposa atenciosa e dedicada. A imagem da mulher como “homem de saias” devido às obrigações que assumiu no mundo do trabalho foi substituído pela mulher multifuncional, que educava as filhas ao modelo da avó e passado para a mãe, contudo, ela desejava novas oportunidades para as filhas.

A família, de acordo com Del Priore (2013), deixou de ter como centro das atenções o marido e passaram os filhos a ter o direito prioritário à atenção dos cônjuges. Os direitos sobre a educação deles passou a ser dividida entre a mulher e o homem, claro que para a mulher a responsabilidade continuava sendo maior sobre esta educação. Os avanços da psicologia e da pedagogia divulgados como parâmetros nesta educação indicaram a responsabilidade por essa educação ao pai e à mãe, sob a pena de uma punição pelo Estado com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 13 de julho de 1990.

Os casos de divórcio cresceram a “olhos vistos”, pois o amor romântico, ou seja, o amor vinculado à busca de encontrar o parceiro idealizado e vinculado à ideia de intimidade entre os parceiros trouxe para o casamento a efemeridade da relação. Assim, casais separam-se construindo famílias novas formadas pela união de filhos de outros casamentos, configurando, na sociedade, novos padrões familiares, ou seja, famílias formadas com filhos de outro casamento de um dos cônjuges, ou filhos de outros casamentos de ambos os cônjuges.

Mesmo diante desta nova realidade, a mulher atual, ainda, necessita da imagem do marido que afirma ser seu, como diz Del Priore (2013). O orgulho pelo fato de ser casada traz à mulher atual a busca pelo amor romântico e a autoestima vinculada a essa situação civil. Inúmeras são as mulheres que compram revistas femininas com “receitas” para conseguir marido; a indústria de casamento fatura muito com o sonho de princesa de entrar em uma Igreja acompanhada pelo pai e entregue ao “novo proprietário” e casar com véu e grinalda diante dos amigos e familiares. Músicas incentivam as mulheres a competirem umas com as outras, nesta concorrência pelo produto escasso, homem, como vemos no relato a seguir.

Ter um marido é uma verdadeira riqueza, especialmente em um mercado em que homens disponíveis para o casamento são escassos. As casadas se sentem poderosas, pois além de terem um marido, acreditam que são mais fortes e independentes do que eles, pois lhes são imprescindíveis, e também por acreditar que eles lhes são fiéis. O que as brasileiras mais valorizam nos depoimentos é o fato de terem um casamento sólido e satisfatório, de muitos anos. A existência desse tipo de casamento foi apontada como principal motivo de felicidade, já sua ausência motivou infindáveis queixas e lamúrias. (DEL PRIORE, 2013, p. 96).

Também na literatura, a supremacia masculina e o medo da mulher independente foi diversas vezes retratado, como na obra de Jorge Amado, Gabriela, em que o Coronel Jesuíno, assassina sua mulher e o amante da esposa, pois fica indignado com o fato de ser traído e decide lavar a honra com sangue. No entanto, casa-se novamente, obrigando sua esposa a comportar-se como sua esposa assassinada. Neste personagem, temos um reflexo caricatural da moral do brasileiro valorizadora da fidelidade das suas esposas e das suas amantes. Suas idas ao bordel da cidade deveriam ser consideradas naturais, ‘coisas de homem’. Os falsos triângulos amorosos encontrados na literatura como Otelo que se sentia traído por Desdêmona e Cassio; em Machado de Assis, Bentinho achava que estava sendo traído por Capitu com seu amigo Escobar; em Graciliano Ramos, Paulo Honório se sentia traído por Madalena com qualquer homem que se aproximasse dela; na obra de Domingos Olímpio, Luzia Homem é assassinada por Crapiúna por não ceder aos seus desejos de “macho”. Essas e outras manifestações testemunham uma cultura machista arraigada nos quatro cantos do planeta e em todos os tempos.

Modernamente, a figura do macho que, ainda, se dá o direito ao corpo da mulher escolhida é motivo de novela em horário nobre. A questão da virilidade é importante para o homem por não aceitar que a mulher encontre outro homem, que se aproxime dela, pois ao se relacionar com ela, o homem acredita que se tornou proprietário, assim como no passado histórico, conforme diz Oliveira (2004), o poder de validação da autêntica virilidade masculina é o outro, isto é, as mulheres que confirmam essa virilidade e o seu grau de intensidade. Essa atitude masculina de entender o relacionamento é mostrada também por Butler (2013), em um estudo de base lacaniana, em que o falocentrismo, mencionado antes, é o parâmetro de avaliação da masculinidade desta possessão. Homens precisam mostrar que têm a posse do falo e que as mulheres são as testemunhas disto. Assim, quanto mais mulheres, esse homem puder dominar pela sua virilidade, mais confirmação da existência do falo.

2.6.1.1 Mulher latina: mescla do passado com o presente

Diante dos avanços sociais alcançados pelas mulheres no século XX, o surgimento da pílula, o direito ao voto, entre outros, surge um modelo criado por elas e para elas entre a herança dos valores culturais do passado e as necessidades e exigências do mundo moderno. A mulher ideal está no inconsciente coletivo como um modelo de mulher multifuncional, independente quanto às suas decisões financeiras, mas que seja submissa, gentil, compreensiva com o marido e os filhos.

Apesar de reconhecer que o papel dela socialmente hoje mudou. Os ranços do passado ainda deixam entrever grande dificuldade na definição e diferenciação dos conceitos de vulgaridade e liberdade (DEL PRIORE, 2013). Isso é considerado fator de avaliação entre os homens sobre as mulheres e, logo, delas sobre elas mesmas. O fator de avaliação está associado ao modelo tradicionalmente visto pela sociedade desde a época do Brasil colônia. Expressões como “piriguete”, “mulher fácil”, “galinha” são muito presentes entre os jovens hoje em dia. A mulher para se divertir e a mulher para casar são modelos de avaliação que indicam o poder vinculado à perspectiva do falocentrismo. Recentemente, uma pesquisa de Garcia *et al* (2014) apontou que as mulheres, que se vestem com roupas curtas ou justas merecem ser bolinadas e estupradas.

O comportamento feminino considerado como respeitável pelos homens é aceito pelas mulheres, pois a ideia de “felizes para sempre” persegue o estereótipo feminino de felicidade. Assim, aceitar este modelo arraigado na sociedade brasileira é ainda uma opção dita “acertada”, segundo Del Priore (2013). O casamento continua como o modelo de valorização de uma mulher, como se ela só pudesse ser tornar um ser humano completo se tiver a figura masculina ao seu lado, mesmo que isso chegue ao extremo da agressão física e psicológica em muitos casos atuais, como iremos ver nos *corpora* analisados. Não significa, de acordo com Del Priore (2013), que ela não se interesse por sexo ou que não haja as que se interessem pela variedade. O século XXI mostra-se como um grande laboratório de modelos amorosos e de diversas identidades à disposição na vitrine para ambos os lados.

E os homens? A preocupação com a satisfação no ato sexual, ou mais especificamente, com o orgasmo feminino, passou a existir e ser a preocupação deles também. Todavia, eles permanecem com a mesma virilidade desejada de antes. Há homens, de acordo com Del Priore (2013), reclamando que as suas esposas não têm o mesmo apetite sexual que eles, por isso eles têm amantes. Assim, a sexualidade, as histórias de amor e o casamento estiveram e estão sob o controle da Igreja Católica, da família e da comunidade, conforme Del

Priore (2012), como era antes, mas com diferente roupagem. Neste sentido, faremos a seguir um percurso nas histórias de vida, a fim de compreender como elas evoluem no tempo e nos lugares.

2.7 Narrativa de vida: reflexão sobre a subjetividade

Os estudos sobre a história de vida, segundo Pineau e Le Grand (2005), consistem em pesquisar a construção dos sentidos produzidos, narrativamente, e estabelece uma relação com lugares, datas, fatos do curso de uma vida social. Esses pontos característicos da vida social são “bússolas identificando pontos de exploração” (PINEAU; LE GRAND, 2005, p. 80) para as identidades narrativas, que se afastam e se diferenciam do vivido para construir e incluir um ponto de vista a respeito desse passado e ressignificá-lo.

A consciência histórica do narrador, conforme Ricoeur (1997), sobre a sua trajetória estabelece durante a produção de um relato, a noção de presente histórico que é um tempo diferente do tempo cronológico. A ordem cronológica dos fatos é alterada e os fatos vividos, colocados em destaque, são trabalhados de acordo com as capacidades pessoais de ressignificar tais fatos e, refletindo sobre eles, o sujeito projeta o futuro.

A narrativa, para Pineau e Le Grand (2005), além de possibilitar uma reflexão sobre o passado para ressignificá-lo e propor um futuro, possibilita um retorno narrativo em que a reflexão inverte a ordem do tempo. Integra os fatos isolados em um todo coerente numa relação em que acontecimentos vividos em épocas distintas podem ser relacionados em efeitos de causa e consequência, por exemplo, de acordo com o modo como a subjetividade faz a sua releitura da sua própria história.

A narrativa, de acordo com Bertaux (2010), se torna a materialização desta subjetividade ao promover uma organização dos fatos vividos não de forma cronológica, mas numa sucessão de fatos escolhidos, que são significativos na história do sujeito e ressignificados em grau de importância no momento em que os relata e revive.

Os fatos tornam-se novos ao serem revisitados e refletidos em um tempo cronológico posterior ao vivido, deixando surgir à tona uma subjetividade, que se torna agente no momento, em que analisa, pondera, interpreta, julga e sintetiza os fatos vividos na construção da narrativa (PINEAU; LE GRAND, 2005).

Sobre esta articulação do sujeito sobre os fatos relatados, Pineau e Le Grand (2005) indicam que o locutor produz o texto de acordo com o seu interlocutor. Sobre essa relação no processo e comunicação, o pesquisador deve observar esta relação:

Convém prestar bastante atenção sobre essa relação onde cada um dos atores está implicado fortemente. A complexidade das implicações ocorre tanto nas dimensões institucionais quanto nas afetivas e culturais. Cada um analisa, observa, define a situação, tendo um sentido de co-construção. (PINEAU; LE GRAND, 2005, p. 113).

Os autores comentam que se forma um ato de linguagem criado em uma situação sociolinguística específica em que os autores/atores da situação narrativa devem se manter a distância para compreender o que se passa e refazer o conteúdo e ressignificá-lo. Eles vivenciam simultaneamente a situação de autores e atores, uma vez que é o próprio interlocutor o objeto de construção discursiva. Assim, a própria história se constrói como objeto de estudo. Segundo Maia-Vasconcelos (2003), o outro da relação é também sujeito da situação, pois reconstrói o discurso relatado e tem como papel fundamental transformar este sujeito em objeto narrativizado, ao decodificar as mensagens do outro. A autora afirma também que o interlocutor não somente trata de relatar os acontecimentos, pois o correr do tempo transforma significações nas ocorrências, atenuando ou agravando, mas relata os sentidos encontrados no silêncio e nas hesitações, quando nas escolhas de palavras.

A necessidade de narrar os acontecimentos ocorre no momento em que surge um fato na vida do indivíduo, a que Maia-Vasconcelos (2003, 2014) chamou ruptura, que possibilita um desvio da sua trajetória de vida, ao causar uma realidade paralela àquela anterior. Esse evento pode ser considerado como um evento traumático que provoca no indivíduo uma reflexão sobre o que aconteceu, levando-o a relacionar o evento presente com os fatos anteriores e produzindo-lhe uma reconstrução dos sentidos em sua vida, tocando duas dimensões aqui já tratadas: tanto no que concerne à direção, que dará a seu futuro, e ao significado, que atribuirá à sua própria vida. As pessoas que passam por uma situação análoga, ainda que vivendo em mundos sociais diferentes, formam o que Bertaux (2010) considerou, em seus estudos com profissionais de panificação, uma categoria de situação por vivenciarem fatos semelhantes.

Defendemos, então, que, sobre esta situação, torna-se claramente perceptível que uma subjetividade não somente relata os acontecimentos vividos a partir de um ponto de vista do presente, conforme afixam Pineau e Le Grand (2005), mas que se constrói na complexidade das relações inter e intrapessoais com a coletividade, na qual está inserida por uma contigência que nem sempre lhe foi dada a escolher. Nesse contexto de surgimento da subjetividade pelo relato, cabe-nos trazer à tona uma discussão acerca dos conceitos de história

de vida, narrativa de vida, autobiografia e heterobiografia à luz das reflexões feitas pelos estudiosos sobre possíveis acepções atribuídas a tais conceitos.

2.7.1 História de vida, narrativa de vida ou autobiografia? Discussão de conceitos

Os estudos biográficos referem-se aos relatos produzidos por indivíduos, que vivenciaram os fatos e que nos contam a partir de suas lembranças resgatadas na memória. Sabemos que um acontecimento não é apenas um fato pontual que ocorre e acaba. Por mais insignificante que pareça a uns, a outros relembra e significará de maneira diferente. Toda a história de vida de um indivíduo é ancorada em histórias contadas desde antes de seu nascimento, podendo se estender até depois de sua morte. Neste sentido, o indivíduo relaciona as experiências vindas dos outros (familiares, amigos) e com os fatos que realmente se lembra, ou seja, que vivenciou. Toda autobiografia, portanto, tende naturalmente para a ficção, sem que se perceba a transição. Trata-se de um processo de autoficção (WEINSTEIN, 1981), isto é, algumas lembranças de outros são relacionadas aos fatos de que são lembrados, vivenciados fazendo com que as experiências dos outros sejam incorporadas como nossas e idealizadas com lembranças vividas. Entretanto, elas não têm a mesma riqueza de detalhes, que as lembranças estabelecidas pela vivência, muitas vezes, por falta de coerência e de sentido – utilizando-nos aqui da terceira dimensão defendida por Maia-Vasconcelos (2014), a saber: o sentido referente às sensações que aportam às lembranças, tais como cheiros, gostos, toques ou dores. Essa incorporação acontece porque tendemos a unificar nossas lembranças em torno da imagem que fazemos de nós mesmos e essa imagem, para Prat (2001), nos mostra o *mito* que somos para nós mesmos. Deste modo, por mais que procuremos em nossa intimidade nossa história, corremos o risco de ver emergir imagens banais, ao passo que, espontaneamente, em uma conversa cotidiana, algumas lembranças nos surgem de base muito mais profunda.

Esta discussão sobre a história de vida é vasta e bastante polêmica. Convém lembrar a noção aristotélica de *peripeteia* [peripécia] a fim de demonstrar quão antigos são os estudos sobre narrativas *de vida*. Destacamos e acrescentamos a noção ‘de vida’, uma vez que toda história envolve, de alguma forma, a presença de sujeitos que vivenciam os acontecimentos. Não se pode contar, por exemplo, a história do Descobrimento da América, do Brasil e a inauguração de Brasília, sem contar a histórias das pessoas que estão envolvidas no processo. Dessa maneira, tragédias e histórias felizes, ficcionais ou não, são sempre passadas de geração em geração sob a forma de narrações.

A narrativa de vida está em um campo mais vasto do que a história de vida, pois enquanto a história de vida se insere como uma forma de “[...] pesquisa e construção de sentido a partir de fatos temporais e sociais” (PINEAU; LE GRAND, 2002, p. 5) a narrativa se constrói no momento em que um indivíduo relata os fatos vividos a uma ou várias pessoas. Todavia, a narrativa e história de vida, segundo o pedagogo Le Grand (2000), são sinônimos, porque possibilitam recontar os fatos narrados, ao ressignificar, produzindo uma atividade hermenêutica sobre estes fatos.

A narrativa de vida, para Bertaux (2010), é a produção discursiva da história de vida oral ou escrita. A narrativa de vida conta apenas a situação vivida pelo interlocutor no processo de diálogo estabelecido com o pesquisador durante uma entrevista e não um relato autobiográfico. A autobiografia é compreendida como o relato de toda a vida do relator, desde o nascimento até o momento atual. O sociólogo afirma que analisa o relato de uma situação vivida e não um relato autobiográfico. Complementarmente à ideia de Bertaux, Delory-Momberger (2005) defende que a narrativa de vida consiste em apropriar-se de fatos vividos e relacioná-los com o todo. Assim, a autora afirma que “[...] para o autobiógrafo, o sentido se constrói na articulação da figura total da vida e de suas partes” (DELORY-MOMBERGER, 2008, p.58). Trata-se de recuperar os fatos vividos pela memória e ressignificá-los em uma sequência narrativa escolhida pelo próprio sujeito para um sentido particular.

A autora também se apropria do termo heterobiografia que consiste em na escrita de si no momento em que nos confrontamos com a narrativa de outrem (DELORY-MOMBERGER, 2008). É considerada uma forma complexa de narrativa biográfica em que, diante da narrativa do outro, das suas emoções, sentimentos, acontecimentos, o criador do texto compreende o que é dito e escreve de acordo com inter-relação estabelecida entre o indivíduo, que relata o fato e aquele que escreve. A narrativa produzida, então, não é, exatamente, a mesma produzida por um indivíduo que relata, mas uma reconstrução de si sobre o outro.

Para filósofos, como Lainé (2007 *apud* BURRICK, 2010), a narrativa é a mediação entre a vida e a história de vida, compreendendo que só é possível a história de vida como processo em que o indivíduo passa a contar a sua história. Portanto nem todos que vivem ou viveram possuem uma história de vida. É preciso pensar nela e construí-la para que ela exista, caso contrário, tem-se apenas vida.

A influência do processo histórico na formação dos indivíduos como seres sociais está bastante presente nas narrativas. Valores familiares, educacionais e comunitários e as relações de poder estabelecidas, nessas ordens de valores e pelas instituições sociais conduzem os indivíduos a aceitarem obrigações sociais (a escolha de uma profissão, por exemplo),

conforme relatos dos indivíduos. Por exemplo, a pesquisa etnossociológica de Bertaux (2010), cujo objetivo era analisar a inserção de jovens vindos de diversas localidades no interior da França para trabalhar como aprendizes de padeiros, em Paris, a partir de narrativas fornecidas em entrevistas.

Nóvoa (2010), verificando esses estudos diversos sobre a narrativa de vida, destaca a proposta de um método biográfico, que se insere contra a epistemologia sociológica da objetividade, que analisa os fatos, ao separar o sujeito do objeto de estudo. O método biográfico enquadra-se numa necessidade de renovação metodológica e crítica da epistemologia vigente citada, anteriormente, relacionada à biografia e ao momento histórico datado e vivido (NÓVOA, 2010). Diante dessa questão, verificamos a seguir como se organiza esse método biográfico e suas implicações na linguística.

2.7.2 Historicidade dos estudos biográficos

As narrativas de vida tiveram os seus primeiros passos na produção de biografias de pessoas conhecidas, dando a entender que somente pessoas famosas (políticos, imperadores, entre outros) tinham o direito de relatar sua vida. Dentro dessa perspectiva, muitas obras de imperadores, pessoas ligadas ao mundo artístico relataram suas histórias de vida. O povo não entendia a importância de relatar sua história, tornando a autobiografia como um gênero de elite. A história centra-se desde a antiguidade clássica sobre os fatos coletivos e, com uma referência direta, centra-se na vida dos chamados grandes homens, valorizando os feitos realizados por esses e associados aos acontecimentos coletivos.

Segundo Pineau e Le Grand (2002), a primeira obra que concilia conhecimento de si e produção autobiográfica foi sem dúvida “As Confissões” de Santo Agostinho. Essa obra traz uma reflexão sobre o reconhecimento de sua própria vida, com seus limites e relações entre o conhecimento de si e o conhecimento vinculado a uma temporalidade específica, em que o presente assume uma posição de multiplicação de dimensões e, por fim, as limitações do ser humano na sua condição existencial. O autor inaugura com essa obra a consciência histórica, que se propõe a autorreflexão da narrativa de vida.

Os séculos XVIII e XIX viram o surgimento de diversas confissões, memórias e lembranças na Inglaterra e na Alemanha, e o surgimento da palavra “autobiografia” como a possibilidade de contar a própria existência. Neste mesmo período, tais relatos passam a ser vistos como um registro do contexto histórico da civilização.

Os estudos sobre biografia passaram a ser vistos com cientificidade, sendo estudados por diversas áreas científicas. Na sociologia, a história de vida do sujeito repousa sobre a ordem social em uma rede de relações objetivas e posições ocupadas pelos sujeitos, que estão no mesmo campo e inseridos no mesmo espaço (BURRICK, 2010). Na etnossociologia, a história de vida não está relacionada diretamente à narrativa de vida, pois a narrativa é uma construção subjetiva, portanto, não há compromisso total com a veracidade dos fatos, mas com as impressões e sensações que esses fatos proporcionaram à vida do sujeito.

A psicologia considera a história de vida influenciada pelos desejos e o inconsciente do sujeito que relata a sua história. O sujeito é inscrito em uma história individual e uma história social, tendo cada parte de seus valores divididos e refletidos na autobiografia. Nas ciências da educação, a vida do sujeito é concebida a partir de uma sucessão de acontecimentos e que a cientificidade analisada está implicada na articulação desses dados com o contexto sócio-histórico e político. A estruturação da narração é consolidada pela análise dos acontecimentos contados.

Na filosofia, a narrativa de vida torna-se, na visão de Ricoeur (1997), uma construção ficcional formada a partir da historicidade do sujeito e da temporalidade, ou seja, o sujeito reflete sobre o seu passado a fim de projetar-se para o futuro. Na percepção desse autor, a identidade narrativa se constrói no momento em que o sujeito reflete sobre ele mesmo e se ressignifica diante dos fatos revividos e se projeta no futuro.

Na linguística, o estudo sobre a narrativa de vida tem encontrado adeptos que analisam a subjetividade nesse processo de reconstrução da sua história na autoria, na discussão sobre a imagem de si no discurso, por exemplo, como também no estudo metalinguístico da narrativa de vida tão particularmente diferente da narrativa já estabelecida pelos gêneros linguísticos como os contos literários.

Atualmente, a teoria da narrativa ortodoxa e da narrativa heterodoxa de Maia-Vasconcelos (2014) propõe o estudo de dois modelos narrativos, que ocorrem em situações diferentes. A ortodoxia propõe a organização temática vinculada à sequenciação cronológica dos fatos, em que há uma sequência prototípica de produção. A heterodoxia está produzida em uma posição oposta, a organização da sequência de fatos vividos é estabelecida pelo narrador, que conta a sua história. A sequência temática não está vinculada à sequência cronológica, mas vinculada à emoção, em que fatos do passado estão atrelados aos do presente. Os fatos em narrativa ortodoxa estão produzidos em uma organização pré-estabelecida, sendo modificados ao serem relatados, pois as palavras não conseguem traduzir totalmente os sentidos vividos. Os fatos em narrativa heterodoxa, por sua vez, relatam a partir do clímax, ou seja, o fato que causa

uma ruptura na narrativa é o iniciador das ligações entre os fatos como um emaranhado de linhas e fios, que conduzem uma nova trama pessoal e subjetiva.

Muitos outros campos do saber debruçam-se sobre os estudos biográficos (sociologia clínica, neuropsicologia, entre outros), entretanto, não vamos continuar a avançar nesta seara por ultrapassar os nossos objetivos. A concepção que nos interessa sobre a narrativa de vida está vinculada à etnossociologia, à filosofia e à linguística e é sobre as suas compreensões científicas e epistemológicas que iremos nos deter nas próximas seções.

2.7.3. Método biográfico etnossociológico

O método biográfico, isolando o tradicional modelo hipótese-verificação, lança o desafio de analisar a historicidade de uma vida e alcançar a generalidade a respeito de um grupo social. Nóvoa (2010) a respeito deste método comenta que a subjetividade, inerente à toda pesquisa biográfica, está ligada a um processo hermenêutico sobre a própria vida, possibilitando uma ressignificação dos fatos. É também considerada qualitativa, ao afastar-se de métodos quantitativo e experimental de análise, pois não é possível conceber como “[...] uma história de vida pode confirmar ou negar uma hipótese geral.” (NÓVOA, 2010, p. 37).

A análise biográfica pode ter seu objeto de estudo classificado em dois grupos: materiais biográficos primários e materiais biográficos secundários. Os primários são retirados de situações de interação face a face como entrevistas e grupo focal. Os secundários, por sua vez, são documentos pessoais ou oficiais, fotos, relatos em diários, recortes de jornal, entre outros. Os dois grupos de análise possibilitam a inserção de um estudo sobre a subjetividade encontrada no discurso biográfico, tratando-a como um objeto de estudo científico.

Todavia, as narrativas encontradas no fórum virtual indicam que este não se apresenta nem como uma entrevista e nem totalmente como um documento estando, assim, em uma transição entre estas duas categorias, citadas por Nóvoa (2010). Essa conclusão surge ao observarmos os textos apresentados no fórum que possuem data, arquivo no site, hora em que foram publicados, mas não são documentos oficiais, ao mesmo tempo em que não são entrevistas, mas se constroem em uma interação discursiva. Os boletins de ocorrência, também, estão na condição de transição entre as categorias de Nóvoa (2010). Eles não são entrevistas (não há interação entre duas pessoas), mas há uma disposição de falar de si, porque encontrou um espaço comum entre muitas pessoas, que vivenciam a mesma situação e utilizam o boletim de ocorrência, além desse momento de escuta proporcionado pelo Estado para expressão das suas realidades.

O estudo da narrativa biográfica leva em consideração à práxis social, não importa em qual gênero textual esteja o material biográfico analisado. O social está em relação dialética com o individual, ou seja, pode-se ter acesso às características do social de acordo com as características da subjetividade que vive esta práxis social. Essa relação entre esses dois polos: subjetividade e coletividade, elimina a distinção entre o particular e o geral, possibilita a construção de uma subjetividade, por representar o coletivo, traz valores sociais, familiares e institucionais, numa relação de poder que induz o sujeito a se inserir nas necessidades da sociedade.

O aspecto histórico, portanto, é essencial na análise biográfica, pois responde as perguntas sobre a origem dos valores familiares e sociais, que estão presentes nos grupos sociais a que pertence o sujeito e se reflete nas suas escolhas de vida. A práxis social e a historicidade estabelecem uma relação dialética, que se reflete na relação do sujeito e a coletividade.

Neste aspecto, a relação entre a biografia individual e a biografia social se enquadra na natureza da completude, em que a parte não é mais importante do que o todo, ou seja, o individual possui características particulares, entretanto, na sua singularidade, estão presentes as características da coletividade (biografia social). A coletividade, por sua vez, nasce da junção das características de cada sujeito, isto é, uma nova organização com características próprias.

Em nosso estudo, é relevante fazer emergirem essas categorias, vez que o instrumento de coleta – Boletim de Ocorrência – não guarda constitutivamente o caráter confessional que visualizamos nos fóruns, por exemplo. É um modelo-documento – formulário, que se presta a uma denúncia feita por um declarante, quiçá transformada e manipulada pelo habitual gesto institucional de relatar. Embora algumas marcas do sujeito ator da denúncia possam parecer expostas por “palavras de baixo calão”, expressões específicas que dão o caráter da humilhação e da dor por que dizem passar esses sujeitos.

Afirmarmos que o texto Boletim de Ocorrência é um texto singular e plural ao mesmo tempo: singular por ser um modelo único de narrativa sob a concordância das ‘declarantes’; e plural pelo mesmo motivo, pois formula um discurso coletivizado e cristalizado pela compreensão dos efeitos de causa e consequência.

A narrativa biográfica possui campo nos estudos linguísticos. Maia-Vasconcelos (2014) faz um estudo sobre a construção da narrativa a partir de duas categorias de análise: ortodoxia e heterodoxia. A primeira categoria indica a construção da narrativa a partir da divisão clássica: introdução, desenvolvimento e desfecho. Na segunda, temos a inserção dos

aspectos vividos na produção da narrativa que ultrapassa esta classificação, pois cada fato pode ser anunciado sem necessariamente obedecer à sequência ortodoxa. A ordem de sequenciação obedece à importância dada aos fatos, modificando a ordem estabelecida. Nesta perspectiva, o sujeito é autor, que, circunstancialmente, conduz a ordem dos fatos de forma singular.

O método biográfico, assim como o estudo biográfico como um todo, está presente em diversos campos de estudo, pois possui a característica de ser um estudo transdisciplinar, que encontra em diversas searas científicas espaço para estudar a subjetividade e a sua relação com o social como está presente nos estudos sobre a história de vida e o processo de formação profissional dos indivíduos, a sociologia e a compreensão dos movimentos sociais a partir das biografias.

A seguir, entraremos em uma seção destinada a analisar o sujeito coletivo como uma proposta feita a partir do sujeito para Foucault e para Lefèvre e de categoria de situação de Bertaux, bem como o *ethos* discursivo indicativo da imagem de vitimação consolidada na relação de poder, segundo Foucault (2010).

2.8 Proposta da consciência coletiva: um sujeito complexo

O sujeito é uma percepção ao mesmo tempo óbvia e oculta, que está presente em praticamente todas as línguas e apresenta-se como ponto central nas discussões epistemológicas das ciências. A presença do “eu” nas análises foi diversas vezes questionada pelos cientistas e epistemólogos, trazendo à tona a discussão milenar entre a fé e a ciência: o homem deve ser ou não o condutor do seu pensamento científico?

Benveniste (2006) afirma que o sujeito faz com que o homem se constitua pela linguagem, ou seja, o uso do pronome “eu” age com a apropriação da consciência de si. É estabelecida, no processo de comunicação, uma relação além de locutor e destinatário proposto por Jakobson. Há, para Benveniste, uma relação interna ao discurso entre o enunciador e o enunciatário em que um “eu” fala para um “tu”, promovendo a consciência de si a partir desta oposição. A subjetividade inserida neste sujeito só se forma, portanto, a partir da intersubjetividade, compreendida como a capacidade do locutor de se posicionar como sujeito no processo interativo de comunicação.

Foucault (2007) percebe o sujeito estabelecido no processo interativo de comunicação, integra-o ao complexo descontínuo em que envolve o discurso, que este está sensivelmente influenciado pelo acontecimento ao qual o discurso e a ordem das coisas estão

submetidos. Este sujeito é capaz de ressignificar os sentidos que estão, por sua vez, justificados pela história.

O sujeito fundante, com efeito, está encarregado de animar diretamente, com suas intenções, as formas vazias da língua; é ele que, atravessando a espessura ou a inércia das coisas vazias, reapreende, na intuição, o sentido que aí se encontra depositado; é ele igualmente que, para além do tempo, funda horizontes de significações que a história não terá senão de explicitar em seguida, e onde as proposições, as ciências, os conjuntos dedutivos encontrarão, afinal, seu fundamento. [...] (FOUCAULT, 2007, p. 47).

Bakhtin (1997), assim como Foucault (2007), afirma que a atividade mental do “eu” está impregnada de construções históricas, que se formam a partir de uma posição ideológica, marcada no contexto social expresso a partir dos interlocutores. A consciência de um “nós” no discurso do sujeito é proporcional ao grau de relação com o mundo, no qual ele se insere, ou seja, o pertencimento do sujeito a um meio social com seus valores culturais, ideológicos, conduzem-no a estabelecer um grau de valoração no seu discurso (BAKHTIN, 1997).

O sujeito, para Morin (2003), é o ponto essencial de compreensão nos processos de reflexão sobre si mesmo, como a psicanálise, por exemplo. Entretanto, a sociedade anula a percepção de sujeito, pois os conceitos, os valores e a cultura promovem uma valorização do global em detrimento dos fatores caracterizadores do sujeito. Quanto a essa posição com o social, Bakhtin (1997) afirma que a maneira como o indivíduo vê o social está inserida na maneira de conduzir o seu próprio pensamento. Assim, o processo enunciativo é, totalmente, constituído de um posicionamento ideológico-social. Ambos os autores propõem um estudo sobre o sujeito observando-o a partir de uma relação de autonomia e, ao mesmo tempo, dependência em relação à cultura, numa percepção dialógica entre cultura e consciência do indivíduo.

Trata-se de uma relação autônoma do sujeito em relação à sociedade e da sociedade em relação ao sujeito. A não existência de um integrante-sujeito da sociedade não vai possibilitar uma mudança do sistema sociedade, e a não existência da sociedade não vai deixar de impossibilitar a existência do sujeito. Entretanto, para ser autônomo, é necessária a dependência em relação aos aspectos culturais, biológicos e sociais que promovam essa autonomia (MORIN, 2010).

Assim, pensando no sujeito a partir desta relação social, a seguir, teremos o sujeito na perspectiva de Foucault nos aspectos relevantes para a compreensão do sujeito coletivo.

2.8.1 Discussões sobre sujeito foucaultiano

A discussão sobre conhecimento do sujeito tem seus resquícios na cultura helenística e formalizado na famosa prescrição délfica “conhece-te a ti mesmo” (*gnônai heautón*). Este termo se refere não a um conhecimento de si como fórmula moral de conduta, mas como conhecimento de si inserido numa fórmula mais ampla nos textos gregos com a expressão “cuidado de si mesmo” (*epiméleia heautoû*). O pensamento filosófico traz a ideia de que se deve ocupar consigo mesmo e não se esquecer de seus reais interesses, para isso, é preciso amar-se a ponto de saber as suas reais necessidades e vontades e não sofrer a influência das vontades de outros.

Esta linha de conduta predominou no mundo helenístico, questionada a sua soberania com o surgimento do cristianismo, que firma na sociedade de sua época, uma nova linha de conduta “amar ao próximo como a si mesmo”, afasta o pensamento grego da sociedade e traz uma visão de igualdade entre os homens. O modelo cristão estabelece uma relação entre o cuidado de si, que leva ao conhecimento de si e, à renúncia de si como objetivo.

De acordo com o senso comum, a Bíblia faz referência ao amor e usa imagens que retratam o poder dissoluto de Jesus, quando veio à Terra: o panorama se expande pelo amor ao próximo como a si mesmo, impondo que o amor está em primeiro lugar na ordem do discurso. Mas, paradoxalmente, esse amor próprio intrínseco ao “como a ti mesmo” deve ser construído de desamor a si, pois a caridade, a doação, a quebra de orgulho, tudo isso é representado pela ação de Cristo de “morrer pelos pecadores”. Isso forja a imolação, que, culturalmente, se encastrou no servir ao outro, na ação de “dar a outra face”, fato que muito veremos nos relatos das mulheres aqui estudados.

A visão helenística sobre o sujeito estabelece uma relação entre ações e pensamentos para possibilitar o conhecimento de si e gerar a auto-transformação. A verdade deste sujeito está nele. A visão moderna sobre o sujeito, que se funda no cristianismo concebe o sujeito a partir do conhecimento da Verdade, que está fora do sujeito e que é facilitadora da transformação subjetiva. O pensamento cristão que marcou a relação do sujeito com o mundo fez com que a visão subjetiva helenística fosse esquecida e reduzida a lembrança do oráculo de Delfos, simplificando uma conduta de vida da sociedade helenística.

Na sociedade moderna atual, segundo Foucault (2006), a filosofia acerca do sujeito se funda em três caminhos: inserção do sujeito na construção de um conhecimento objetivo encontrado na filosofia analítica e positivista; análise dos sistemas significantes dando origem ao estruturalismo na linguística, na sociologia, na psicanálise, entre outras áreas; e o caminho

preferido por Foucault (2010), que estabelece o sujeito como inserido nas práticas históricas em estado constante de devir.

O sujeito é descrito na sua dimensão ética vinculada à dimensão histórica. Isso indica que o posicionamento moral de obediência às Leis é construído na relação historicamente construída, em que o sujeito moral é uma construção dos processos históricos ao qual o sujeito se submete. Os seus posicionamentos sociais, imagens de si construídas no discurso são sustentados e justificados pela dimensão histórica, na qual o sujeito está inserido. Estas práticas de si, para Foucault (2006), estão longe de serem percebidas como momento filosófico, mas como processos constituídos na história e validados socialmente.

A construção do sujeito foucaultiano está inserida não em uma construção solitária formada a partir da posição egocêntrica do indivíduo, mas por considerar a existência da relação com o outro nas interações estabelecidas socialmente. As relações sociais são constituídas a partir de relações de poder que controla os indivíduos classificando-os em categorias e padronizando-os. Essas formas de poder inseridas nas instituições (educacionais, psiquiátricas, penitenciárias) que causavam controle do sujeito para moldá-los também estavam presentes nas relações sociais como um todo.

O poder presente nestas instituições está visto de maneira clara na sociedade pela coerção e punição, que submete todos os indivíduos como vigilância e punição, mas também está presente nas formas mais sutis das relações humanas. O poder, o desejo e o interesse estão intimamente interligados nas relações do sujeito com o outro. Foucault (2010) afirma que as formas de poder na sociedade se exercem a partir do momento em que se deseja que ele (o poder) aconteça. Caso contrário, as formas de luta ou passividade (haja vista o modelo de luta contra o poder liderado por Ghandi contra os colonos ingleses) são utilizadas para mudar ao modelo de submissão ao poder, porém não é possível deixar de se submeter ao poder. Ele se estabelece em todas as esferas sociais, ao conduzir o sujeito a uma relação de submissão que, ao mesmo tempo, é aceita e desejada por esse sujeito.

O sujeito consciente ou inconsciente deste poder e historicamente construído encontra no discurso o ambiente de materialização destas relações. Sendo produto do contexto histórico, o discurso se constrói nas relações de interesses ideológicos em que se “seduz” o outro para o que se procura salientar e, por outro lado, silenciar. O sujeito discursivo na visão de Foucault (2010) se dispersa em uma pluralidade de posições e funções discursivas reguladas pelas ordens de organização da constituição do discurso.

As relações de poder historicamente validadas encontram, no discurso, o ambiente de legitimação ao promover a ordem discursiva, ao estabelecer formas de regularidade e

dispersão dos acontecimentos que exclui, silencia e seleciona os enunciados. O sujeito se insere dentro deste construto descontínuo de acontecimentos e torna-se sujeito fundante do discurso, pois estão, à sua disposição, as significações, que a história explicita e reafirma. Ele está carregado de intenções, de sentidos e, como diz o autor, “[...] dispõe de signos, marcas, traços, letras.” (FOUCAULT, 2002, p. 47). Essa desconstrução do sujeito e, ao mesmo tempo, carregamento de funções dá ao sujeito um não assujeitamento discursivo. Isto quer dizer que o sujeito é percebido como um construto do discurso e, ao mesmo tempo, aquele que é consciente do que diz.

Foucault tem o sujeito como objeto de sua pesquisa: o modo como o ser humano torna-se sujeito nas instituições sociais, o sujeito objetivado na gramática e na filologia, o modo como o sujeito encontra-se na sociedade e relaciona-se com os outros.

Estudos sobre a subjetividade foram realizados em diversas áreas de estudo. Entretanto, para esse trabalho sobre o sujeito coletivo, interessam, apenas, mais dois: Bertaux (2010) e Lefèvre (2005). A seguir, trazemos a discussão sobre *ethos*, pois percebemos, nesta fase de andamento da tese, haver uma imagem de si no discurso de vitimação, na relação entre a relatante e o agressor.

2.8.2 *Ethos discursivo e a representação social*

A construção da imagem de si ocorre durante a produção do ato de fala. Assim, nas situações do cotidiano, como uma conversa entre o professor e um aluno, uma entrevista de trabalho, as relações de sedução e os comícios de candidatos políticos, há a construção de uma apresentação de si, que o locutor desempenha como verdadeira em seu discurso. Conhecido como *ethos* tal apresentação de si do locutor desempenha um papel, que procura influenciar o seu locutário, segundo Aristóteles comportando-se por um lado, com virtudes morais que procurem transmitir credibilidade ao orador de acordo com os seus propósitos e, por outro lado, com a dimensão social, ou seja, a adequação de seu caráter desenvolvido pelas suas virtudes ao tipo social (bom marido, político honesto, etc). Assim, é necessário ao orador apresentar uma imagem de si para o seu auditório de forma a manter um processo de raciocínio, argumentação (*logos*) que está condizente com o seu caráter, ou seja, “[...] apresentando-se competente, sincero em relação ao seu discurso com o objetivo de tentar suscitar em seu auditório um conjunto de emoções (*pathos*).” (DASCAL, 2005, p. 57).

As ciências da linguagem a partir dessa compreensão de Aristóteles sobre a construção da imagem de si, no discurso, deram continuação à discussão sobre a arte de

persuadir. Os estudos sobre o discurso possibilitaram a continuação dessa problemática. Assim, teorias como a Análise do Discurso Francesa, Pragmática e Análise Crítica do Discurso levantam reflexões sobre o tema. O estudo a partir dessa trilogia aristotélica (*ethos-logos-pathos*) possibilitou à linguística o desenvolvimento das marcas enunciativas do processo interativo entre o locutor e o alocutário.

Na Pragmática, cada ato de fala, para Austin e Searle (1990), promove uma ação com o objetivo de persuadir o seu interlocutor a partir de atos de fala ilocucionários, proferidos em situações de fala que permitem a realização do ato por aqueles que podem proferi-lo, pois estão capacitados socialmente para isso (condições de felicidade). Assim, a persuasão é promovida com a intenção do ato ilocucionário em conduzir os atos ou convencer o interlocutor sobre o que pretende (ato perlocucionário). Perelman (2004) revisita essa concepção aristotélica, acrescenta o estilo e o discurso e deixa de lado o *ethos*, inaugurando o que ele intitula a nova retórica com uma percepção lógico-cognitiva.

A partir da concepção da Análise do Discurso Francesa é revista a percepção do *ethos* na perspectiva de Maingueneau (1997), uma vez que possibilita refletir sobre a aceitação dos sujeitos a certo posicionamento discursivo (MAINGUENEAU, 1997). Assim, desempenha os papéis de sua escolha em função do que pretende produzir sobre o seu auditório. Isso, porém, não ocorre de acordo com o que o sujeito pretende, mas através do que a formação discursiva determina como coerente para a imagem desse sujeito.

O autor define que o *ethos* é construído a partir de um *ethos* pré-discursivo e um *ethos* discursivo. O enunciador a quem Maingueneau (2005) chama de fiador deve legitimar o seu dizer em seu discurso, atribuindo uma posição institucional em uma relação com o saber através de um modo de se expressar. A formação desse *ethos* está relacionada a um *tom* que expressa um caráter e uma corporalidade do fiador desse discurso. A corporalidade está relacionada a uma representação do enunciador como integrante de uma formação discursiva, enquanto que o caráter significa os traços psicológicos atribuídos ao enunciador em função do seu modo de dizer. Está relacionado, diretamente, aos estereótipos vigentes na cultura ao qual se relaciona (MAINGUENEAU, 1997). O *ethos* pré-discursivo ou prévio forma-se a partir das representações que se inserem na prática discursiva, segundo o autor, “[...] a imagem prévia que o auditório pode ter do orador, ou pelo menos, a ideia que ele faz do modo como seus alocutores o percebem.” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 221). O *ethos* discursivo é aquele que se manifesta no discurso e é subdividido em *ethos* dito e *ethos* mostrado. O primeiro está relacionado às cenas enunciativas, as marcas da enunciação que indicam a referência direta ao enunciador (e não ao fiador), cenas validadas numa relação

dialética com o *ethos* mostrado pode confirmar o *ethos* pré-discursivo. O segundo indica tudo o que se explicita no discurso sobre a imagem desse fiador. O autor, entretanto, afirma que não é possível estabelecer uma fronteira entre o ‘dito’ sugerido e o ‘mostrado’ não visto (MAINGUENEAU, 2005).

Goffman também analisa a construção da máscara e a representação de si que o sujeito faz no discurso, com a sua teoria sobre representação social. Segundo Goffman (2002), essa representação traz a ideia de que o sujeito se organiza em cada situação nos processos de interação ao qual é confrontado. No cotidiano, o indivíduo torna-se múltiplo e frágil, pois varia de acordo com as submissões aos padrões sociais exigidos em cada interação. A sua imagem está constantemente colocada em questão diante de diversos grupos sociais em que a ordem pública julga os indivíduos ou os grupos em que ele se coloca em questão.

O sujeito apresentado em questão é visto por Goffman (2002) como ator da ordem social, representa uma imagem de si no discurso de maneira a convencer os outros do papel representado está de acordo com as regras da ordem social pré-estabelecida com tamanha sinceridade, será esquecida pela sociedade, trata-se de uma representação. A representação é formada pela fachada que corresponde ao equipamento expressivo padronizado é empregado durante a representação e pelo cenário.

A fachada compreende os equipamentos que acompanham o ator da representação como, por exemplo, as maneiras de falar e as mímicas. Ela pode ser dividida em aparência e maneira. A primeira significa o status social do ator, ou seja, se ele está empenhado em uma atividade social; a segunda, os estímulos que funcionam para informar no momento sobre o papel da interação, o ator espera desempenhar na situação que se aproxima.

Existem além da fachada algumas características de como a representação do ator se apresenta. A dramatização desta representação nos textos é importante para o convencimento do seu papel para o auditório social. Trata-se de pequenos gestos, incorporação de signos, de atitudes que fazem com que o ator torne o mais natural possível sua representação. A idealização é outro ponto pensado por Goffman (2002) para verificar a influência do outro sobre a produção do ator durante a representação do seu papel social. A coerência da expressão também é necessária ao convencimento da representação do ator, pois a atitude pode nos fazer perder a credibilidade se ela não estiver em harmonia com o que é dito. A representação, entretanto, pode ser fraudulenta com intencionalidade por diversos objetivos, como a autoproteção ou a maldade. A realização e a simulação do desempenho do ator social, em diversas situações, levam a uma representação sincera e honesta ou uma representação mentirosa. A realização pode não ser considerada por todos, como sincera e honesta, no caso,

por exemplo, da representação dos comediantes. Ela é considerada mentirosa, mas com intencionalidade. No caso dos assaltantes, a realização do ator social é vista como sincera e não fraudulenta.

Na análise inicial dos dados, observamos que as mulheres, que escrevem os relatos no fórum e as mulheres, que narram os fatos vividos durante a escrita do boletim de ocorrência, assumem uma representação de si, de acordo com Goffman (2002), como vítima do relacionamento. Isso está diretamente associado ao poder, que se estabelece em toda relação humana, segundo Foucault (2010), e que é desejado pelos integrantes da relação. Iremos apresentar a seguir, a proposta de categoria de situação de Bertaux (2010) e sua perspectiva de análise etnossociológica em histórias de vida.

2.9 História de vida e categoria de situação

O interesse da perspectiva etnossociológica é analisar uma comunidade particular e extrair dela o que possibilita resgatar as características de uma sociedade. Assim, o prefixo *ethno* refere-se à coexistência de mundos sociais presentes em uma mesma sociedade, sendo compreendido como um construto a partir de um tipo de realidade coletiva. A etnografia utiliza-se da observação de uma comunidade por um período de tempo a fim de identificar o significado de uma ação recorrente e interpretá-la, portanto, podemos analisar esse mundo social a partir das suas relações sociais, seus processos representativos, entre outras características. Nesse caso, a perspectiva etnossociológica analisa os mundos sociais de acordo com a técnica etnográfica, entretanto, amplia essa interpretação hermenêutica do objeto social para a percepção da sociedade como um todo.

Além da análise dos mundos sociais, a perspectiva etnossociológica analisa também as categorias de situação e as trajetórias sociais. As categorias de situação envolvem pontos de entrosamento entre as trajetórias dos sujeitos, que podem ou não pertencer ao mesmo mundo social. A análise das trajetórias sociais faz um levantamento das mobilidades das trajetórias biográficas dos sujeitos. No estudo sobre as mulheres que sofrem de violência doméstica, por exemplo, podem ser encontradas categorias de situação em comum nos relatos. As mulheres relatam momentos de violência ocorridos em um relacionamento em que há um processo de dominação do parceiro, mostrado por elas, como manipulador e o outro, no caso das mulheres, manipulado. Há, dessa forma, a existência de uma categoria de situação vivida, pois mesmo participando de mundos sociais diversos, elas possuem pontos em comum: a mesma situação vivida.

Bertaux (2010) ressalta que a forma de demonstrar melhor a subjetividade é o relato, que é visto em uma perspectiva diacrônica, na qual há uma relembração dos fatos vividos. Essa análise é enquadrada em três maneiras: as técnicas de observações em que se enquadram as narrativas de vida, a dimensão histórica, presente nas narrativas históricas, e a passagem ao relato como momento de análise dos fatos vividos. Assim, a narrativa de vida traz uma perspectiva diacrônica, na visão temporal da narrativa, sendo considerada por Bertaux (1980) como o melhor instrumento de acesso a vivência subjetiva.

Outro ponto importante desta perspectiva de análise consiste nas funções dos dados empíricos. Os estudos baseados na perspectiva etnossociológica procuram verificar o funcionamento de um mundo social em uma situação social inserida em uma determinada dimensão temporal. Trata-se de uma análise com função descritiva, que se interessa pelas configurações internas de um objeto social, com as características das relações sociais nas suas tensões, suas dinâmicas de transformação e suas relações de poder. É elaborado um modelo de mecanismos sociais, formado a partir de interpretações dos fatos analisados. Após análises utilizando questionários, o autor chegou à conclusão de que os relatos são mais ricos de informações. Apesar de que os questionários trazerem a objetividade necessária para uma pesquisa, as informações dos relatos são mais confiáveis do que as entrevistas biográficas, pois estas não possibilitam a descrição de situações, o detalhamento dos acontecimentos que só o sujeito vivenciador da história sabe. Um questionário fechado não possibilita interferir nas perguntas e respostas. Assim, a subjetividade é mais atuante na construção das respostas.

Isso possibilita depreender os sentidos que estão inseridos na lógica de organização das ideias, ou seja, sua disposição nas sequências dos fatos permite a manifestação dos sentidos, que são percebidos pelos sujeitos e, assim, surge um sentido intersubjetivo em que se manifesta o social. Neste ponto, podemos observar que há um sujeito coletivo a partir desses sentidos em que, saindo do particular para o geral, surgem recorrências e hipóteses sobre uma subjetividade construída socialmente.

Toda a questão de construção das amostras está neste levantamento de casos, surgindo a construção de um corpo de hipóteses. A questão das diversas posições e pontos de vista sobre a mesma realidade social é fundamental para a análise sociológica, pois possibilita perceber as relações de poder inseridas nas diversas posições hierárquicas e funcionais diferentes. A partir dessas múltiplas percepções sobre a mesma realidade é possível ao cientista analisar o que leva uma pessoa a agir. Percebe-se que há certa individualidade na maneira de exercer a mesma função, sendo resultante de percepções e apreciações diversas que o indivíduo tem sobre o exercício dessa função de acordo com a sua personalidade. Além disso,

Bertaux (2010) ressalta a importância da variação de testemunhos que o pesquisador deve levantar para justificar a formulação do modelo. Caso haja um exemplar que contradiga esse modelo, é necessário refazê-lo.

As hipóteses são elaboradas no momento em que são verificadas as ocorrências, ou seja, as hipóteses são verificadas e refletidas de acordo com os mecanismos sociais, com os processos recorrentes que permitem imaginar como funciona o processo. Há, então, uma seleção de hipóteses, em que se prevalecem somente aquelas consideradas mais representativas do objeto estudado. A partir de então, é estabelecido um conjunto de hipóteses construído pela observação e reflexão e não através de um fruto da imaginação, surgindo uma representação ou modelo do objeto de estudo, seja ele um mundo social ou uma categoria de situação.

Um ponto importante a ser ressaltado é a generalização dos dados relatados em relação a um mundo social, que recai sobre a descoberta de “mecanismos genéricos”, de configurações específicas de relações sociais definindo situações de ações desenvolvidas, sendo observados os casos particulares para se chegar ao geral. Em relação às categorias de situação, como não há um mundo social a ser analisado, é feita uma multiplicação dos casos estudados, observadas as características destas situações elaborando simultaneamente as hipóteses. O outro ponto importante refere-se ao tropismo do sociólogo que consiste em analisar uma questão geral: referir-se a um determinado mundo social ou situação social em que se constrói o modelo representativo do objeto de estudo e não aos microcosmos componentes da sociedade global (macrocosmo).

O objeto de estudo analisado é a narrativa de vida, que se diferencia da autobiografia, segundo Bertaux (2010). A autobiografia sugere uma reflexão sobre a vida total do sujeito e a narrativa de vida ocorre no momento em que o sujeito conta um fato sobre a sua experiência de vida, produzindo um relato. Isto significa que o fato inserido em um acontecimento social toma a forma narrativa. Podemos observar tal diferença, por exemplo, ao analisarmos os relatos de mulheres que sofrem de violência doméstica. Elas narram um percurso da sua vida, no qual há relação com a violência, mas não contam toda a sua história de vida. Assim, trata-se de uma categoria de situação (uma vez que temos pessoas unidas por um mesmo fator social que é a violência) construindo narrativas de vida e não autobiografia.

Narrar bem uma história consta de “[...] delimitar os personagens, descrever suas relações recíprocas, explicar as razões de agir, descrever os contextos das ações e interações, formular os julgamentos sobre as ações e os atores.” (BERTAUX, 2010, p. 47). A forma narrativa só tem sentido se o sujeito estabelecer relações entre essas descrições, atores, ações e fatos.

As experiências vividas são diferentes da narrativa contada a partir dessas experiências. Os vários testemunhos sobre a experiência vivida de uma mesma situação social podem ser ditos de forma diferente por vários sujeitos. Entretanto, é possível que fatores imprevistos interrompam a trajetória de vida e modifiquem o curso de cada existência. Apesar dessas interrupções, na sequência das trajetórias de vida, cada um tende a perceber a sua história como se tivesse uma forte coerência, fazendo uma reconstrução na sucessão temporal dos acontecimentos, ações e projetos inseridos na linha da vida. Esta retomada dos fatos vividos estabelece uma coerência nomeada por Bertaux (2010) como ideologia biográfica.

Entre as experiências vividas por um sujeito e a narrativa dessas experiências ocorre um grande número de mediações, ou seja, reconstruções subjetivas. O sujeito coletivo integra-se nesta perspectiva, pois fatores sociais e ideológicos são resgatados através das percepções, memória capacidade narrativa, dentre outras mediações através de uma subjetividade.

O autor não nega a existência de mediações subjetivas e culturais entre a experiência “bruta” e a sua narrativa (BERTAUX, 2010). Entre a memorização das situações e dos acontecimentos são geradas significações, que se interpõem ao sujeito, quando refletir, posteriormente, sobre a experiência vivida. Na autobiografia, os fatos são revividos por apenas uma pessoa. Isso gera dúvidas sobre a existência destas experiências. Nas narrativas de vida, as experiências são cruzadas com outras, obtendo o mecanismo social embutido nos testemunhos.

Na narrativa biográfica, a importância das relações afetivas, morais em que vivem os indivíduos são geradoras de sentido. As ações dos sujeitos, seus projetos de vida não foram construções isoladas de um único sujeito, mas dialogadas, influenciadas ao longo da vida em grupo. Para entender a importância das experiências vividas, é necessário analisar os grupos sociais, em que o sujeito está envolvido. O grupo que se destaca nesse processo é a família, que é vista de formas diversas, segundo o meio social, as fontes de renda, as orientações culturais, que possuem e muitos outros fatores.

Cada grupo familiar é visto como uma microempresa centrada na atividade de produção e de manutenção das trajetórias de seus membros. É difícil falar sobre o grupo familiar sem ressaltar a importância do papel da mulher. Ela é a responsável nas sociedades tradicionais em manter o bem-estar de seus membros de forma a possibilitar o bom funcionamento deles. Nos relatos sobre violência doméstica, por exemplo, observamos, muitas vezes, a responsabilidade pela educação e bem-estar dos filhos presente na fala das mulheres como motivo para permanecer ao lado do agressor a fim de proteger as crianças ou adolescentes.

A escolarização desenvolve em crianças de origem diversas, as suas capacidades intelectuais como também as socializam através do mesmo código de conduta, símbolos entre outros, a fim de que possam compreender os seus comportamentos recíprocos. O emprego possibilita perceber que cada grupo de trabalho é um microcosmo, em que há as mesmas pressões e as mesmas normas de profissão. Devido às narrativas de vida, compreendidas como relatos de práticas sócio-discursivas, podemos, portanto, observar os seus agentes e as dinâmicas internas desse mundo social.

O foco do estudo etnossociológico não consiste em analisar as narrativas de vida para compreender um sujeito em particular, mas identificar fragmentos da realidade sócio-histórica inseridos nos relatos desses sujeitos analisados. Isso quer dizer que não há um interesse na trajetória de vida de um sujeito em especial, mas há um interesse nos fatos dessa trajetória, que caracterizam a complexidade de uma realidade social, na qual o sujeito está inserido. Assim, podemos apreender as características de um sujeito que representa uma ideologia coletiva apreendida a partir dos fenômenos sociais estudados formando, assim, uma representação de um sujeito com características comuns, coletivas.

Bertaux (2010) ressalta as três funções da narrativa de vida. Diferentemente da autobiografia, a narrativa de vida é orientada pela intenção de conhecimento do pesquisador, ou seja, a narrativa de vida demonstra o objeto de pesquisa a partir de uma situação vivida, e não de toda a trajetória de vida do sujeito.

A primeira é a função exploratória que consiste em traçar os pressupostos sobre o objeto social analisado, que faz, permanentemente, uma reformulação destes pressupostos, na medida em que incentiva o entrevistado a falar e narrar até de forma repetitiva, sem interrupções.

A segunda função é a analítica. Nessa parte, o pesquisador recolhe as informações, relê as entrevistas, possibilitando a “formação” do pesquisador sobre a concepção do objeto de estudo analisado. Isto significa que o pesquisador tem uma visão sobre o que irá encontrar nas narrativas analisadas, progressivamente revista, na proporção em que forem testadas as hipóteses e construídas outras, formando o modelo do objeto analisado. Esta é a função analítica das narrativas. Ocorre a saturação do modelo, no momento em que as entrevistas não trazem mais mudanças de hipóteses e não surpreendem mais ao entrevistador os fatos reais encontrados, consolidando, assim, as informações sobre o objeto social analisado.

A terceira função é a expressiva. Essa ocorre diferentemente das outras funções, pois aqui consiste em ir além da coleta de dados verificada nas outras funções. Nessa fase, a

função comunicativa do pesquisador traz à tona sua reflexão sobre os dados ao trazer a sua experiência sobre a pesquisa e as suas impressões em vista dos dados apresentados.

Tais funções podem ser vistas, por exemplo, na análise do sujeito coletivo a partir dos relatos de mulheres que sofrem de violência doméstica. A entrevista é iniciada a partir da coleta de informações com as próprias mulheres, encorajando-as a contar a sua história. Analisamos somente o relato sobre os acontecimentos relacionados às agressões verbais e físicas. Durante a coleta das narrativas, o pesquisador levanta as suas hipóteses sobre o fenômeno e refazê-las até a formação do objeto analisado, o perfil de um sujeito coletivo representante dessas trajetórias de vida oculto nas narrativas de vida. A partir de então, fazer uma reflexão sobre esse sujeito encontrado e revelado nas narrativas, utilizando-se, para isso, das teorias sobre esse sujeito.

Nas elaborações destas entrevistas, o pesquisador elabora duas partes. Na primeira parte, dificuldades falsas e verdadeiras, Bertaux (2010) encoraja o pesquisador ao pressupor que todos já foram ouvintes de histórias e, por isso, já tem alguma experiência sobre a escuta de narrativas de vida. Assim, uma pessoa que está interessada em contar um episódio da sua vida irá relatá-la até o fim. Dessa forma, a experiência de campo irá ajudar ao pesquisador a se transformar, a aprimorar suas capacidades, tornando-se mais atento e compreensivo com as palavras do outro. Na segunda parte, comenta sobre a sua experiência quanto ao início do trabalho de campo. É necessário construir a imagem de pesquisador que se propõe a conhecer determinado acontecimento de uma comunidade, informar a instituição a qual está vinculado e o porquê de elaborar entrevistas, sempre mantendo as mesmas identificações para não causar mal-entendidos entre os entrevistados.

É necessário marcar um encontro pessoalmente e em um lugar tranquilo, a fim de ter um momento disponível para a conversa ocorrer sem interrupções. Bertaux (2010) relata uma pesquisa que fez sobre as condições de vida de padeiros artesanais encontrando neles um bom “terreno” para a pesquisa, sendo muito bem recebido no sindicato. Dessa experiência de campo, o autor concluiu que a operação da pesquisa deve parecer útil às categorias sociais (como os padeiros) que não tem a atenção devida pela mídia. No caso de não ter um grupo social mais facilmente identificado, mas uma categoria social como, por exemplo, na pesquisa feita por Catherine Delcroix (1990 *apud* BERTAUX, 2010) que consistia em encontrar pais divorciados que não viam mais seus filhos, não há um lugar certo para encontrá-los. Após diversas tentativas fracassadas, a saída foi procurar em todos os lugares sociais como cafés, restaurantes populares, locais públicos.

O importante, portanto, é encontrar lugares e horários que promovam um bom diálogo, sempre ressaltando para o entrevistado que o fundamental para a pesquisa é saber a sua experiência como integrante de determinada categoria social. Mesmo que o entrevistado hesite em falar, é importante não desistir, pois todos sempre têm algo a dizer sobre a sua vivência em sociedade.

Uma boa entrevista deve ser preparada a partir de uma reflexão inicial sobre o tempo necessário para a sua realização, as observações iniciais sobre o objeto de estudo e o que deverá ser encontrado. Em um primeiro momento, a elaboração de um roteiro de pesquisa com questionamentos feitos a partir dessa previsão sobre o objeto é fundamental no momento de sua execução. Não se trata de elaborar um questionário para ser desenvolvido, mas de pontos que devem ser condutores da entrevista. Em um segundo momento, é preciso se valer de uma revisão sobre o roteiro adaptando-o ao seu interesse como pesquisador, “preparando o espírito” a fim de encontrar os significados em meias palavras, em situações descritas por um dos seus aspectos de acordo com o ponto de vista do sujeito.

Após esse momento de preparação, a condução da entrevista, deve-se valorizar o conhecimento do entrevistado sobre o assunto analisado. Isso estabelece, desde o início, um filtro a respeito do que deve ser dito na entrevista. É necessário ao encerrá-la, voltar-se para os momentos positivos da vida do sujeito, pois fazer um relato da própria vida faz surgir, muitas vezes, lembranças cheias de carga emocional. Devido a essas manifestações emocionais em gestos, lágrimas, sorrisos, entre outros, deve-se anotar, após a entrevista, as próprias impressões que foram refutadas, transcrever os significados presentes, nessas expressões, que não são possíveis de serem identificadas pelo gravador. Assim, inicia-se a fase da análise.

É proposto pela etnossociologia um modo de análise capaz de demonstrar o que cada um dos relatos contém de informações pertinentes, com significações suficientes para estabelecer ligações e, assim, encontrar o modelo do objeto social analisado.

São encontradas três ordens da realidade no momento em que são contadas as narrativas de vida. A realidade histórico-empírica que consiste no percurso biográfico do sujeito, observa como ele agiu e percebeu os acontecimentos de seu percurso. A realidade psíquica e semântica constituída por aquilo que o sujeito pensa de suas experiências vividas. A realidade discursiva corresponde àquilo que o sujeito quis dizer e pensa do seu percurso de vida relatado. A análise consiste, então, em verificar que entre o percurso biográfico e a narrativa contada, há um conjunto de materiais mentais composto por lembranças e reflexões, conduzido pela memória, julgamento moral, equipamentos culturais e ideologia. Esse conjunto determina

como o sujeito constrói o seu percurso. Neste momento, depreende-se da narrativa um sujeito coletivo formado por uma ideologia, que identifica todos os relatos.

A objetividade da análise sempre fica dependente do ponto de vista do relator da narrativa de acordo com o ponto de vista de sua época e de seu grupo social, pois a narrativa de vida é fundamentada na lembrança de como os fatos foram vividos, classificados em graus de importância e encadeados em uma sequência diacrônica compreendida como interligada. Essa sequência diacrônica, a partir da visão do sujeito entrevistado, resgata da sua memória os acontecimentos e os coloca em um tempo histórico, observa o contexto sócio-histórico em que tal sequência está inserida, assim como os fatos sociais, que possibilitaram uma alteração na trajetória dessa sequência. Assim, o fato de as mulheres, que sofrem de violência doméstica contarem sua trajetória diacronicamente, deve levar em consideração os valores sociais na relação entre gêneros e os aspectos ideológicos ali inseridos.

É necessário observar o valor da análise comparativa dos percursos biográficos para perceber a recorrência das ações e das situações a fim de identificar os mecanismos sociais. A recorrência de casos negativos, que retiram da pesquisa as hipóteses negativas, também, colaboram para atingir a saturação do modelo. Bertaux (2010) relata como exemplo, a sua pesquisa com os padeiros, mencionada anteriormente, que tinham narrativas de vidas semelhantes (todos provinham do interior), mas a existência de casos negativos (a existência de padeiros parisienses) fez com que reformulasse suas hipóteses e, por consequência, o que esperava encontrar sobre o objeto social analisado. É válido ressaltar a saturação do modelo não proveio de um número excessivo de narrativas, porém de ter encontrado uma coerência entre as narrativas de tal forma que se percebesse um modelo.

A influência do trabalho sobre o poder em Foucault (2010) mostra que na narrativa de vida ocorre o exercício do poder de grupos familiares e de outros grupos nas escolhas profissionais e pessoais dos indivíduos. Isso é visto na pesquisa sobre os padeiros que, por determinação da família, submetem-se a um trabalho semiescravo.

O início da produção escrita da pesquisa etnossociológica começa com as anotações em um caderno de campo, em que foram registradas todas as informações sobre as atividades, impressões ocorridas durante a entrevista e, depois dela, como as ideias sobre o objeto estudado foram surgindo ao longo da análise. A escrita para si sobre a análise, as reflexões e a continuidade das observações surge ao longo do trabalho e continua até o momento da sua exposição para uma banca de mestrado ou doutorado, obrigando o pesquisador a formatar a pesquisa de acordo com a argumentação retórica necessária.

Há várias maneiras de construção do objeto a partir da narrativa de vida. Dentre elas, por exemplo, existe a análise da dinâmica do desenvolvimento biográfico, que caracteriza um tipo particular de trajetória. Não interessa exatamente o fato em si, por exemplo, os pais divorciados, mas quais fatores tais trajetórias biográficas em situações diversas (participantes de grupos sociais diferentes) tinham em comum. A tarefa do pesquisador, nesta perspectiva, consiste em encontrar os elementos comuns, que manifestam efeitos na construção do objeto analisado. Assim, na exposição das trajetórias de mulheres que sofrem de violência, é possível identificar elementos em comum, que surgem ao longo da narrativa (a responsabilidade pelos filhos, a submissão ao agressor, entre outros) e que possibilitam a construção de um objeto social constituído por uma ideologia e que retrata um sujeito coletivo, oculto no discurso.

O momento de reescrita após a transcrição e anotação das informações que o gravador não pode registrar, constitui o momento de reconstituição do percurso do sujeito e dos grupos sociais a que pertence, a compreensão da situação descrita, as camadas de sentido que foram dadas aos fatos na narrativa e, enfim, estabelecer relações entre tudo isso. A partir desse momento, ocorre a montagem do texto do pesquisador e, também, são ouvidas as vozes de categorias, que jamais puderam se expressar.

A pesquisa etnossociológica possibilita aos sujeitos assumir o status de informante de suas práticas e dos contextos sociais. É importante ressaltar que, apesar de só haver termos genéricos, que indicam o masculino para esses sujeitos informantes como, por exemplo, ator social, sujeito, indivíduo entre outros, a maioria é mulher. Isso nos faz refletir sobre a mulher e seu valor na história, que não tinha voz na sociedade. As narrativas de vida, partir dos relatos, possibilita além de dar voz a estes seres humanos que, como diz Perrot (2010), são excluídos da História, estas narrativas possibilitam a compreensão dos seus posicionamentos sociais e históricos.

Nesta fase do trabalho, a proposta do discurso do sujeito coletivo como modelo metodológico será apresentada a seguir. Entretanto, não utilizaremos o método de Lefèvre (2005), mas utilizaremos a sua proposta conceitual sobre o sujeito coletivo. Decidimos discutir a sua proposta metodológica, apesar de não usá-la, a fim de trazer contribuições para a discussão sobre o método.

2.10 Sujeito coletivo: uma proposta metodológica

A metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo é concebida por Lefèvre como uma estratégia metodológica que possibilita trazer à tona o discurso como propósito de conhecimento dos próprios discursos (LEFÈVRE, 2005). O autor afirma que tal metodologia se insere na pesquisa qualitativa, pois o seu objeto de análise é produzido durante o processo de análise e composto de qualidades que aparecem como resultado da pesquisa. Entretanto, contrariando a concepção tradicional de metodologia qualitativa, o autor afirma não fazer uma classificação categórica das palavras e expressões que representam o relato, pois o discurso deixa de existir no momento em que as categorias existem no lugar adequado (LEFÈVRE, 2005).

Assim, o método procura visualizar o discurso individual não como categorias, mas como partes de um quebra-cabeça, que formam a representação social inserida nele. Entendemos por representação social a interpretação da realidade que organiza as relações do indivíduo com o mundo e orienta suas condutas e comportamentos no meio social (XAVIER, 2002).

A metodologia de análise do Discurso do Sujeito Coletivo, segundo Lefèvre (2005) é feita a partir de três figuras metodológicas:

1º As expressões-chave

São expressões linguísticas que indicam a essência de um relato, ou seja, do conteúdo discursivo dividindo em segmentos o depoimento (LEFRÈVE, 2005). Esse resgate de expressões linguísticas possibilita ao leitor reconstruir as ideias centrais recorrentes nesses relatos analisados.

2ª Ideias Centrais

Após a seleção das expressões linguísticas, ocorre a descrição dos sentidos inseridos no conjunto de relatos analisados. Uma vez levantado um conjunto de Ideias Centrais, podemos chegar ao Discurso do Sujeito Coletivo.

3ª Ancoragem

Trata-se da manifestação linguística explícita de uma teoria, ideologia utilizada pelo enunciador para posicionar-se diante de uma situação explicitada.

Diante desta proposta de análise, percebemos que há necessidade de estudos mais aprofundados sobre como construir, à luz da Linguística, as palavras-chave, ideias-chave e ancoragem, que tornem mais científico, de acordo com os parâmetros linguísticos, a indicação de que há um pensamento coletivo concernente a um grupo de pessoas sobre uma determinada

situação semelhante. Os estudos sobre a construção de campos semânticos podem facilitar, por exemplo, a percepção das palavras-chave e ideias-chave. Os avanços na formação de metáforas, no campo da Psicolinguística Cognitiva, podem facilitar a formação da ancoragem, por exemplo. Essas são, apenas, sugestões para o estudo dessas etapas.

Portanto, iremos utilizar a conceptualização sobre o sujeito coletivo à proposta metodológica. Optamos estudar o sujeito coletivo a partir da representação social apresentada nos discursos encontrados nos BO e no fórum virtual, utilizando a perspectiva de Goffman (2002), em uma categoria de situação, utilizando a perspectiva de Bertaux (2010) inseridos em narrativas ortodoxas e heterodoxas de Maia- Vasconcelos (2014) à luz da Análise do Discurso para quem o contexto sócio-histórico é fator determinante para a compreensão dos discursos proferidos. Como condutor da compreensão da natureza do sujeito coletivo, temos os estudos sobre a complexidade de Morin (2010).

A seção a seguir, traz um estudo sobre o gênero textual fórum virtual e suas características necessárias para a análise das narrativas de vida encontradas no fórum virtual: “Casos e Testemunhos”.

2.11 Fórum virtual ou eletrônico: gênero textual com características particulares

Segundo Bakhtin (1997), os gêneros são tipos relativamente estáveis de enunciados, marcados em situação sócio-histórica, relacionados às diferentes situações sociais. Identificando uma relação entre a diversidade de gêneros na língua e a variedade de usos desses gêneros em cada situação cotidiana, Bakhtin afirma que os mesmos se desenvolvem e se complexificam de acordo com a complexidade das atividades humanas. A partir dessa percepção, o autor divide os gêneros em primários e secundários, sendo os primeiros compreendidos como gêneros mais simples, como o diálogo cotidiano e a carta; e, os secundários como os que surgem em circunstâncias de uma comunicação cultural mais diversificada e complexa (BAKHTIN, 1997). Eles são relacionados no momento em que ocorre uma absorção dos gêneros primários pelos secundários. Os primários se modificam e se integram ao gênero mais complexo, secundários, por absorver a relação imediata com a realidade do gênero mais complexo (BAKHTIN, 1997). Assim, o autor afirma que a natureza do enunciado deve ser analisada, levando-se em consideração ambos os gêneros.

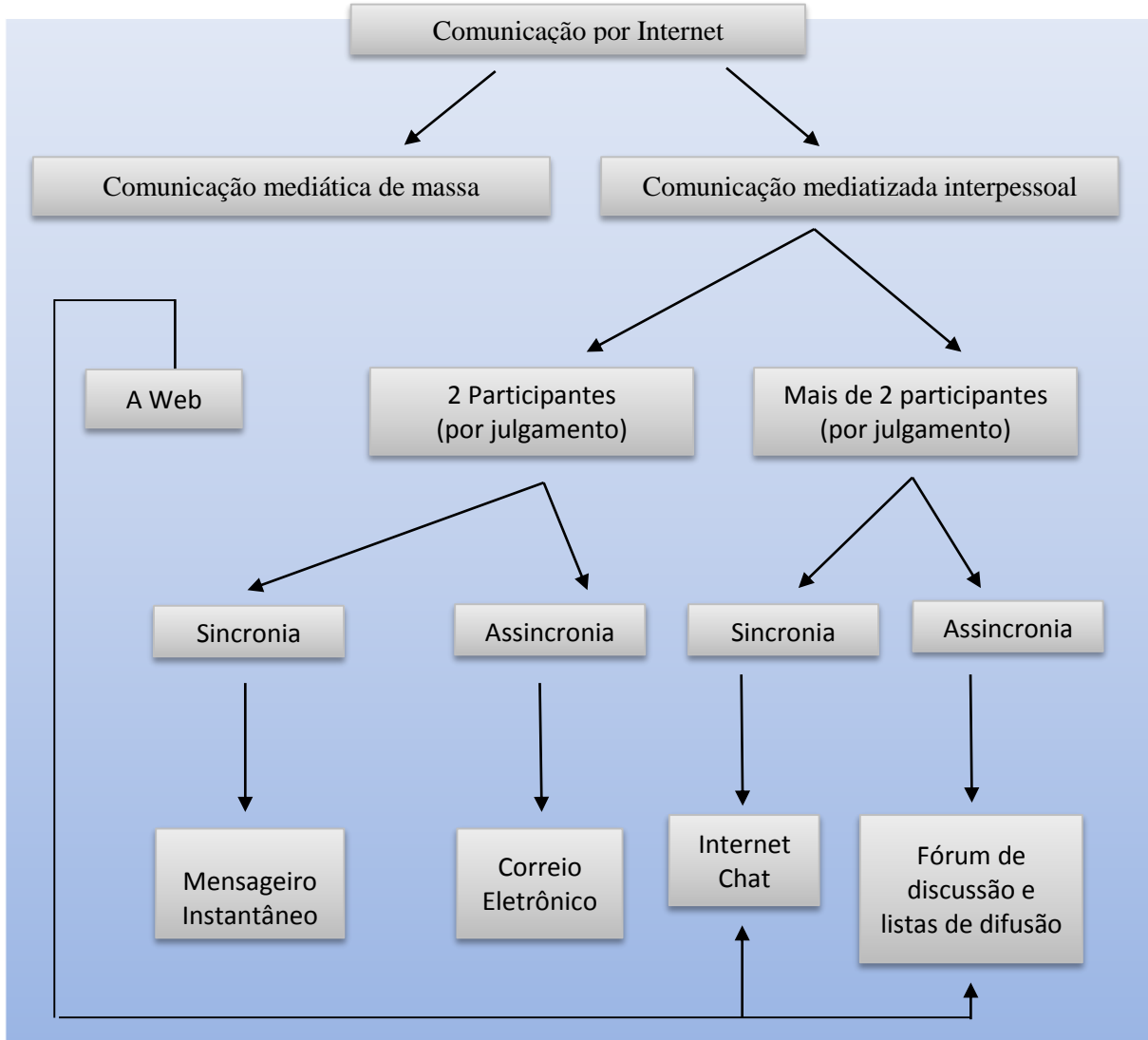
A linguagem escrita, de acordo com Bakhtin (1997), em qualquer época, é marcada pelos gêneros do discurso tanto secundários quanto primários. A utilização da escrita pelas camadas populares, por exemplo, possibilitou “[...] uma reestruturação e renovação dos gêneros

do discurso” (BAKHTIN, 1997, p. 286). Fenômeno semelhante pode ser percebido no fórum eletrônico, pois se trata de uma reedição do gênero fórum encontrado na sociedade que, devido a sua inserção na Internet, torna-se um gênero de comunicação em massa inserido na tipologia rede social.

Esse gênero, antes de ser implantado no mundo virtual, já era uma prática conhecida pela sociedade civil que tinha como objetivo “[...] discutir problemáticas específicas de uma dada comunidade civil e/ou institucional, a fim de, pela exposição das opiniões diversas em um grande e aberto debate, encontrar coletivamente mecanismos e estratégias que venham solucionar as dificuldades que lhe deram origem.” (XAVIER; SANTOS, 2003, p. 1). Percebemos que, no fórum eletrônico ou fórum virtual, o usuário também discute sobre temas populares da atualidade, mas esse gênero não possui o mesmo objetivo do seu equivalente na sociedade, isto é, discutir soluções para problemas.

Sendo o fórum eletrônico ou de discussão um dos meios de comunicação encontrados na Internet, Marcoccia (2003) insere o fórum na comunicação mediatizada, ou seja, interpessoal juntamente com outros meios encontrados na Internet: o correio eletrônico, o *chat*, a mensagem instantânea, em oposição à *web*, a qual ele considera inserida na comunicação mediática, ou seja, de massa. Marcoccia (2003) não deixa de observar que essa tipologia, entretanto, falha por caracterizar como comunicação de massa ou como comunicação interpessoal o fórum eletrônico e os chats, que podem ser, ao mesmo tempo, esses dois tipos de comunicação. Marcoccia (2003) demonstra essa tipologia da seguinte forma (MARCOCCIA, 2003, p. 5):

Figura 2 – Comunicação por Internet proposta por Marcoccia (2003)



Fonte: Marcoccia (2003).

Marcoccia (2003), que parte de uma perspectiva sócio-cognitiva, compreende o fórum eletrônico como “[...] um dispositivo híbrido mediatizado pelo computador que permite a um grupo de internautas trocar mensagens sobre um tema particular” (MARCOCCIA, 2003, p. 6). Ele é híbrido por possibilitar tanto a comunicação de massa quanto a comunicação interpessoal; isto é, na medida em que responde ao interlocutor, a mensagem pode ser acessada por um número ilimitado de usuários do fórum. A estrutura deste gênero organiza hierarquicamente as mensagens apresentadas pelo tema em debate e pela sequência de data e hora do envio. Apesar de o tempo exercer um papel de organizador das mensagens recebidas no

fórum eletrônico, não há um controle do tempo de cada mensagem enviada e nem da sequência de réplicas e trélicas para cada mensagem, o que ocasiona textos de tamanhos variados e de sequência ilimitada.

Xavier e Santos (2003) ressaltam as características linguísticas do fórum virtual que consiste em “[...] períodos simples e curtos, frases nominais, preferência por construções verbais na voz ativa, frases truncadas, menor densidade informacional, marcas de envolvimento, presença de marcadores conversacionais (XAVIER; SANTOS, 2003, p. 6), os quais fazem com que o gênero se assemelhe com a oralidade e, assim, com o gênero primário bakhtiniano, ou seja, os gêneros mais simples como o diálogo face a face. Dessa maneira, a utilização do nível informal da linguagem é ocasionada por dois fatores:

a) A incensurabilidade da Internet:

A Internet não possui censura, previamente, de informação ou acesso, o que possibilita aos usuários a divulgação de suas ideias ou o acesso a qualquer ideia divulgada em rede. As informações escritas em qualquer forma de composição linguística, podendo ocorrer desde desabafos a insultos, protestos, ironias. Essa diversidade de usos e formas de escrita ocasiona uma tensão entre os ânimos dos usuários levando-os a uma disputa que resulta, muitas vezes, em ataques verbais severos entre os participantes.

b) A falta de obrigatoriedade da identificação:

O participante da discussão tem ampla liberdade para expor as suas opiniões, sem sofrer qualquer tipo de dano à sua imagem, pois não há obrigatoriedade da identificação dos seus usuários. Isso possibilita tanto o uso de nomes próprios como o de codinomes, pois ambos podem ou não oferecer informações reais sobre o usuário do fórum eletrônico.

Marcoccia (2003), diante das características já comentadas do fórum virtual acrescenta a digressão temática como outra característica deste gênero, que possibilita uma desorganização de temas. Isso porque há uma variedade de fios temáticos e de conversações diversificadas e simultâneas (MARCOCCIA, 2003) no interior do fórum que não facilita a unidade temática. Assim, o desenvolvimento de um tema, numa cadeia de mensagens em que uma responde a anterior, tem como resultado uma alteração na sequência temática (MARCOCCIA, 2003) em que o tema em questão mantém uma estabilidade momentânea, até o momento em que surge uma nova discussão sobre um novo tema, de acordo com o julgamento dos usuários. Não é, portanto, possível considerar nem mesmo o tema, “Casos e Testemunhos”, sugerido pelo portal de acesso como um tema gerador das discussões, pois os usuários mudam diversas vezes de tema. Esse tema inicial (“Casos e Testemunhos”) é considerado pelo autor como um “tema metafórico”.

A dispersão temática é favorecida pela dificuldade dos usuários em ter acesso à leitura global dos textos enviados. Além do que, a demora no envio da mensagem possibilita outro fio de discussão e despertar o interesse do interlocutor, que, frequentemente, não se comunica com apenas um usuário.

Devido a essas características acima, esse gênero guarda, segundo Xavier; Santos (2003), uma liberdade na linguagem escrita que o aproxima do gênero primário bakhtiniano, ou seja, uma proximidade com os gêneros orais com liberdade linguística, isto é, com pouca atenção às regras gramaticais, comprometendo à compreensão das respostas que não possuem argumentação elaborada. Há apenas o suficiente para manter o processo de interação interpessoal e/ou coletiva entre os participantes da discussão (XAVIER; SANTOS, 2003). Apesar de ter a vantagem sobre aqueles gêneros por utilizar a linguagem escrita e, logo, não há uma preocupação com o “como” dizer. Assim, o conteúdo torna-se a principal preocupação e o que dá sentido ao fórum virtual: “[...] o fundamental deste gênero hipertextual é abertura irrestrita para este livre dizer, para o embate aberto das interlocuções” (XAVIER; SANTOS, 2003, p. 6), por isso, o uso irrestrito de temas polêmicos na sociedade e que possibilitam a polarização de opiniões.

Analisando as posições defendidas pelos autores, percebemos que esses autores compreendem o fórum eletrônico como uma reedição do gênero fórum, que sofre modificações de suas características, por exemplo, a variedade temática e a obrigatoriedade de identificação do usuário para atender aos interesses do portal de acesso: exposição do internauta aos serviços do portal e às propagandas comerciais. É um gênero que possibilita a comunicação interpessoal e de massa, portanto, o fórum eletrônico não limita o número de participantes que, anônimos, promovem uma conversação sem necessidade de sequenciação temática em curso (MARCOCCIA, 2003) acirrada pela troca de mensagens agressivas. Assim, diante de tais circunstâncias, compreendemos o fórum eletrônico como um gênero de disputa e não de reconciliação como na versão encontrada na sociedade não-virtual.

Há outro *corpus* analisado, neste trabalho, que demanda o estudo sobre o gênero textual, Boletim de Ocorrência (BO), cuja organização da estrutura textual é prototípica, adequada às necessidades de denúncia das infrações legais cometidas pelo agressor contra a sociedade e que exige a intervenção do Estado. Faremos, a seguir, uma discussão a respeito das características deste gênero, em que se encontram os relatos de denúncias sobre violência contra mulheres em Fortaleza, estudados nesta pesquisa.

2.12 Boletim de ocorrência: gênero textual

O senso comum compreende o boletim de ocorrência como uma publicação oficial de uma instituição policial para denunciar casos de agressão, furto, roubo ou outra infração legal. Os estudos sobre o gênero textual, entretanto, mostram que ele tem mais funções do que a população em geral imagina.

O BO é um documento produzido por um policial a fim de informar à autoridade policial judiciária (Polícia Federal ou Civil) a notícia da infração penal com o relato sobre os fatos que demandem a intervenção do Estado, segundo Tristão (2007). O BO pode ser produzido no local da ocorrência pelo policial, que o envia a uma delegacia para conclusão da produção do documento, sendo parte fundamental na elaboração dos demais autos (TRISTÃO, 2007).

Os documentos podem ser feitos, hoje em dia, por meio eletrônico da própria Secretaria de Segurança Pública dos estados brasileiros. No Ceará, o site da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Pessoal (SSP) disponibiliza uma lista de tipos de infrações penais que podem ser escolhidos de acordo com o fato ocorrido: I) extravio indica a perda de documento ou objetos financeiros; II) acidente de trânsito envolve veículo automotor sem vítimas; III) furto significa a retirada de objetos de valor sem agressões físicas ou ameaças; IV) roubo à pessoa significa subtração de objeto com ameaça à pessoa; V) roubo à residência significa subtração de documentos, objetos em que não há danos físicos a pessoas; VI) dano consiste em destruir ou deteriorar algo de outrem; VII) injúria consiste em ofender a dignidade de outrem; VIII) difamação indica atribuir algo ofensivo à reputação de outrem; IX) calúnia indica atribuir falsamente ato criminoso a alguém; X) desaparecimento de pessoa indica o sumiço de indivíduos por motivos desconhecidos e, por fim, XI) violação de domicílio significa entrar e permanecer na residência de outrem clandestinamente. A responsabilidade do denunciante sobre as informações é reafirmada pela SSP informando, no site, a pena de detenção de 1 (um) ano a 6 (seis) meses em caso de falsa comunicação ou multa, conforme o Artigo 340 do Código Penal Brasileiro.

Em casos de maiores esclarecimentos ou em casos não mencionados no site, é obrigada a ida à delegacia para esclarecimentos ou fazer a queixa pessoalmente. No caso das mulheres que sofrem de violência doméstica, muitos relatos são registrados na Delegacia das Mulheres, delegacia especializada, portanto, tratados de acordo com as medidas previstas na Lei Maria da Penha para esse fim.

A estrutura do BO segue as orientações da Academia de Polícia, que treina os policiais na elaboração desse documento nos cursos de formação. Os policiais recebem informações sobre técnica de elaboração de documentos, Língua Portuguesa, Direito que são necessárias no reconhecimento das infrações, que estão ocorrendo, ou que estão sendo relatadas. Segundo Tristão (2007), espera-se que o policial redija o documento de forma a transcrever os dados indispensáveis envolvidos em relação ao ato criminoso reproduzindo as declarações dos envolvidos como também os depoimentos das testemunhas (TRISTÃO, 2007) e espera-se do cidadão que dê informações verídicas e detalhadas ao policial a respeito do fato relatado com objetividade. A pena ao policial, que redige mal um BO, é o seu afastamento do cargo e, ao cidadão, já foi mencionado acima.

As orientações da Academia de Polícia indicam que o escrivão ou a escrivã, policial que redige o documento, tem por obrigação, no ato da produção do BO, isolar o local em que é produzido o documento, ouvir as partes envolvidas com isenção de opinião, resgatar um maior número de informações sobre o ocorrido e, acionar outros órgãos públicos, caso seja necessário, de acordo com Tristão (2007).

2.12.1 Estrutura textual do BO

O texto não segue um formulário de organização textual, apesar de que alguns policiais colocaram na internet modelos com sentenças quase completas, apenas com o espaço para o preenchimento dos dados da vítima, por exemplo, no blog do Sargento Ricardo. Segundo Tristão (2007), a elaboração do BO passa por uma padronização da sua estrutura de produção seguindo as normas da Academia, que orienta para a produção de um formulário composto das seguintes partes:

- a) parte geral: informa-se sobre os dados gerais a respeito do fato relatado. Esta parte é dividida em:
 - ___ cabeçalho composto pelo número do BO (fornecida pela central de comunicações das polícias civil e militar) número da folha, unidade referente o órgão que expede o documento, o município, destinatário que se refere ao responsável pela emissão do documento e data da emissão do documento;
 - ___ origem da comunicação que indica a hora de atendimento do delator;
 - ___ os dados da ocorrência que mostra os dados principais da ocorrência como o código que indica a natureza da ocorrência, o local com os complementos sobre a

localização exata, endereço completo, ponto de referência, data e hora do fato, meio utilizado, causa presumida;

___ qualificação dos envolvidos em que se especifica o código do delito, tipo de envolvimento, grau de lesão, relação vítima-autor, sexo, nacionalidade, naturalidade, nome completo da vítima, nome dos pais, ocupação, número da identidade, escolaridade, CPF-CNPJ, endereço do envolvido, endereço com número e bairro, altura estimada e peso estimado, cor dos olhos, deficiência física, presença de tatuagem e descrição dela, sintomas ou não de embriaguez ou uso de produtos ilícitos, identificação como policial ou não.

b) parte instrumental: refere-se ao registro de informações sobre materiais na cena descrita como armas de fogo, placas de carros ou motos, entre outros. Esta parte varia de acordo com o tipo de ocorrência descrita.

c) parte histórico: trata-se de um espaço destinado ao registro do relato a partir da narrativa oral da vítima. Esta seção será analisada a posteriori.

d) parte modo de ação criminosa: descreve-se a natureza da ocorrência.

e) parte policiais integrantes da guarnição: registram-se os dados dos policiais como nome completo, cargo do policial e o número da matrícula na Instituição.

f) parte responsável pela apreensão, prisão ou condução: refere-se à parte relacionada ao registro dos dados do policial e o campo que registra a atitude do militar a respeito da ação de informar aos envolvidos sobre a responsabilidade referente ao preenchimento deste documento (BO).

g) parte dados para controle interno relator da ocorrência: refere-se ao registro sobre os dados do policial escrivão da ocorrência: dados relativos ao policial como setor em que trabalha, cargo, matrícula, unidade que trabalha, nome completo assinatura.

h) parte recibo da autoridade a que se destina ou seu agente: trata-se do registro da data e hora em que foi recebido o documento, unidade, setor, cargo, matrícula, nome completo, assinatura do delator, informação sobre as providências realizadas pela autoridade policial, número de folhas em que se constam as informações sobre as pessoas envolvidas bem como os materiais apreendidos.

A seção do BO que interessa a nossa pesquisa é o Histórico, pois nela estão escritos os acontecimentos sobre a agressão física e/ou psicológica narrados pelas mulheres agredidas. Nesta seção, o relato não possui uma estrutura rígida de produção possibilitando ao policial a narrar os dados observados e colhidos na ocasião da ocorrência (TRISTÃO, 2007). Apesar

desta “flexibilidade”, o registro dos relatos nessa seção deve ser conciso e seguir as orientações dadas pela Academia de Polícia. Abaixo, temos as orientações dadas pela Academia da Polícia Militar de Minas Gerais a respeito da elaboração desta seção:

- Faça letra legível para que facilite a compreensão por parte dos leitores; independente da letra que você utilizar (cursiva ou de forma), faça letras maiúsculas e minúsculas;
- Não faça parágrafos e não deixe nenhum espaço em branco;
- Caso não utilize todas as pautas da folha, trace um linha que marque a anulação do espaço em branco deixado por você (anule, inclusive, os campos parametrizados não utilizados por você);
- Caso você cometa algum erro (ortográfico, etc), coloque a palavra errada entre parênteses, em seguida, utilize-se de expressões retificadoras (digo, isto é, etc) e escreva a forma correta. Ex: “...o envolvido apresentava sintomas de (embriaguês), isto é, embriaguez...”;
- Os números identificadores de quantidade (Obs.: exceto os números indicadores de hora e data, não quantitativos) devem ser registrados também por extenso entre parênteses. Ex: “...foram encontrados RS 890,00 (oitocentos e noventa reais) ...”;
- Não utilize vocativo. Ex.: “Senhor Delegado, ...”;
- Evite os termos chavões. Ex.: “...encaminhamos até vossa presença para que sejam tomadas as medidas cabíveis”;
- Caso você receba uma ocorrência repassada pela Guarda Municipal Patrimonial, não deixe de registrar todos os dados relativos ao Boletim de Intervenção (o número do BI, etc);
- Não se deve repetir, no “Histórico”, as informações dos campos parametrizados (tabelas, etc) para se obter um texto mais claro e conciso. No entanto, se a clareza depender dessa repetição, ela se torna plenamente aceitável e justificável;
- Foi criada uma folha complementar de “Histórico” para recepcionar a descrição dos eventos que demandam maior detalhamento. Quando o relator julgar necessária tal folha, ele deverá iniciar a redação nesta folha;
- Caso a redação do “Histórico” seja extensa suficiente para a utilização de mais de uma folha de pautas, o policial utiliza-se de duas ou mais folhas para redigir o Histórico e conclui o documento com a última folha do recibo.
- Deve predominar no “Histórico” o discurso indireto, mas, em casos específicos (ameaça, desacato, e outros que você deverá aprender no Curso Técnico de Segurança Pública, tal como o não envolvimento discursivo por parte do policial relator da ocorrência), deve-se utilizar o discurso direto. (TRISTÃO, 2007, p. 31).

Tais características são encontradas nos relatos que analisamos na seção “Histórica” dos 41 BO encontrados na Delegacia de Mulheres de Fortaleza que possibilitaram o surgimento da heterobiografia bem como da narrativa ortodoxa. Sobre tais reflexões, iremos ver nas próximas seções deste trabalho.

A seguir, trazemos uma discussão sobre a metodologia aplicada à pesquisa. Dividimos em duas etapas: procedimento de coleta, comentando sobre os informantes e os *corpora* como também os procedimentos de análise dos dados.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa é de natureza exploratório-descritiva, uma vez que o objetivo principal é construir a noção de sujeito coletivo de um discurso múltiplo, que se concentra no fórum e nos BO. A elaboração desta proposta está associada aos trabalhos de Foucault (2002), Lefèvre (2005), Bertaux (2010), Goffman (2002) e Maia-Vasconcelos (2014) tendo a violência doméstica contra as mulheres vítimas de seus parceiros ou ex-parceiros nas narrativas de vida apresentadas, como o tema de estudo do trabalho e identificação do sujeito coletivo.

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, a pesquisa consiste em ser documental, visto que os textos pesquisados, ou seja, narrativas de vida, não receberam nenhum tratamento analítico anteriormente (GIL, 2000). No que diz respeito ao tipo de investigação, ou à abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa porque é observada a “maneira como as pessoas expressam sobre o que é importante para elas e como elas pensam a respeito dela e dos outros” (BAUER; GASKELL, 2002, p. 21), além de trazer um posicionamento interpretativo sobre os dados.

3.1 Procedimento de coleta

A coleta inicia-se com a nossa inserção no site www.leimariadapenha.com.br a partir de uma autorização cedida pelo próprio diretório do grupo, que mantém o site, após a explanação do interesse da pesquisadora em conduzir uma pesquisa, utilizando os relatos registrados no fórum de discussão “Casos e Testemunhos” mantidos pelo site.

O objetivo da Rede Social mantida no site mencionado é reunir pessoas interessadas em compartilhar informações sobre a Lei Maria da Penha e sua efetiva utilização na sociedade. Assim, o objetivo do fórum virtual comentado de acordo com a própria Rede Social é verificar a visibilidade da aplicação da Lei, a partir do uso de recursos digitais disponibilizados pelo site. Nesta perspectiva, temos o fórum “Casos e Testemunhos” cujo objetivo é relatar os fatos vividos; o grupo “Sites, Portais e Grupos” que se interessa em fornecer uma lista dos principais ambientes referentes à Lei; “Apoio Psicossocial” que traz indicações de apoio psicológico; além de um banco de artigos e teses sobre a Lei Maria da Penha que estão arquivados no site.

O fórum virtual “Casos e Testemunhos” promove uma discussão entre os membros da Rede Social, geralmente mulheres, sobre como agir diante dos fatos relatados por elas

mesmas. Trata-se de um ambiente de discussão e interação utilizado pelas mulheres com o objetivo de aconselhar, desabafar, pedir opinião e, também, oferecer apoio e orientação contra os diversos tipos de violência exercida por parceiros: namorados, maridos e ex-companheiros. Todos os relatos referem-se ao relacionamento heterossexual, pois não encontramos relatos sobre relacionamento entre homossexuais.

Após coletados os relatos no fórum, com a permissão dos organizadores do site, copiando e salvando em arquivo os textos encontrados, fomos também à Delegacia de Defesa das Mulheres em Fortaleza, onde coletamos 24 boletins de ocorrência sobre casos já arquivados pela instituição.

As Delegacias de Defesa das Mulheres são 372 no Brasil, sendo 9 localizadas no estado do Ceará, segundo o site da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. Apesar da quantidade de delegacias espalhadas pelo Brasil e promessas de construção de novas delegacias por todo o país, também, o número crescente de informações na mídia a respeito da violência contra as mulheres no mundo inteiro, tais esforços não têm dado grandes resultados. Os casos de violência contra a mulher, que culminam em feminicídios (assassinato de mulheres), expressão máxima da violência contra a mulher, têm dados alarmantes no mundo. Os casos registrados de feminicídio, de acordo com Garcia *et al.* (2014), cometidos por homens parceiros das mulheres são 40% do total de homicídios de mulheres contra um percentual de 6% no total de homens assassinados no mundo. No Brasil, entre os anos de 2001-2011 ocorreram cerca de 50 mil feminicídios, ou seja, quase 5000- cinco mil- mortes por ano. Assim como no país inteiro, a criação da Lei Maria da Penha e de Delegacias Especializadas em Mulheres não causaram redução no número de casos, mas possibilitaram o surgimento de novas denúncias. O Estado do Ceará continua na faixa de 4,5 a 5,5 casos de feminicídio por 100 000- cem mil- mulheres, segundo Garcia *et al.* (2014).

Os BO são documentos de registro na delegacia civil que contém informações heterogêneas. Segundo Blay (2008), em um único BO pode conter mais de uma vítima, ou mesmo vítimas de sexos diferentes ou mesmo uma chacina pode ser informada. Os boletins registrados foram colhidos na delegacia de defesa das mulheres com o objetivo de selecionar somente os casos referentes à violência contra mulheres. A autorização para a posse dos BO foi cedida pela assistente social, após a apresentação de um documento comprovante do vínculo da pesquisadora com a Universidade Federal do Ceará durante uma audiência com esta funcionária da instituição, conjuntamente com a explanação dos interesses da pesquisa.

Foram encontrados, no site, 17 relatos de mulheres de diversas partes do Brasil. Foram cedidos pela assistente social da delegacia, para a nossa pesquisa, 24 boletins de

ocorrência contendo relatos de mulheres que sofrem de violência doméstica de seus parceiros em Fortaleza. Os *corpora*, portanto, foram compostos por estes relatos retirados tanto do site www.leimariadapenha.com.br quanto pelos relatos inseridos na seção ‘histórico’ dos BO. Os relatos foram publicados entre os anos de 2010 e 2012 no site e os BO em 2011 e em 2013.

Os relatos, no site, eram de regiões distintas do Brasil, que o acessavam para pedir conselhos e desabafar sobre a situação que sofrem ou sofreram. Há profissões diversificadas (fotógrafa, estudante, funcionária pública federal, entre outros) das mulheres relatoras. Essa informação mostra que, ao contrário do senso comum, as mulheres envolvidas em situações de violência doméstica não são todas mal informadas e desfavorecidas socialmente. Assim, a violência doméstica não está associada ao nível escolar dos envolvidos e ao nível socioeconômico. Utilizamos como critérios para a escolha dos relatos no site: a) Relatos sobre situações de violência vividas pelas próprias ou de terceiras; b) Comentários das informantes a respeito dos casos relatados.

As denunciantes da delegacia possuem residência em Fortaleza e, também, possuem nível de instrução bem diversificado. O critério de escolha dos B.O pela assistente social foi o arquivamento dos processos, ao qual eles estão associados e casos de ameaças.

A identidade das mulheres foi preservada (assim como a dos agressores), já que nosso objetivo é analisar os discursos produzidos independentemente da identidade do sujeito, sendo, por esse motivo, substituído o nome de cada uma delas por um número, tanto no relato do site quanto do B.O (relato 1; BO 1, por exemplo).

Escolhemos os relatos ao invés de entrevistas biográficas, pois, segundo Bertaux (2010), os relatos são mais ricos de informações, porque possibilitam uma maior riqueza de detalhes com descrição de situações, detalhamento de acontecimentos, surgindo, assim, uma subjetividade mais atuante do que em uma abordagem, contendo perguntas e respostas.

3.2 Procedimentos de análise e tratamento dos dados

A análise qualitativa, nesta pesquisa, baseia-se na proposta de estudo do discurso a partir da proposta de discurso de Foucault (2002, 2007) que consiste em um estudo dialógico entre as partes que possibilitam a percepção da construção discursiva, sendo constituída de memória discursiva e saber compartilhado pelos locutores, no processo de interação, incluindo saberes históricos, constituídos e mantidos socialmente; formação discursiva- conjunto de sentidos estabelecidos sócio-historicamente vinculado a uma comunidade discursiva, que definem uma identidade para um grupo; discurso-processo de comunicação sócio-histórica

orientada por normas sociais com um propósito definido pelo locutor e contextualizado; enunciado é mais do que frase, pois é preciso compreender qual contexto se insere, incluindo o contexto sócio-histórico e as intenções e sentidos levantados pelo locutor¹⁰.

É um estudo dialógico porque há a influência de cada uma destas partes sobre a outra até se materializar no enunciado. Há um processo de relação com a História, que conduz o que deve ser dito e o que não deve no discurso encontrado, por sua vez, na memória discursiva, influenciando toda a sequência até o enunciado. Este, por sua vez, surge como um acontecimento que pode acionar outros discursos, formações discursivas e a memória discursiva (FOUCAULT, 2002).

Outra proposta utilizada insere-se na perspectiva de Bertaux (2010) sobre o estudo das narrativas de vida em uma perspectiva etnossociológica. Para esta perspectiva, cada relato é posto por um indivíduo, que vive a mesma situação, mas a percebe de forma particular. Assim, deve-se observar esse aspecto, levando em consideração os fatores sócio-históricos que interferem na subjetividade no momento de produção do discurso.

As fases para a realização deste tipo de pesquisa são: a função exploratória cujo objetivo consiste em traçar os pressupostos sobre o objeto analisado na medida em que o pesquisador coleta as narrativas; a função analítica cujo objetivo é reescrever as hipóteses em cada momento em que se lê os relatos e são descobertos posicionamentos novos dos informantes diante das situações vividas até o momento em que há uma uniformidade nestes posicionamentos. A última função é a expressiva, cujo objetivo consiste na interpretação dos dados por parte do pesquisador, que traz o seu posicionamento reflexivo diante dos fatos relatados definindo, portanto, o objeto de estudo.

O percurso etnossociológico de análise deve ser baseado em três tipos de realidade a fim de elaborar uma categoria de situação: realidade histórico-empírica que consiste na observação do sujeito a respeito de como ele agiu e percebeu os acontecimentos vividos; realidade psíquica e semântica que resgata os comentários a respeito da experiência vivida e, por último, a realidade discursiva, que constrói, em forma de relato, o percurso sobre os fatos vividos.

O relato é o produto final deste processo, que nos interessa na pesquisa sobre violência contra mulheres, pois o relato traz a subjetividade à tona e com liberdade de construir os textos e selecionar os fatos que o autor do relato considera mais importantes, ou seja, mais significativos para a sua vida e relacioná-los como achar mais adequado. Assim, nesta

¹⁰ As informações foram sucintamente apresentadas para uma melhor compreensão sobre as partes do funcionamento da chamada Arqueologia do Saber de Foucault, mecanismo que deu nome a obra.

perspectiva, pretendemos construir um sujeito a partir da diversidade encontrada na união de narrativas de vida singulares.

A percepção de Goffman (2002) traz para essa pesquisa a compreensão de que o sujeito na sociedade apresenta-se em uma representação de si que, sendo aceita pelos outros interlocutores, constrói um papel social para si. Neste contexto, esta representação pode ser dividida em cenário, ou seja, o local adequado para o papel social desempenhado pelo sujeito aparecer; a fachada pessoal, isto é, a apresentação mais efetivamente ligada ao ator social que, por sua vez, pode ser dividida em aparência e maneira. A primeira consiste em analisar o status social do ator, de acordo com as atividades e funções que realiza na sociedade; a segunda consiste em identificar as características apresentadas pelo ato, no momento da interação. Nem sempre a maneira e a aparência estão em harmonia. Algumas vezes, há uma aparência e outra maneira de representar-se no discurso.

O estudo feito a partir dos relatos das mulheres promove um sujeito coletivo com a representação social desenvolvida pelas mulheres nas narrativas de situações vividas, que se encontram nos textos do fórum virtual “Casos e Testemunhos” e nos BO.

A proposta de Maia-Vasconcelos (2014) sobre a análise de narrativas nos traz dois modelos de estudo: a narrativa heterodoxa e a narrativa ortodoxa. A heterodoxia traz a construção de uma narrativa a partir da emoção dos indivíduos que relatam. Isso quer dizer que a narrativa não obedece uma ordem pré-estabelecida de sequência cronológica dos fatos. Ao contrário, eles são organizados de acordo com a importância, que eles têm na vida de quem conta. Os relatos ocorrem a partir de uma ruptura na história do indivíduo, conduzindo-o a refletir sobre o seu passado ressignificando-o. Cada narrativa, portanto, organiza-se de forma única estabelecidas as relações entre os fatos a partir da relação de sentidos que só aquele que viveu estes fatos sabe contar. A ortodoxia é o oposto da heterodoxia, pois a sequência cronológica dos fatos ocorre no modelo convencional de narrativa, havendo certa objetividade nesta sequenciação.

O fórum virtual “Casos e Testemunhos”, com as características do gênero textual (fórum virtual), possibilita a construção da narrativa heterodoxa, pois as narrativas encontradas são organizadas de forma singular, na sequência de fatos de situações de vida, de acordo com a ressignificação dos fatos pelas mulheres. Entretanto, temos, nos relatos encontrados no BO, as características da narrativa ortodoxa, uma vez que o escritor, ao redigir o texto, escreve com imparcialidade e de acordo com a sequência cronológica dos fatos vividos pela depoente.

O estudo sobre o discurso do sujeito coletivo de Lefèvre (2005; 2010) consiste na apreensão do comportamento social de um grupo social a respeito de um tema determinado a

partir da relação entre o depoimento do individual que chegamos ao social. Nessa relação de complexidade, entre o indivíduo e o social, procuramos alinhar o nosso trabalho nesta percepção teórica de sujeito coletivo. Diferente de Lefèvre (2005; 2010), percebemos que construímos o sujeito coletivo, alinhando as propostas de representação social, que o sujeito faz de si nos discursos, a construção deste em duas categorias de narrativas, surgindo um sujeito coletivo heterodoxo e um sujeito coletivo ortodoxo e a categoria de situação das narrativas de situação de vida encontrada na construção de cada sujeito.

Alinhamos tais propostas teórico-metodológicas em uma articulação dialógica calcada no tecido epistemológico do Pensamento da Complexidade proposto por Morin (2010), para o qual é possível observar uma relação parte-todo em que cada narrativa de vida relatada está associada a uma categoria de situação vivida, formando, assim, uma subjetividade coletiva, nesta categoria de situação. O sujeito coletivo sofre influência do contexto histórico, no qual as mulheres que relatam estão submetidas. Neste raciocínio, propomos a construção do sujeito coletivo.

O sujeito coletivo proposto, nesse trabalho, abrange duas categorias de análise, a saber: i) A parte que significa cada narrativa de vida que contém características particulares, mas que concordam na representação de si que faz diante de uma mesma situação de vida: a violência sofrida. ii) O todo que significa uma nova entidade a partir das características desenvolvidas pela união das partes. Após a análise de cada narrativa, temos uma categoria de situação vivida. Nesse momento, temos características surgidas na comunhão destas narrativas, ou seja, o todo. Nomeamos essa nova entidade de sujeito coletivo, por existir somente após a união coletiva de diversas subjetividades individuais. Essas duas partes não existem independentes, mas cada alteração que possa existir nos posicionamentos dessas mulheres a respeito da situação vivida, faz surgir modificações na subjetividade coletiva.

O *corpus* fórum virtual (FV) foi o primeiro a ser analisado. Nele, primeiramente, analisamos as características da representação de si no discurso de cada mulher nos dezessete relatos coletados. Em seguida, as narrativas de vida, em análise, são verificadas quanto ao tipo de narrativa no FV pesquisado: a ortodoxa ou a heterodoxa. Este ponto é importante, pois influencia diretamente na produção do sujeito coletivo na medida em que a representação de si passa pela influência de um 'outro' ao discurso ou não. Após essa etapa, analisamos a construção do todo que indica um comportamento social beneficiado pelo cenário (mulheres contando fatos sobre violência e recebendo, como resposta, comentários de outras mulheres) em que o FV apresenta os relatos. O último passo é a análise da subjetividade coletiva surgida, havendo a demonstração das características das partes que não surgem no todo coletivo e,

também, a demonstração das características do todo que surgem apenas na união das partes. Esta nova entidade nascida dessa união possui, portanto, características singulares.

Após a demonstração desse sujeito coletivo no FV, analisamos o segundo *corpus*: BO. Nele, o procedimento de análise e os critérios foram os mesmos que os utilizados no FV. A representação de si das mulheres que depõem é analisada em cada relato encontrado na seção ‘histórico’ dos vinte e quatro BO. Após essa análise, é verificado qual tipo de narrativa é encontrado no BO: ortodoxa ou heterodoxa. Critério cuja importância já foi mencionada para o FV e se reafirma no BO. Em seguida, nos detemos na construção do todo que surge na união das partes, ou seja, das narrativas em uma categoria de situação vivida. Esta nova entidade possui características que não existiam na individualidade de cada relato, sendo uma subjetividade coletiva singular.

Observamos um sujeito coletivo, no FV, e um sujeito coletivo, no BO. Nesse sentido, confrontamos os dados encontrados nos *corpora* avaliados a fim de perceber características em comum ou em divergência nas análises realizadas sobre a subjetividade encontrada no FV e no BO. Esse cruzamento de dados dos *corpora* recebe o nome de quadro de experiência: intercomunicação discursiva. Não se trata de um desenho comparativo, como uma tabela e/ou planilha digitada no texto dessa tese, mas de uma idealização metafórica na qual ocorre a reportada intercomunicação discursiva. O quadro relaciona duas entidades (sujeito coletivo FV e sujeito coletivo BO), em um mesmo cenário imaginário, a partir das reflexões sobre a representação social encontrada nos *corpora*.

A próxima seção traz a análise dos dados a partir dos *corpora* do FV e do BO de acordo com a sequência apresentada acima (análise do FV; análise do BO e quadro de experiência: intercomunicação discursiva) a partir do uso das categorias parte e todo na análise dos dados. Temos resultados qualitativos que direcionam a conclusão sobre a construção do sujeito coletivo.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção do trabalho, propomos a construção do sujeito coletivo. A fim de expor nossas análises, apresentamos dois quadros-síntese com exemplos de nossos *corpora*, levando em conta aspectos linguísticos referentes ao léxico e às construções de significado.

Quadro 1 – Quadro-síntese linguístico-analítico exemplificador do Fórum

Expressões	Análise textual	Sentidos construídos
Fórum: relatos em primeira pessoa, de caráter intimista e confessional.	A construção em primeira pessoa indica a sequência de relatos em voz ativa e discurso direto.	Consonâncias e contradições no discurso em primeira pessoa em que se marca a presença do sujeito coletivo
Rel. 01: “eu sai com duas amigas e ele veio atrás de mim ver aonde eu estava aí ele foi pra praia escondido e me ligou pra ir lá ele falou q quem ficava em bar era puta galinha mesmo assim pedi pra ele ficar cmg porém no msm dia ele começou a me xingar de novo eu não aguentei e joguei o liquido do meu copo nele ele me revidou com uma garrafada na cabeça não fiz o BO... não sei se vou na delegacia se deixo passar mais uma vez em branco”.	As marcas linguísticas de primeira pessoa, embora com os verbos em voz ativa e utilizando o discurso direto, põe as autoras dos relatos em situação passiva, uma vez que a posição de agente é sempre dada ao homem agressor.	As marcas do relato em primeira pessoa são testemunhos de sua responsabilidade enunciativa, embora seus relatos expressem a vitimação constante. Há expressões agravantes de sentido – uso de palavras como ‘puta, galinha, vagabunda’, em vez de <i>agredir verbalmente</i> ; ‘me batia’, ‘revidou com uma garrafada’ em vez de <i>agredir fisicamente</i> . Expressões que acreditamos serem próprias do relato pessoal e do depoimento.
Rel. 3.1: “meu coração acelera quando meu companheiro chega do trabalho... mas tenho receio de colocá-lo na justiça pois tenho uma filha que nasceu (865g) prematura... Essa violência já acontecia quando estava grávida mas imaginei que fosse melhorar!!!!”.	Expressões generalizadoras, como ‘ele’, ‘meu companheiro’ para citar o homem agressor são comuns nos relatos que constam do fórum.	As acusações feitas pelas mulheres no fórum oscilam entre a confissão pessoal e a revolta institucional e socialmente reconhecida. Um ‘nós’ que reúne essas mulheres é muito mais evidente, uma vez que não parecem obedecer a um modelo estabelecido, provavelmente recriando uma cenografia proposta.
Rel. 06: “na prática temos que ter uma imensa dose de paciência + confiança + esperança + otimismo + perseverança, e tudo isso somado é = a uma longa e desgastante espera ... só não podemos desistir... temos dias mais ensolarados ... dias mais nublados ... mas o importante é que estamos vivas”.	Percebemos também o uso do discurso direto a fim de indicar a culpabilidade do agressor. O discurso indireto é utilizado somente nos momentos de relatar a agressão verbal usando as orações conformativas.	A sequência de revelações culmina em dois pontos contraditórios: 1- No desejo de proteção ao agressor, justificado pelo amor ou por piedade; 2- No desejo de justiça ou de vingança, quando a mulher agredida
Rel. 12: “Ele me batia por coisas que ele simplesmente imaginava, nem precisava tá perto de homem não. Tipo assim: eu ia na padaria e voltava, ele falava que eu ESTAVA DANDO pro padeiro. Pro meu chefe, pros colegas de trabalho... enfim.. por mundo inteiro. Ele batia minha cabeça		

<p>na parede, pegava faca e me riscava, me mordida que quase arrancava pedaço, eu ficava toda roxa. Além das agressões psicológicas tbm, me chamando de puta, vagabunda, piranha. Eu só perguntava o que ele tava fazendo comigo se achava que eu era tudo aquilo. fui na delegacia na segunda e fiz a denuncia. O juiz humilhou muito ele na minha frente. Foi muito difícil pra mim, eu chorei muito, mas nunca me arrependi”.</p>		<p>expressa seu desejo de por fim a toda violência sofrida por todas as mulheres.</p> <p>Esse segundo ponto pode estar associado ao medo social que é implantado na cultura historicamente impressa nas relações entre homens e mulheres.</p>
<p>Rel. 14: “Amiga sabe o que é pior nessa estória toda? É que além da humilhação de sermos agredidas, alguns policiais machista e idiotas tratam os agressores como heróis, já passei por situações bem constrangedoras e da ultima vez inclusive ouvi o policial dizer <i>Que mulher gosta de apanhar mesmo, que temos que cair todas no pau</i>”.</p>		

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 2 – Quadro-síntese linguístico-analítico exemplificador dos BO

Expressões	Análise textual	Sentidos construídos
<p>BO: sequência de orações objetivas diretas, iniciadas pelo pronome QUE marcado em caixa alta.</p>	<p>A construção com o pronome QUE indica a sequência de relatos da depoente, marcando a exclusão do escrevente.</p>	<p>Consonâncias e contradições no discurso</p>
<p>BO 03: “Já sofreu agressão física”, “o referido é bastante ciumento” “ se a declarante sáísse de casa, teria coragem de matá-la”, “que iria atear fogo em tudo na casa”, “que se fosse preso a mataria”.</p>	<p>As marcas do relato e da exclusão também aparecem nas palavras assinaladas por aspas.</p> <p>Expressões generalizadoras, como ‘o referido’ para citar o homem agressor são comuns nos textos de BO.</p>	<p>Há expressões atenuadoras de sentido – ‘ingere bebida alcoólica’, em vez de <i>beber</i>; ‘agredir fisicamente’, em vez de <i>bater</i>; ‘agredir verbalmente’, em vez de <i>xingar</i>. Expressões que acreditamos serem próprias do jargão policial e de uso da estrutura do depoimento.</p>
<p>BO 08: “adentrou na casa da mesma e colocou uma faca em seu rosto e a ameaçou dizendo que se a declarante fosse atrás do consórcio iria ver”, “a mesma pagava o consórcio em nome do referido”.</p>	<p>O uso do discurso indireto a fim de indicar a imparcialidade do agressor.</p> <p>O discurso direto somente nos</p>	<p>As acusações feitas pelas mulheres e transcritas pelos escrivães parecem obedecer ao modelo estabelecido, provavelmente obedecendo à cenografia proposta.</p>
<p>BO 16: “há oito anos, X ingere bebida alcoólica diariamente”; “agrediu verbalmente a declarante, proferindo palavras de baixo calão: ‘sapatão’, ‘prostituta’, ‘rapariga’. “X</p>	<p>indireto a fim de indicar a imparcialidade do agressor.</p> <p>O discurso direto somente nos</p>	<p>A sequência de acusações culmina contraditoriamente no desejo de proteção ao agressor, quando a depoente, por razões que não se explicitam no texto, ‘não deseja requerer Medidas Protetivas de Urgência’ embora sofra agressões há 8 anos.</p>

ameaça a declarante de morte”, “não deseja requerer Medidas Protetivas de Urgência”.	momentos de relatar a agressão verbal usando as orações conformativas.	Essa decisão pode estar também associada ao medo de liberdade, pois o opressor vive nela ao aceitar o modelo (mulher respeitável) de avaliação que a sociedade e o agressor impõem. A ofensa está associada ao estereótipo da mulher respeitável cujos parceiros deste relacionamento usam como modelo de avaliação o homem, que age como juiz e carrasco e dela que mantém este modelo cultural de auto-avaliação.
BO 21: “a declarante foi abordada por ele, o mesmo passou a apertar seu pescoço lhe arrastou para dentro de casa”, “que não quer que ele seja preso”.		
BO 23: “seu ex-companheiro afirmava que iria matar a declarante e a filha de ambos”, “que estão separados há seis meses, sendo que o referido usa a filha para importunar a registrante”, “que teme pela integridade física de sua filha, já que no passado já foi agredida e atropelada pelo mesmo”.		
BO 24: “é casada há 24 anos com Z, com quem tem dois filhos”, “o referido ameaçou agredir os filhos e agrediu verbalmente toda a família”, “ameaçou agredi-la fisicamente”		

Fonte: Elaborado pela autora.

No primeiro capítulo, estabelecemos a interseção entre os teóricos Lefèvre (2005), Bertaux (2010) e Foucault (2002), Goffman (2002) e Maia-Vasconcelos (2014); no segundo, verificamos o fórum virtual ou eletrônico como um gênero que possibilita o surgimento de uma narrativa heterodoxa e o boletim de ocorrência como um gênero que possibilita o surgimento de uma narrativa ortodoxa. No quarto e último capítulo, estabelecemos, também em fase inicial, uma intercomunicação entre as reflexões iniciais sobre a narrativa ortodoxa no fórum virtual e a heterodoxa nos boletins de ocorrência. As categorias ortodoxia e heterodoxia serão descritas posteriormente no decorrer dos capítulos a seguir.

4.1 Sujeito coletivo, foucaultiano e etnossociológico

O conceito de coletividade é compreendido no âmbito comum como qualquer conjunto social geralmente delimitado no espaço com grau de organização interna e por atividades e objetivos comuns. Na sociologia, este conceito está dentro da dicotomia

estabelecida entre o sujeito e o coletivo, havendo uma discussão na sociologia sobre qual deve ser o objeto de análise do pesquisador.

Foucault (2002) modifica o pensamento sobre esta dualidade ao afirmar que o sujeito não se afirma sozinho, mas se insere em uma prática social, logo, discursiva. Esta visão de prática discursiva conduz o sujeito à percepção de que tudo se constrói num processo de relação e sentido construído nas relações de interação sociais. É uma forma diferente de perceber o coletivo, ou seja, não em oposição ao sujeito, mas sendo estabelecido o sentido de ambos (coletivo e sujeito) a partir da relação dialógica entre eles.

Nesta perspectiva, a situação vivida pelos indivíduos afirmada por Bertaux (2010) se conduz na formação de um grupo que teve as mesmas vivências e que comuna uma posição ideológica a respeito do fato, sendo estes indivíduos participantes de uma mesma categoria de situação vivenciada.

Os indivíduos tornam-se sujeitos de uma prática discursiva em que se integra a uma comunidade discursiva fundada no instante em que as práticas sociais de uma categoria de situação das experiências vividas se forma. A interação encontrada na comunidade discursiva estabelece a união desses dois conceitos antes vistos de maneira dicotômica na sociologia: o sujeito e o coletivo. A união se estabelece, no instante em que a subjetividade de uma coletividade se verifica na formação da categoria de situação e uma comunidade discursiva se estabelece no discurso demonstrando uma identidade comunitária discursiva entre os participantes.

É necessário não esquecer que as relações de poder são integrantes desta constituição discursiva, conduzindo as escolhas e objetivos deste grupo, visto que as práticas de relações humanas, como o casamento, a escolha ou não de uma profissão são aspectos conduzidos socialmente e verbalizados nos relatos das situações vividas. Toda relação humana, segundo Foucault (2010), contém o desejo como fio condutor, que outorga o poder aos fatos e às pessoas.

É possível encontrar, portanto, nos relatos de experiências vividas, um sujeito coletivo que pode ser identificado nas narrativas de uma situação vivida por indivíduos com diversas histórias de vida diferentes, mas com a predominância de posicionamentos discursivos, que identificam as relações de poder inseridos nesta categoria de situação.

A seguir, apresentamos o fórum virtual, tendo a heterodoxia presente nos relatos analisados.

4.2 Fórum: heterodoxia

No fórum, os discursos parecem fazer emergir um sujeito, que se autoriza a escolher as palavras que vai utilizar, os signos e os símbolos, tornando-se o sujeito livre mencionado por Bertaux, ou seja, um sujeito inserido no relato que deixa a subjetividade se apresentar sem muitas limitações do gênero textual.

No relato 1, a seguir, temos um exemplo de narrativa de vida no qual a relatante indica uma posição de vítima diante da relação de poder, que ela estabelece com o seu parceiro.

Relato1- acessado em 24 de outubro 2010 às 22h54min
<p><u>Preciso muito de um conselho pra mim tomar a decisão correta</u> vou contar o caso eu namorei 10 meses nesse tempo qualquer coisa q eu fazia ele me xingava falava q eu era vagabunda[...] fez aquilo pra me atingir e atingir a minha mãe pq ela falou q ele num tinha vergonha só q ele mandou eu esquecer eu num liguei ai ele liga pra ver se eu sai ou deixei d sair qdo soube q eu sai essa sexta me xingou e sabado ficou ligando meia noite pra ver se eu estava na rua ou anum hj ele falou um monte pra mim falou q ficou com a menina pra me humilhar e <u>eu não sei se vou na delegacia se deixo passar mais uma vez em branco eu preciso d conselho eu gosto mto dele ainda mais eu to toda perdida sem saber como agir qria mto que alguém me desse uma luz</u></p>

Para Foucault (2010), as relações entre o sujeito e o outro se estabelecem a partir de implicações de poder que estão imbricadas na relação. Há sempre alguém que domina e alguém que se submete ao poder, sendo o poder algo desejado na relação. Isso pode ser encontrado nas expressões destacadas no relato 1 acima, pois a mulher sofre, mas não consegue finalizar a relação, trazendo sempre a posição de vítima do parceiro como é percebido nas expressões: “preciso de um conselho, gosto muito dele mas não sei o que fazer”. A teia de relações de poder é transparecida, no discurso, nos diversos momentos em que indicamos, nos fatos relatados, a submissão das relatantes aos interesses e vontades do dominado e diversos motivos que são levantados para que se mantenha essa relação de poder: matar os filhos, ameaças, uso de drogas lícitas e ilícitas, amor pelo parceiro, entre outros. A ameaça é sempre dita em terceira pessoa, ou seja, ela conta os momentos em que é ameaçada e se submete à esta relação de poder. Essa relação de ameaça é percebida na seguinte passagem: “fez aquilo pra me atingir e atingir a minha mãe” e encontrada no relato 1.

O fórum se constitui como um gênero que atende a uma comunidade discursiva inserida no site destinado às pessoas que desejam saber sobre a Lei Maria da Penha e discutir sua aplicação nos casos. Este é um site privativo às pessoas que pedem autorização para participar da discussão. Assim, o público já está selecionado e a relatante previamente conhece o perfil dos indivíduos, que irão participar da discussão. Essas relatantes, portanto, conhecem o

ethos das pessoas, que participam da discussão ou que irão ler o relato e não sofrerão acusações estigmatizantes. Assim, no relato 1, percebemos que a situação vivida é relatada a fim de pedir conselhos para os outros usuários do fórum.

As diversas posturas discursivas, em que elas apresentam os relatos, as queixas sobre a instituição, outras comentando situações externas à sua própria vida (exemplos da mídia como o caso Bruno em que a relatante faz a relação desse caso com a situação vivida que se encontra) para exemplificar os fatos vividos possibilita a formação de uma heterodoxia discursiva, em que se estabiliza uma narrativa construída em uma sequência, que não segue uma sequência padrão de relatos, ou seja, uma sequência de fatos narrados. É estabelecida, nessa narrativa biográfica, um constante devir de acordo com as posturas assumidas pelas relatantes. Cada momento, um relato se refaz ou se completa posteriormente, de acordo com as posturas discursivas estabelecidas pela relatante.

A sequência temática no relato possui características comentadas por Pineau e Le Grand (2002), Maia- Vasconcelos (2003) em que a subjetividade possui a construção da sequência narrativa por escolher os fatos que deve relatar, apresentá-los a partir do seu ponto de vista, desenvolvendo um *ethos* discursivo, relacionando fatos ocorridos em diversos momentos cronológicos como causa e consequência. A liberdade da subjetividade está, segundo Bertaux (2010), presente nos relatos em que se comuna uma situação vivenciada, refletida, formando uma subjetividade coletiva, nesta comunidade virtual e uma narrativa biográfica heterodoxa.

Apesar de não participarem de um mesmo ambiente físico, elas comungam do mesmo ambiente espacial que é o ambiente virtual (fórum virtual), sujeitando-se as mesmas especificações de produção do discurso. É necessário um registro com explicações sobre o interesse em acessar o site e, por consequência, poder participar das discussões.

O internauta espera a autorização da organização não-governamental para acessar às informações ali contidas. O acesso livre aos participantes do site Lei Maria da Penha são disponibilizados de forma sequencial de data e hora e não possuem regulação de tamanho, pois há textos de tamanhos variados. Apesar de não haver necessidade de comprovar a identificação escolhida no momento da escrita dos relatos, as mulheres usam nomes próprios quando identificam, mas não citam os nomes dos parceiros, ex-parceiros ou familiares, que denuncia. Elas utilizam para nomeá-los a posição social que eles possuem na relação: marido, namorado, ex-marido, ex-namorado, pai.

No fórum virtual, os relatos são produzidos em uma construção de resignificação dos fatos, pois ao relatá-los, o sujeito revive os acontecimentos e reorganiza-os de acordo com a sua ordem pessoal de importância dada aos fatos, além de trazer uma imagem de si para o

discurso, que a indica como vítima da situação vivida. Esta relação de poder, comum a todas estas mulheres relatoras no fórum em uma mesma situação vivenciada, formando, assim, uma comunidade discursiva, que surge do individual para conceber uma coletividade um todo subjetivo.

4.2.1 Representação de si no discurso: vítima legítima ou legitimada?

Os textos encontrados no fórum Casos e Testemunhos relatam casos de violência considerando que há um “pacto” de sinceridade entre as participantes. Isto quer dizer que a relatora demonstra para os seus interlocutores, que os fatos vividos são realmente verdadeiros. A sinceridade defendida pela narradora indica detalhes sobre os fatos vividos como, por exemplo, nome de pessoas envolvidas, número do processo, descrição do local ou de instituições envolvidas. Mesmo que não seja verdadeiro, ou seja, uma criação ou exagero da relatora, o uso destes argumentos no texto legitima a veracidade dos fatos. No relato 3, por exemplo, a autora indica os locais, onde andou após o parto: “andei da Barra a Jacarepaguá onde moro atualmente”. No relato 11, por exemplo, a autora diz a data em que foi expulsa de casa com a mãe e os irmãos pelo pai: “Estamos na casa de uma vizinha desde o dia 29/07/2011”. No relato 7, a descrição do local “em frente a minha casa”, a marcação de tempo “outubro de 2008 e me casei dia 4 de dezembro de 2009”, “neste carnaval” indica que a autora assume os fatos vividos como verdadeiros, pois localiza-os e legitima-os no tempo e no espaço.

Nos relatos encontrados no fórum virtual Casos e Testemunhos, há o engajamento da relatora em demonstrar uma “[...] máscara que pode ser sincera disso ou não, diante de um grupo particular de observadores” (GOFFMAN, 2002, p. 29). Nesse sentido, há o reconhecimento do fato de que está desempenhando um papel social que conhecemos: a vítima de violência doméstica. Podemos observar, sobre estes assuntos o relato 7 abaixo:

<p>Olá estou com meu marido desde outubro de 2008 e me casei dia 4 de dezembro de 2009, estou casada com ele até hoje, nunca o trai nem o desrespeitei, mas ele não evita usar palavras contra mim, manda eu me fuder, ir a merda, já me chamou de piranha em frente minha casa enquanto não morávamos juntos, e esse ano depois de casados neste carnaval discutimos sobre uma peça de roupa que eu vesti para ele e ele disse que ficava melhor na irmã dele do que em mim eu fiquei ofendida e então discutimos ele colocou a roupa em um saco e deitou junto a ela eu tentava falar com ele e ele fingia estar dormindo, então tentei pegar a roupa foi quando ele virou a mão em meu rosto eu fiquei estatica e perguntei se ele sabia o q tinha feito ele falou sim e fez um movimento como se apenas tivesse me dado um empurraozinho e eu não foi assim que vc fez e demostrei para ele</p>

como ele tinha feito então ele socou minha cabeça, na hora fiquei muito nervosa nunca pensei passar por isso com ele. Ele é um cara calmo e carinhoso comigo, só trabalha e estuda só de vez em quando que dá umas vaciladas mas enfim confesso que a uns dias atrás quando fui pegar uma mochila minha que estava nas mãos dele tive a sensação que ele iria me bater novamente, então percebi que não tinha superado, ele não fez nada mas o medo talvez exista para sempre!

Há um engajamento público da autora ao tema do fórum: violência doméstica em que assume uma máscara de vítima torna-se parte integrante do indivíduo, ou seja, ela assume uma posição de vítima de violência mesmo que esteja acrescentando fatos ou omitindo outros. Esta máscara é aceita e esperada pela comunidade discursiva participante do fórum, pois a relatora assume para si um conjunto de elementos associados ao ideal de mulher: fidelidade (“nunca o traiu”), compreensão (“só de vez em quando dá umas vaciladas”), amabilidade (“ele é um cara calmo e carinhoso comigo”), submissão (“ele não fez nada, mas talvez o medo persista para sempre”) podendo, assim, legitimar a posição de denunciadora, pois está assumindo para si o estereótipo da mulher ideal comentado em Chodorow (1978), Oliveira (2004) e Giddens (1993).

Trata-se, segundo os autores, do modelo de mulher respeitável (fiel, compreensiva, amável, submissa) que se contrapõe com o modelo de mulher não-respeitável (oposto ao modelo de mulher respeitável). Os argumentos do modelo de mulher respeitável como os comentados acima são utilizados pela autora, para absolver a sua face da imagem de mulher não-respeitável, apesar de ser acusada deste estereótipo através dos insultos encontrados no texto: “usar palavras contra mim”, “manda eu me fuder”, “já me chamou de piranha” feitos pelo parceiro.

Outros relatos indicam que a agressão não ocorre somente em uma relação de parceiros amorosos, mas pode se estender até os filhos. Nos relatos 11 e 15, por exemplo, a filha é a relatora da violência doméstica e das agressões sofridas por ela, pelos irmãos e principalmente pela mãe que é acusada de ser infiel. Essa questão da exclusividade da sexualidade feminina é o ponto maior da distinção entre mulheres consideradas respeitáveis e mulheres não-respeitáveis. Segundo Giddens (1993), a violência contra a mulher está associada a formas de demonstração de poder em que a preservação da sexualidade feminina até o casamento era símbolo da mulher considerada respeitável (GIDDENS, 1993). As consideradas causas de agressividade masculina são “justificadas” pelos agressores a partir da fidelidade feminina colocada em questão.

No relato 11 abaixo, verificamos que a agressão aos filhos do casal é uma extensão da agressão feita contra a mulher. O fato de o marido considerá-la como uma mulher, que tem um amante, é o suficiente para não deixá-la entrar em casa e agredi-la.

Tenho 18 anos, estou grávida de 4 meses, e sou vítima de agressões a muito tempo. Sempre morei com meu pai e minha mãe, e meu pai sempre foi um homem que não nos agredia fisicamente, mas sim psicologicamente. Desde pequena lembro que minha família sofre muito com ele. Há 4 meses atrás, a situação ficou pior. Minha mãe faz quimioterapia para se recuperar de um câncer há mais de um ano, meu pai alcoolatra, não tem emprego fixo. Tenho mais 3 irmãos de 20, 14 e 13 anos. Dia desses quando minha mãe voltava da quimioterapia e eu voltava do trabalho por volta das 7 da noite, meu pai estava com meus dois irmãos menores bebado, dizendo que minha mãe estava na rua com um amante, afirmando que ela não iria entrar em casa. [...]

O modelo de masculinidade defendido pelos padrões tradicionais é associado ao que é forte, grande, dominante, ativo, viril em que a ideia de imposição pela força sobre o feminino é bastante valorizada. Essa posição é percebida nos relatos de situações vividas pelas mulheres através de insultos como “dizendo que minha mãe estava na rua com um amante” ou o uso da força para impor os seus desejos e vontades como, por exemplo, proibir a mulher de ficar em casa, como no relato 11: “ela não iria entrar em casa” ou através de expressões que indicam indignação por se sentirem injustiçadas, por exemplo, no relato 10: “Por que Queixa Crime, ação criminal, no caso de se tratar de violência doméstica tem que ser analisado em Juizado Especial, mesmo que especial criminal? Até nisso a aplicação da Lei Maria da Penha é mais branda com os homens?”. Os valores defendidos pelo modelo tradicional de masculinidade, segundo Oliveira (2004), trazem a ideia de uma figura de mulher-objeto, que se sujeita a figura do masculino por uma questão de complementariedade e submissão ao homem. A mulher funcionaria como “[...] o agente que confirmaria a posse do falo do homem, portanto, a sua não-castração.” (OLIVEIRA, 2004, p. 243). Assim, o falocentrismo explica, a partir da visão lacaniana, o posicionamento agressivo e humilhante para as mulheres.

Diante desta análise da representação de si nos relatos encontrados no fórum, podemos observar as seguintes partes desta representação: cenário e fachada, sendo esta subdividida em aparência e maneira.

4.2.2 Cenário na narrativa heterodoxa

Outro ponto importante na compreensão da representação social desenvolvida é o cenário, parte integrante da fachada, uma vez que traz o *locus* em que é possível aos atores narrarem os fatos (GOFFMAN, 2002, p. 29). O fórum virtual traz a possibilidade dos textos se

tornarem heterogêneos quanto à temática desenvolvida, a estrutura textual que pode ser variada, a quantidade de palavras e o tamanho que também não é controlado e a veracidade dos autonomeações também não. Isso permite construir um texto heterogêneo em sua essência.

Essas características são vistas nos relatos apresentados em que os temas desenvolvidos, apesar de comentarem sobre o tema geral violência doméstica, são fatos vividos em diversas situações (um dia de carnaval, o nascimento do filho, tentativa de envenenamento nos relatos 7, 3 e 10, respectivamente, entre outros) que são comentados e logo, em seguida, substituídos por outras temáticas em situações diversas. Não havendo, assim, uma organização sequencial dos temas desenvolvidos, sendo substituídos aleatoriamente. A extensão dos relatos também é diversificada, não havendo um consenso e nem regras para o tamanho (o relato 2 tem nove palavras, enquanto que o relato 10 possui 78 palavras) como também a estrutura do texto não segue um padrão, por exemplo, o relato 10 utiliza-se do texto judicial com as informações sobre o processo envolvido, enquanto que o relato 1 é uma narrativa do fato vivido.

As narrativas relatam situações vividas em sequência não cronológica dos fatos vividos, mas organizada de acordo com os fatos que possuem maior grau de importância para narrar a situação vivenciada e, a partir de então, os fatos prosseguem no relato. Segundo Maia-Vasconcelos (2014), a narrativa heterodoxa organiza-se em torno de um corte estabelecido na história de vida do sujeito e a progressão temática textual ocorre a partir do ponto eleito como importante para a narrativa. No nosso *corpus*, percebemos que se trata da situação de violência ocorrida como o ponto iniciador da construção do relato e, paralelamente, da representação de si feita pelas mulheres. Podemos observar no relato 12 que a autora resume toda a história do seu relacionamento para, em seguida, indicar os fatos vividos sobre a agressividade ocorrida: “Oi!! Entre idas e vindas fiquei com ele 5 anos e depois que ficamos noivos (noivado de apenas 3 meses) eu conheci um monstro que nunca havia conhecido. Antes ele me tratava igual uma criança.... depois começou o pesadelo [...]”.

Maia-Vasconcelos (2014) afirma que esse tipo de narrativa, chamada de heterodoxa pela pesquisadora, difere da narrativa tradicional também pelo fato de ter uma relação de escolha dos fatos vividos pela importância emocional que os fatos escolhidos possuem para o narrador. A relação estabelecida entre os fatos vividos estão em sequência de causa e consequência, assim como no texto tradicional (ortodoxo). Entretanto, segundo a pesquisadora, a sequência heterodoxa possui a característica de estabelecer relações entre os fatos relatados que estão dispostos de acordo com o fio condutor da emoção, ou seja, fatos que foram vividos são relacionados a fatos posteriores como podemos observar no relato 12: “Aí eu pensei bastante e de cabeça fria e de caso pensando fui na delegacia na segunda e fiz a

denuncia. Antes disso eu nunca tinha ido. Fui pra representar pq acho que não adianta ficar colecionando BO em casa. Depois disso ele ainda me ameaçou diversas vezes.”

Após a verificação das características do gênero fórum virtual sobre relatos de vida nos textos analisados, veremos a formação dos mecanismos de representação social, que as mulheres fazem delas mesmas diante da comunidade discursiva da qual fazem parte.

4.2.3 Fachada pessoal

Algumas pesquisas sobre violência e gênero indicam que há uma relação entre o nível de educação formal do casal e a violência doméstica. Oliveira (2004) indica que as pesquisas relacionadas à visão vitimária¹¹, influenciadora dos estudos sobre a masculinidade (como também a crítica da visão vitimária¹²), indicam a relação entre agressividade masculina sobre as mulheres associada à opressão, que o homem de classe menos favorecida sofre devido às exigências do capitalismo. Nos relatos analisados, entretanto, esta associação não aparece, pois mulheres de nível educacional mais elevado assumem uma representação de si como vítima da situação. No relato 10, a autora é funcionária pública federal; no relato 3, a denunciante é pedagoga. Quanto à aparência da fachada pessoal destas mulheres nos seus relatos, a heterogeneidade do nível educacional é bem variada, pois há também mulheres que demonstram serem estudantes, por exemplo, no relato 10. O nível educacional dos parceiros denunciados como agressores, não é muitas vezes mencionado, entretanto, encontramos um relato em que a filha diz que o pai está desempregado. Isso ocorre no relato 11.

Elas assumem o papel de vítima do parceiro que é o seu juiz e carrasco, pois as acusam de não estarem de acordo com o estereótipo de mulher-respeitável (fiel, gentil, amorosa, compreensiva e submissa) e cumprem a punição agredindo-a física e psicologicamente. Neste contexto, elas afirmam que não fizeram nada para merecer isso e promovem a imagem de mulher-respeitável de acordo com o estereótipo mencionado.

¹¹Posição psicanalista defendida principalmente por Chodorow (1978) que defende haver necessidade dos homens de se sentirem superior às mulheres devido à construção da identidade masculina ser frágil e insegura por ter que lutar contra o primeiro modelo de identidade que conhece: a mãe. Assim, a psique masculina se torna vítima da mulher necessitando, assim, de reparos e cuidados em um relacionamento emocional.

¹²Posição psicanalista contrária à visão vitimária da masculinidade que afirma não ser a causa do lugar de primazia da masculinidade em relação à feminilidade a crise de identidade gerada pela maternidade, mas fatores socioestruturais são a causa da exploração do masculino sobre o feminino. Os papéis sociais impostos ao masculino e ao feminino são considerados complementares em suas funções. Essa dualidade entre as tarefas é igualmente opressiva para ambos, sendo considerada em destaque a situação masculina por estar associado à sustentação da casa.

Quanto à maneira da fachada social desenvolvida pela mulher, apesar de, nos relatos das situações vividas, haver uma diversidade de nível de instrução (mulheres com diplomas universitários e outras estudantes de ensino básico, outras sem referências) e demonstração de independência financeira, a relação entre o modelo de mulher historicamente estabelecido é percebido nos relatos.

Podemos verificar, que mesmo as mulheres, que denunciam os parceiros ou ex-parceiros demonstram cumprir as tarefas e qualidades da mulher ideal, respeitável. Nenhuma diz que fez algo ou disse algo que provocasse o parceiro. Todas afirmam serem fiéis, amáveis, gentis, compreensivas e, muitas vezes, submissas mesmo quando afirmam terem saído com outro homem estando comprometida, como é dito no relato 1, por exemplo. De acordo com Foucault (1999), o corpo dócil assume as regras estabelecidas pelo parceiro para o relacionamento. Nesse sentido, percebemos que a aderência aos princípios e regras estabelecidos na relação faz com que essas mulheres sejam corpos dóceis, submissos ao modelo estabelecido. Vemos que o agressor está presente nela, pois o modelo social estabelecido será mantido mesmo que troque de parceiro.

Assim, a culpa de toda a agressividade para estas mulheres está no parceiro que é acusado de não cumprir o modelo estabelecido historicamente pelo amor romântico vinculado ao casamento, como afirma Giddens (1993), em que há uma projeção do amor no outro, o idealiza e projeta, no parceiro, os planos do futuro a dois. A relação entre esse amor idealizado e a ideia de completude vem sendo trazida pela instituição social casamento que associa a sexualidade feminina ao domínio do masculino, mas não o inverso. No relato 7, podemos perceber que, logo no início, a declarante traz a representação de si da mulher ideal no casamento: “Olá estou com meu marido desde outubro de 2008 e me casei dia 4 de dezembro de 2009, estou casada com ele até hoje, nunca o trai nem o desrespeitei [...]” ou a mulher que mesmo sendo mal-tratada diz que gosta do parceiro como no relato 1: “[...] eu não sei se vou na delegacia se deixo passar mais uma vez em branco. Eu preciso de conselho. Eu gosto muito dele ainda mas eu to toda perdida sem saber como agir queria muito que alguém me desse uma luz”.

Segundo Foucault (2010), o poder está inserido em todas as relações humanas começando pela família através dos papéis sociais e suas representações de si na sociedade. Nas relações estabelecidas entre o casal, o poder está relacionado à sexualidade, na história, como uma posição repressiva de controle da população pela Igreja Católica, principalmente, sobre as mulheres. A sexualidade, de acordo com Foucault (1985), passou a ser um segredo que deve ser constantemente guardado e controlado, pois para o autor as forças principais da

sociedade são o poder, o discurso e o corpo. Esse controle sobre a sexualidade repercute nos relatos ao relacionar os insultos cometidos contra as mulheres ao controle da sexualidade.

A dicotomia mulher respeitável (cumpridora dos padrões de mulher ideal: amável, fiel, gentil e compreensiva) x mulher não-respeitável (o oposto da mulher ideal) traz, nestes relatos, a agressividade física e psicológica e promove a consciência servil. Ela passa a aceitar o padrão de avaliação moral e se sente agredida pelo modelo socialmente estabelecido com insultos e agressões físicas. Assim, a raiva ou o sentimento de humilhação são baseados a partir desta relação. Alguns relatos como o relato 7 e o relato 3 demonstram o esforço delas em mostrar ao parceiro, que estão de acordo com o modelo de mulher respeitável: “essa violência já acontecia quando estava grávida mas imaginei que fosse melhorar!” (relato3). Assim, o desejo de mostrar que aceita e está de acordo com o modelo social recai sobre a demonstração, que mesmo as mulheres independentes e bem sucedidas desejam ser classificadas, quanto à sexualidade, de acordo com essa dicotomia social e possuem uma consciência servil.

Concluimos sobre a construção da fachada e do cenário voltando para o título dessa seção intitulada representação de si: vítima legítima ou legitimada? A situação vivida por estas mulheres, segundo Maia-Vasconcelos (2014), e revivida sempre que é recontada e os fatos narrados estão de acordo com o critério “emoção”, vinculado ao que está sendo dito. Trata-se de uma narrativa em que os fatos são incorporados em uma sequência de importância escolhida pela mulher relatora que, ao mesmo tempo, é vítima da situação vivida e do agressor, mas mantém o modelo de avaliação de seu caráter (mulher respeitável x mulher não-respeitável).

A relação entre a aparência e a maneira da representação de si indica que há uma harmonia entre as partes, pois a aparência mostra que a diversidade de posição social entre as mulheres está condizente com a maneira da fachada pessoal demonstrada, pois historicamente o poder associado à sexualidade possibilita a demonstração que o modelo de avaliação das mulheres está na avaliação de si que as mulheres (vítimas) e homens (agressores) fazem sobre o caráter delas em qualquer nível social. Diante disso, nos perguntamos o sujeito demonstrado nesta narrativa heterodoxa pode ser visto a partir de uma representação de si coletiva? É o assunto do item a seguir.

4.2.4 Sujeito Coletivo em narrativa heterodoxa

O ser humano precisa falar, transmitir seus pensamentos, impressões medos e dores. Em nossa era nunca houve tanto essa necessidade de registrar e construir pensamentos e identidades. Estamos participando do “boom” da superexposição de fatos de nosso cotidiano.

Para onde vamos, o que estamos fazendo e sentindo é veiculado com demasiada rapidez na rede e com essa mesma rapidez é comentado. Compartilhar um pouco de nós mesmos nos deixa seguros e calmos, pois estar em rede é lembrar, que vivemos em coletividade, que nunca estamos sozinhos.

Lefèvre (2005) define o sujeito coletivo como aquele que se expressa através de um discurso em primeira pessoa do singular fazendo referência a um pensamento de uma coletividade sobre um dado tema. Nesta perspectiva, encontramos um sujeito que se manifesta em relatos encontrados em um fórum virtual (no caso, “Casos e Testemunhos”) relacionado com as características da proposta de heterodoxia defendida por Maia-Vasconcelos (2014).

Nesta proposta, temos a ruptura do tempo cronológico, pois não há uma narração dos acontecimentos de acordo com o que eles aconteceram de fato, por exemplo, no relato 12. Os fatos são narrados seguindo o critério da emoção, ou seja, as relações de coerência e coesão estabelecidas entre os assuntos comentados estão dispostos de acordo com o significado para a narradora da situação vivida. Assim, no relato 12, temos: “Oi! Entre idas e vindas fiquei com ele 5 anos e depois que ficamos noivos. (noivado de apenas três meses. [...] Antes ele me tratava igual uma criança...depois começou o pesadelo”. Aliás, trata-se de um processo de ressignificação do vivido, em que através do presente discursivo, há uma ressignificação dos acontecimentos ocorridos em uma determinada situação da vida (no caso, a violência doméstica) construindo ligações entre fatos distantes cronologicamente em um passado reflexivo. Este momento de ruptura do tempo cronológico, segundo Maia-Vasconcelos (2014), causa o processo de reconstrução do passado a partir da narrativa heterodoxa. Nas narrativas analisadas, o momento de ruptura é causado pela situação de violência doméstica ocorrida, pois promove este momento de ressignificação do passado vivido. Isso está associado aos valores sociais sobre a questão da sexualidade entre homens e mulheres que atravessam os relatos e influenciam os julgamentos e comportamentos.

Atualmente, mulheres e homens têm relações sexuais antes do casamento tendo, no entanto, uma reserva de experiência e conhecimento sexual, ainda se percebe, nesses relatos: o poder relacionado à subjugação da sexualidade feminina. Segundo Giddens (1993), em pesquisa sobre o comportamento sexual masculino, algumas garotas disputavam o mesmo comportamento, que os rapazes, que reagiram com um sentimento de ultraje. Entrevistas com mulheres jovens revelaram que muitas noivas mentiam para os seus futuros maridos a respeito das experiências sexuais anteriores.

Nos relatos analisados, a questão do comportamento da mulher em relação à sexualidade coloca, em pauta, a análise comportamental da mulher diante da sociedade. A agressividade verbal ou física surge a partir da avaliação do parceiro a respeito do comportamento feminino. Este diz se ela é uma mulher respeitável ou não de acordo com os critérios sociais já estabelecidos: amabilidade, fidelidade, compreensão, segundo Oliveira (2004). Os insultos como, por exemplo: “puta, galinha, vagabunda” (relato 1); “piranha” (relato 7), como também “louca, desequilibrada” (relato 10) indicam que as situações vividas por estas mulheres estão relacionadas ao modelo dicotômico de análise: mulher respeitável mulher não-respeitável que causa desmoralização diante da sociedade.

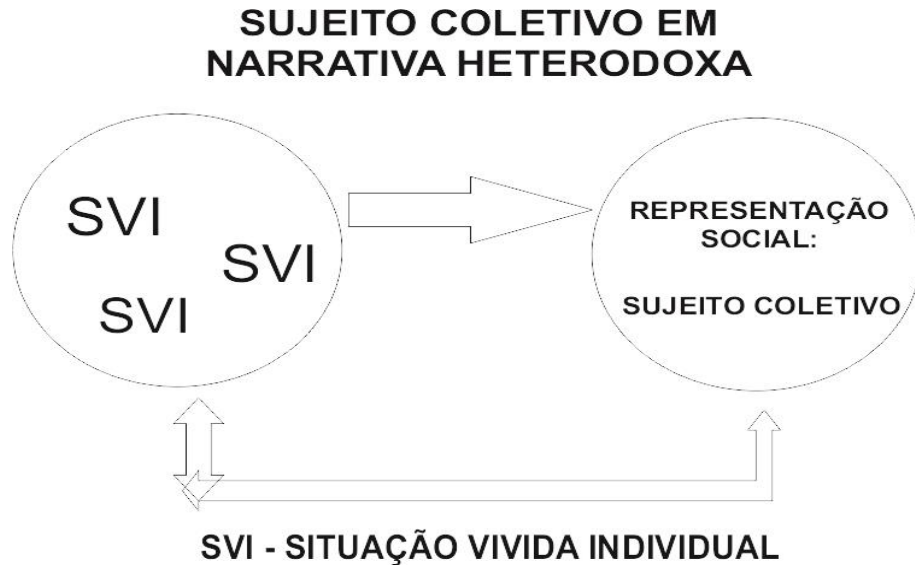
Assim, as narrativas de vida analisadas relatam em cada situação individual características em comum que promovem uma categoria de situação vivida, segundo Bertaux (2010). Isso porque não se trata de uma biografia sobre toda a trajetória de vida delas, mas de fatos pontuais da sua existência que promovem uma conexão entre as diversas histórias vividas por pessoas diferentes que, possivelmente, nunca se encontraram, a não ser no fórum virtual. (no relato 12, a autora diz que mora próximo ao estado do Tocantins; no relato 9, a autora diz que os acontecimentos ocorreram no Rio de Janeiro).

Observamos que, nestes sujeitos, os acontecimentos vividos na situação relatada promove a indignação das mulheres que assumem o posicionamento de vítimas legítimas, devido aos insultos e agressividades físico-psicológicas sofridas por elas, como é visto, por exemplo, no relato 9, em que ela diz já ter pedido ajuda a diversas ONGs e, também, ao ministério público sem obter resposta. A comunidade discursiva, encontrada no fórum virtual “Casos e Testemunhos”, promove, por seu lado, a legitimação do papel de vítima, pois o objetivo do fórum é discutir casos de violência doméstica entre mulheres, assim, nos relatos não há muitas explicações sobre o que elas disseram ou fizeram que cause a ira do parceiro, por exemplo, no relato 7.

Nesta categoria de situação das mulheres relatoras do fórum virtual “Casos e Testemunhos” com as características da narrativa heterodoxa, das relações de poder a respeito da sexualidade feminina, das representações de si demonstradas a partir dos relatos, percebemos uma congruência de opiniões, de posicionamentos culturais, de comentários destas mulheres a respeito da situação vivida que conduzem a um objeto de estudo único: o sujeito coletivo. Neste, as narrativas de situações de vida que são, por sua vez, individuais, singulares ao passarem por uma ruptura, no caso, a violência doméstica, constroem um estado de ressignificação dos fatos refletido nas representações de si no discurso que, segundo Goffman (2002), trata-se de “[...] toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado

por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores tendo sobre eles alguma influência.” (GOFFMAN, 2002, p. 29). Podemos representar esta formação do sujeito coletivo na seguinte figura:

Figura 3- Sujeito Coletivo em Narrativa Heterodoxa proposta por Siqueira (2014)



Fonte: Siqueira (2014).

O Sujeito Coletivo está construído, neste processo de interação, em que as situações vividas individuais (SVI) refletem o comportamento coletivo a partir das representações sociais semelhantes, formando um comportamento coletivo do sujeito coletivo. O sujeito assim formado está na posição de uma relação complexa em que, segundo Lefèvre (2010), indica uma organização em que o todo, no caso, o sujeito coletivo está numa relação de interação entre as partes, ou seja, as narrativas de situações de vida individuais (SVI). Cada situação de vida está não apenas vinculada a uma história de vida única de cada indivíduo como também atravessada pelo contexto histórico com suas ideologias e aspectos sociais memorizados socialmente. Em tal contexto, temos as seguintes características deste modelo de sujeito coletivo em uma narrativa heterodoxa baseado na compreensão de construção complexa do “todo” em relação às “partes” em Morin (2010).

O sujeito coletivo é mais do que a união de várias narrativas heterodoxas em diversas situações de vida individuais. Surgem, então, características próprias formadoras deste sujeito. Assim, temos a posição vitimária legitimada pelo fórum atravessada pelo contexto histórico da feminilidade em que se sobrepõe o critério da sexualidade como o poder de julgamento sobre o comportamento feminino. Assim, temos mulher respeitável (modelo de

mulher ideal: fidelidade, compreensão e amabilidade) x mulher não-respeitável (oposto do modelo de mulher ideal).

No todo coletivo surgido a partir da união da diversidade, temos algumas características das particularidades das partes (narrativas de situações vividas individuais) desse todo (sujeito coletivo), que são inibidas diante da construção deste todo (sujeito coletivo). O fato de cada mulher ter escrito a sua narrativa em locais diferentes, cada mulher ter status social diferente uma da outra, nível de escolaridade bastante heterogêneo, tais fatos singulares não influenciam a representação social de si apresentada pelo sujeito coletivo, pois as características deste são unânimes em todas as narrativas heterodoxas.

Neste último ponto desta relação parte-todo, o sujeito coletivo é mais do que ele mesmo. Ele não se promove na narrativa heterodoxa sem um constante retorno aos relatos individuais, que possuem características singulares. Trata-se de uma construção polifônica formada pela diversidade de situações vividas, portanto, é eternamente insuficiente e incompleto.

Observando as características desta organização dinâmica que é o sujeito coletivo, podemos observar que ele ocorre em uma narrativa heterodoxa que possibilita esta compreensão do sujeito coletivo por ressignificar, segundo Maia-Vasconcelos (2014), os fatos vividos, construindo uma sequência não-cronológica destes fatos, mas uma sequência de importância para a relatora dos acontecimentos vividos.

Os BO avaliados trazem características diferentes das encontradas no fórum virtual. A narrativa heterodoxa surge também neste gênero textual? Como se organiza o sujeito coletivo neste gênero? Sobre essas questões, nos deteremos em seguida.

4.3 Boletim de ocorrência: ortodoxia

Os boletins de ocorrência, retirados na Delegacia das Mulheres de Fortaleza, mostram-se como um gênero inserido nas práticas discursivas dos atores, em que se produz este documento de forma obrigatória a cada vez que ocorre uma admoestação da ordem pública e seja necessária a intervenção policial.

A subjetividade no boletim de ocorrência é compartilhada entre as mulheres que relatam e os policiais, que têm a liberdade de incorporar, no discurso, o depoimento de testemunhas e outras impressões, que perceber na situação apresentada. Nesse sentido, a participação das mulheres, que relatam os fatos está na escolha da sequência narrativa, que deseja apresentar e quais fatos de toda a situação vivida relatada, a participação do policial não

pode ser rejeitada na produção deste relato documental por ser o escrevente quem escolhe as palavras que estão no documento.

A presença do policial na confecção dos relatos é possivelmente percebida no boletim de ocorrência número 23: “a declarante disse que na data acima citada, recebeu um telefonema de seu ex-companheiro o qual afirmava que iria matar a declarante, a filha de ambos e que, em seguida, se mataria e que mataria a registrante na frente da filha [...] que a registrante não aguenta mais passar por essa situação, pois teme por sua integridade física e de sua filha, já que no passado já foi agredida e quase atropelada pelo mesmo, que no momento não irá requerer MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA [...]” em que o autor do relato é o policial, apesar da relatante conduzir a narrativa, relatar quais fatos vividos deverão ser escritos e como sequenciá-los.

Ao contrário do fórum virtual, em que se forma um relato heterodoxo, no caso do boletim de ocorrência, temos um relato ortodoxo, pois está organizado em um modelo padrão de depoimento policial, o relator é treinado a responder um relatório de acordo com o treinamento, ao qual foi submetido na academia policial. Assim, a sequência narrativa padrão procura ser mantida, apesar de estar dependente da ordem estabelecida pelo relato oral da depoente, que pode não seguir uma ordem cronológica dos fatos.

A imagem de si, nestes documentos, mostra a presença de uma vítima, que denuncia o companheiro ou ex-companheiro de agressão física ou verbal e, também, de ameaças à integridade física dela mesma ou dos filhos. Há um sujeito que possui a mesma situação vivida de violência e que assume a imagem de vítima até pela organização da produção do cenário ali presente: o policial escrivão do boletim de ocorrência, a delegada e a declarante. Nesse aspecto, temos, a partir de sujeitos, que se estabelecem pela ordem da própria práxis social como vítimas, a construção de uma categoria de situação vivida como mostra Bertaux (2010) e, assim, a formação de um sujeito coletivo nesta comunidade ideológica. Chamamos de ideológica por comungar do mesmo posicionamento ideológico apresentado em uma situação de prática discursiva.

A vítima assume, no momento de encenação do relato para o policial, o exercício do seu poder de vítima por dois motivos: o poder de produzir um boletim de ocorrência que dá ao Estado o poder de agir contra a agressão, a favor da ordem pública e aplicar a Lei em benefício da mulher e, também, o poder de dizer que ela requer medidas protetivas contra o acusado. Isso tem como consequências a imediata separação de corpos e até um mandato de prisão, se for o caso.

Apesar do poder concedido a ela, a denunciante, muitas vezes, censura o Estado, pois realiza o Boletim de Ocorrência, mas não deseja requerer medidas protetivas. Este fato, nos 24 documentos, se repetiu em 23 documentos analisados por nós e, somente um documento teve no relato o pedido de requerimento de medidas protetivas. Mesmo nos relatos em que havia ameaças de morte, a denunciante não desejava requerer medidas protetivas (como percebemos no relato acima). Neste caso, podemos pensar na compreensão de Foucault (2010) a respeito das relações de poder, em que há o desejo de estabilizar uma situação de poder por algum motivo ou diversos motivos. Sobre esses motivos, iremos discutir posteriormente.

Encontramos nos boletins de ocorrência uma narrativa heterodoxa em que se repete a representação de si no discurso das mulheres que sofrem violência doméstica de vítimas legítimas e legitimadas como vítima da situação vivida. O poder da vítima concedido pelo Estado, a quem assume esta máscara social não é suficiente para possibilitar o fim da situação de agressão, uma vez que 99% dos documentos analisados impediram o Estado de agir contra os maus feitores. As mulheres denunciante mantêm tal máscara social após a produção do relato documental, que mantém uma incoerência ideológica nos discursos apresentados.

4.3.1 A Representação de si em narrativa ortodoxa

A narrativa encontrada no fórum virtual possui características divergentes da narrativa encontrada no boletim de ocorrência de acordo com os estudos de Maia-Vasconcelos (2014). Os estudos sobre narrativa de vida mostram que os relatos, no fórum virtual, como já mencionado anteriormente na reflexão sobre os relatos neste gênero textual, mostram que as características da heterodoxia se encontram presentes neste gênero virtual. Nos estudos sobre o BO, contudo, podemos perceber que a ortodoxia se destaca, uma vez que as características da construção desta narrativa se organizam em posição oposta ao padrão da narrativa heterodoxa. Veremos, a seguir, como é possível analisar como as representações que as mulheres fazem de si nos textos ortodoxos analisados, permitem a construção de um sujeito coletivo. Para tal objetivo, analisaremos o cenário em que se organiza esse gênero textual que indica as características do gênero textual, o qual as narrativas ortodoxas se encontram, em seguida, analisaremos a construção da fachada pessoal organizada em aparência e maneira. Teremos, por fim, a construção do sujeito coletivo em narrativa ortodoxa considerando a sua complexidade.

4.3.2 Cenário na narrativa ortodoxa

O Boletim de Ocorrência é um documento policial, que traz ao conhecimento da autoridade policial a notícia da infração penal- crime ou contravenção- “[...] o relato sobre os fatos que tenham demandado a intervenção da polícia, cuja solução subsequente afeta a esses órgãos”. (TRISTÃO, 2007, p. 23). Existe um padrão de elaboração do BO que deve ser seguido pelos militares. Durante o preenchimento do documento, segundo Tristão (2007), o policial deve preencher um canevas em que a parte do relato dos acontecimentos se insere na seção intitulada “histórico”.

As orientações sobre a produção do texto na seção histórico pedem que o policial, ou seja, o escrivão registre os acontecimentos e circunstâncias relacionadas àquilo que necessita de uma intervenção policial. A produção desse texto não segue uma estrutura pré-estabelecida, apenas orientações (comentaremos a seguir). Isso implica em deixar a responsabilidade para o policial, conhecido por escrivão, a relatar os fatos de acordo com as suas impressões e observações até de testemunhas presentes na cena apresentada com exatidão e distanciamento dos fatos, por isso o uso da terceira pessoa sobre a indicação das pessoas envolvidas na cena da infração penal, o uso do discurso indireto predominantemente, a não ser em casos de ameaça, desacato em que se deve utilizar o discurso direto iniciado por orações conformativas.

A cena apresentada ocorre diante de policiais, que inclui a delegada, o escrivão, a assistente social e os demais policiais presentes no local. A dramatização da cena pela depoente, mulher que sofre de violência doméstica, é feita com toda a descrição dos fatos narrados da situação vivida, muitas vezes, que ressalta os insultos e agressões físicas e psicológicas sofridas por ela. Nesta situação a depoente leva em consideração o auditório para quem relata os fatos vividos. A idealização desta dramatização leva em consideração às expectativas dela a respeito do auditório e da seriedade da Instituição e também, as expectativas que ela acredita que os policiais têm sobre o que ela relata. As descrições dos motivos dos acusados comentados pela depoente estão relacionados a não-confiança do parceiro na fidelidade da mulher, como por exemplo, no BO 20: “[...] que o referido a acusa de traição e costuma de dizer que vai matá-la”.

A cena encontrada no ambiente da delegacia proporciona a dramatização das ações na expectativa de que seja confirmada a encenação de mulher vítima do parceiro que precisa relatar uma infração contra ele. Assim, o cenário da delegacia especializada em mulheres

vítimas de violência doméstica proporciona a legitimação da representação social de ‘mulher vítima’ a fim de proporcionar os benefícios da Lei.

O relato construído neste cenário, então, reflete um modelo de organização a fim de atender estas expectativas, tanto das mulheres quanto dos policiais envolvidos na cena. A produção do BO é peça fundamental no registro da legitimação diante da sociedade e da Justiça da infração penal cometida. O relato construído na seção histórico do BO é feito de acordo com a estrutura narrativa convencional na linguagem padrão, isto é, obedecendo à sucessão cronológica dos fatos de forma impessoal pelo escrivão. Assim, o uso da narrativa ortodoxa reflete a seriedade da construção deste documento.

A produção do cenário na construção da representação social do sujeito coletivo monta o palco em que entra em cena a fachada pessoal da mulher em suas representações de mulher violentada psicológica ou fisicamente ao dramatizar, nas suas narrativas de situações vividas, casos de agressividade, insultos e ameaças que indicam a sua indignação por ser acusada de mulher não condizente com o padrão de ‘mulher respeitável’ (compreensiva, fiel, submissa) indicada pela sociedade. Neste sentido, vamos compreender a seguir como se processa a fachada pessoal na narrativa ortodoxa.

4.3.3 Fachada pessoal

A narrativa é o ambiente em que o indivíduo se situa e elabora e vive a história de sua vida (DELORY-MOMBERGER, 2008). Ainda segundo esta pesquisadora, a narrativa de vida está associada às múltiplas histórias contadas, por nós mesmos ou por outrem, de nossas vidas que estão marcadas pelas condições sócio-históricas da época e da cultura. A consciência de si como sujeito social contextualiza o indivíduo no tempo, situando-o em um momento passado desta sociedade e, também, no seu presente, projetando o futuro.

É a narrativa que, segundo Ricoeur (1997), promove a organização entre os acontecimentos, em relações de causa e efeito, finalidade e fatos organizados em uma tessitura da intriga, que indica os papéis sociais e valores para o produtor da narrativa. Os escritos sobre o fato biográfico, ou seja, “[...] a figuração narrativa que acompanha o percebido de nossa vida, esse espaço-tempo interior, sobre o qual representamos o seu desdobramento]” (DELORY-MOMBERGER, 2008 p. 36), são importantes para a compreensão sobre como o homem, de qualquer época, biografava sobre a sua consciência de si como um ser social, político e histórico.

A narrativa autobiográfica, segundo Pineau; Le Grand (2002), consiste na escrita da vida pela própria pessoa que narra, podendo ser sobre um fato biográfico ou a totalidade da sua

vida. Completando este pensamento, Delory-Momberger (2008) afirma que a autobiografia “[...] instala uma hermenêutica da ‘história de vida’, isto é, um sistema de interpretação e de construção que situa, une e faz significar os acontecimentos da vida como elementos organizados no interior de um todo.” (DELORY-MOMBERGER, 2008, p. 56).

Em contraposição desta compreensão da escrita de si pelo próprio punho, a autora traz a definição de heterobiografia como a escrita de si em sua relação e através do outro. Em sua relação com o outro, porque o ouvinte não está numa relação direta como os fatos biográficos, mas na compreensão que o escritor dos fatos desenvolve do que é relatado e compreendido a partir dos próprios construtos biográficos. A narrativa ocorre através do outro porque ela é construída na inter-relação entre a leitura do leitor, de acordo com a sua inteligibilidade biográfica, ou seja, da maneira como compreende a sua própria vida e a reconta.

No caso específico do boletim de ocorrência, constrói-se a narrativa do fato biográfico, e, ao mesmo tempo, documental no momento em que a relatora narra os fatos biográficos para o escrivão, que os escreve a partir das suas impressões e compreensão que faz dos fatos vividos por outra pessoa, no caso, a mulher que sofre violência doméstica. Essa posiciona-se a partir de determinada representação de si, que deseja transparecer para o escrivão e, assim, transparecer nos BO.

A narrativa encontrada nos BO demonstra que o papel de escrivão é executado por um policial treinado para transcrever os acontecimentos, com isenção sobre os fatos narrados pela denunciante como violência doméstica. Entretanto, ele tem a autorização para escrever, juntamente com os fatos vividos, as suas impressões observadas no ato de narrar, embora não tenhamos percebido tal ocorrência em nosso conjunto de BO. É possível, entretanto, considerar que a heterobiografia se encontra na produção deste documento por ele ser um produto da inter-relação entre os atores da situação discursiva. Os fatos biográficos narrados são ouvidos e transcritos de acordo com uma estrutura pré-estabelecida, com compreensão do profissional sobre o que a relatora narra, e ainda vincula ao conhecimento sobre o que está associado à transgressão da Lei Maria da Penha. Assim, os BO são finalizados com indicações sobre as medidas protetivas de urgência prevista pela Lei Maria da Penha como, por exemplo, no BO 14: “[...] que deseja requerer Medidas Protetivas de Urgência prevista pela Lei Maria da Penha (11.340/06) [...]”.

Quanto à aparência desta fachada pessoal, no momento da elaboração da narrativa, a mulher relatora está numa posição de vítima da situação relatada legitimada pelo cenário ali apresentado, formado pela presença do escrivão, da delegada e da assistente social. A

dramatização dos fatos vividos para o auditório social possibilita a construção de uma representação de si por parte da mulher que se mostra associada ao modelo da “mulher respeitável”, uma vez que relata insultos ou agressões físicas sofridas como resultante de uma acusação por parte do parceiro ou ex-parceiro de que ela não está de acordo com o modelo social idealizado.

No BO 20, a declarante não diz sobre o que tornou o agressor violento, mas que foi agredida e ameaçada pelo parceiro e pai dos seus filhos: “[...] aproximadamente há dois anos o referido tornou-se agressivo e passou a agredi-la física e verbalmente [...] que o referido a acusa de traição e costuma dizer que vai matá-la e que a morte para ela é pouco.” No BO 19, a mulher afirma que “[...] sem que houvesse nenhum motivo (o agressor) passou a ofender a declarante e sua filha chamando-as de rapariga, puta, entre outras palavras de baixo calão [...]”. Nestes documentos, mesmo a declarante do BO 19 afirma que já havia sido prostituta, sentia-se ofendida por ser chamada com os nomes associados socialmente à profissão. O modelo social “mulher respeitável” é trazido à tona novamente como no relato encontrado no fórum, pois os textos encontrados trazem insultos associados ao fato do agressor não confiar na declarante do BO.

Este papel de vítima de violência doméstica no BO está legitimado pelo cenário em que ocorre o documento. Uma delegacia especializada em atender mulheres vítimas de violência doméstica tem um cenário propício à dramatização da produção da narrativa que já é idealizada pela mulher que relata o fato biográfico. Na cena apresentada à mulher, esta assume a posição de vítima legítima da agressão como também legitimada pelo cenário.

Assim, o estereótipo de mulher ideal, respeitável (amável, gentil, compreensiva e fiel) comentado no fórum virtual “Casos e Testemunhos” está presente também no BO, pois as agressões verbais e ameaças à integridade física estão relacionadas ao estereótipo comentado. Isso porque os agressores afirmam que elas não são mulheres respeitáveis e decidem o destino delas e dos filhos, expulsam-nos de casa, agredindo-os verbalmente ou fisicamente transferindo para crianças e adolescentes à agressividade e os insultos. Podemos refletir que a violência doméstica pode ser vista em um campo mais amplo, espelhando a agressividade às mães, aos filhos. Isso, entretanto, não faz parte do interesse desta pesquisa. Deixamos esta proposta para futuras pesquisas.

Apesar desta posição de mulher ofendida, agredida e ameaçada, somente uma mulher, nos 24 BO analisados, requereu medidas protetivas de urgência, conforme é previsto na Lei Maria da Penha, que possibilitaria a separação de corpos imediata. Esta posição estaria, portanto, de acordo com o papel social de vítima defendido pela preservação da face

apresentada por estas mulheres? Assim, os BO analisados mostram o papel de vítima, mesmo tendo ido à delegacia para denunciar o parceiro agressor e prestar depoimento.

Quanto à maneira, os textos apresentados nos BO estão organizados em narrativa ortodoxa, como já dissemos, apresentando os fatos vividos em sequência cronológica organizada pelo escrivão preparado pela Academia de Polícia para elaborar o texto de acordo com as instruções da Academia, por exemplo, a descrição dos fatos com exatidão. Este distanciamento e organização objetiva da sequência textual possibilitam transparecer uma incoerência que não é textual, mas é ideológica.

A incoerência ideológica apresentada nos BO ocorre no fato de as mulheres, apesar de relatarem insultos, agressões físicas e psicológicas contra elas e contra os filhos também, não pedem medidas protetivas de urgência para proteger-se da agressão. Nesta encenação do papel pela mulher ao descrever os fatos vividos que indicam a sua vitimação, ela demonstra que o fator sinceridade sobre a veracidade do papel de vítima da situação sendo colocada em questão. Os fatos narrados, com muitas ameaças de morte, não condizem com a sanção do poder do Estado de exercer a sua autoridade sobre os fatos apresentados.

Não podemos, entretanto, dizer que há falsidade da fachada pessoal apresentada, pois essa incoerência ideológica é recorrente nos relatos apresentados (somente o BO 14 pede medidas protetivas de urgência). Essa é uma característica dessa narrativa de vida quanto aos fatos heterobiográficos e quanto à sua estrutura narrativa, ortodoxa. Há uma organização de uma comunidade formada por pessoas que relatam os BO, que se encontram coincidentemente no mesmo momento da denúncia na delegacia de mulheres, cometendo a mesma incoerência ideológica, procurando demonstrar-se incomodadas em ser questionadas quanto ao modelo de mulher respeitável.

O poder historicamente constituído de avaliar as mulheres a partir do seu comportamento é também visto no BO, que relata apenas as agressões sobre as mulheres e, por isso, indica a influência do estereótipo da mulher compreensiva e submissa, que está presente por meio da capacidade de sancionar o poder do Estado de modificar sua realidade de sofrimento e legitimar o parceiro como intocável e, com isso, continuar impune pelo crime cometido. A docilidade feminina está presente como uma mão estendida sobre o agressor e aceita a disciplina imposta por ele. Ela apenas faz o documento na delegacia, não para mudar a sua realidade, mas para mostrar que é “capaz” de mudar para o parceiro e que ele estava errado quanto ao seu julgamento. Esse comportamento dócil pode ser visto, por exemplo, no BO 21, em que a declarante afirma “[...] que não quer que ele seja preso, apenas que (a delegada) o oriente [...]”. Assim, ela não infringe as regras impostas pela disciplina do poder, segundo

Foucault (1999), mas mantém o poder através do princípio de visibilidade, que impõe as regras que devem ser seguidas pelo ‘corpo dócil’, ou seja, pelo corpo que é disciplinado a aceitar as imposições culturais e comportamentais defendidas pelo agressor.

Através destas reflexões, percebemos que a fachada pessoal apresentada no BO não possui harmonia entre a aparência e a maneira apresentadas, pois as relações entre toda a dramatização feita sobre o papel de vítima defendida pela mulher (agressões, insultos, ameaças de morte) comentado na aparência não possuem reciprocidade na maneira de apresentar os fatos, pois ocorre a incoerência ideológica sobre a realização da Lei.

A diversidade de situações vividas individuais, singulares e inéditas em cada BO, surge, na compreensão desta diversidade, a existência de uma representação social destas mulheres, nos discursos encontrados que gera uma unidade complexa que é, ao mesmo tempo, gerado pelas narrativas apresentadas. Chamamos esta unidade complexa de sujeito coletivo, que iremos demonstrar suas características a seguir.

4.3.4 Sujeito coletivo em narrativa ortodoxa

As narrativas encontradas no documento maior chamado Boletim de Ocorrência encontram-se na seção intitulada histórico, em que os acontecimentos ouvidos pelo escrivão são relatados ali. O escrivão, policial treinado pela Academia de Polícia para redigir este documento, tem autorização de colocar as suas impressões percebidas durante a escrita do relato.

Nestas circunstâncias, a narrativa está em jogo entre a mulher que relata os fatos biográficos e o escrivão que produz a escrita. A mulher está na responsabilidade de rememorar os fatos vividos e, ao mesmo tempo, revivê-los no ato de contá-los. Ao escrivão, cabe a responsabilidade de escrever sobre o que compreende do relato a partir da escuta baseada na experiência biográfica do policial e na expectativa sobre o que a narradora vai dizer. Esta posição biográfica se posiciona a partir dos sentimentos do outro, da história vivida pelo outro, sentimentos que são ‘lidos’ pelo escrivão e transplantados para o documento. Este processo de transplante, de um contexto de narração autobiográfica de uma situação vivida para um contexto de narração heterobiográfica documental, traz uma ‘tradução’ da história de vida para um documento policial, que deve ser um relato fidedigno dos fatos implicados à Lei Maria da Penha.

Neste processo de transplante do “eu-testemunho” para o “ela-depoente”, o escrivão escreve uma narrativa que está de acordo com a sequência temática de modelo

ortodoxo, em que a sequência dos fatos está organizada cronologicamente, mesmo sendo a fonte do relato uma narrativa heterodoxa. Esse processo passa pela produção, que se concebe padronizada pela academia e está, portanto, organizada em outra sequência temporal em que os fatos vividos pela depoente nem sempre narram em sucessão cronológica.

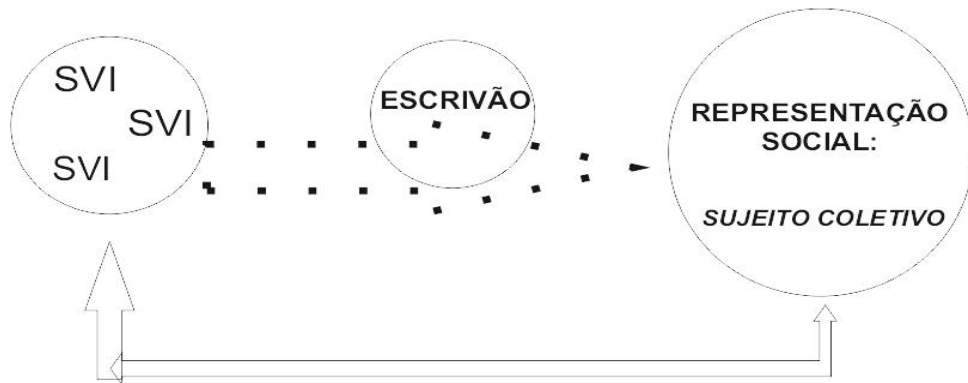
A função autor é transferida para o grupo enunciador constituído pela depoente e o grupo de policiais, havendo, assim, a morte do autor autobiográfico. Sobre esse assunto, não iremos nos deter, pois não está inserido no objetivo da nossa pesquisa. Deixemos este assunto para futuras pesquisas.

A comunidade organizadora de uma narrativa heterobiográfica e ortodoxa inserida no BO é composta pelo grupo de policiais e pela depoente na situação de dramatização da produção do BO, no cenário em que se elabora o documento. Além disso, temos também a outra parte que compõe a comunidade que é constituída pelas diversas mulheres que, com histórias de vida singulares, produzem relatos para o escrivão em que elas se reconhecem e atribuem valores que lhes convém. Assim, temos um posicionamento social coletivo das mulheres que formam uma categoria de situação vivida que é partilhado por elas no ato de dramatização dos fatos relatados. A posição de vítima, que é legitimada pelo poder do Estado de aceitar o seu depoimento, é ressaltada pela incoerência ideológica comum entre os depoimentos relatados.

Nesta comunidade de mulheres, o papel social de vítima legítima e legitimada que como “corpo dócil”, segundo Foucault (1999), das agressividades psicológicas e/ou físicas tem como critério a sexualidade que define o papel de “mulher respeitável” ou “não-respeitável” em que o parceiro é o juiz e o executor da punição ao qual a mulher é submetida. Cada situação vivida relatada forma, portanto, uma categoria de situação, pois cada narrativa de vida apesar de ser única possui características que a tornam semelhantes, no caso, a incoerência ideológica, o papel de vítima. Tais fatos são narrados para o escrivão que as compreende e as transplanta para o documento BO. Há, neste momento, a formação de uma coletividade com a mesma representação de si em relação à mesma situação vivida: a violência contra as mulheres. Pode-se ler esta coletividade como um sujeito coletivo que, por sua vez, forma a organização de um todo composto e não maior do que cada parte que o compõe: os relatos de vida. Na figura abaixo, procuramos visualizar melhor como se processa esta relação de codependência:

Figura 4 – Sujeito Coletivo em Narrativa Ortodoxa proposta por Siqueira (2014)

SUJEITO COLETIVO EM NARRATIVA ORTODOXA



Fonte: Siqueira (2014).

A partir da base epistemológica da complexidade, temos um sujeito coletivo que se constrói em uma inter-relação com cada narrativa de situação de vida individual (SVI) que possui características particulares. Podemos verificar três pontos, baseados na proposta epistemológica de Morin (2010), que possibilitam mostrar o caráter complexo deste sujeito coletivo nas suas relações parte/todo.

O sujeito complexo é um todo formado a partir da ideia de que ele é um todo maior do que a soma das partes que o integram. Isso quer dizer que o sujeito coletivo se forma com características, que surgem quando percebemos o todo, que é o sujeito coletivo. Assim, a incoerência ideológica em quase todos os relatos, menos o relato encontrado no BO 14; o “corpo dócil” que se apoia na consciência submissa do poder manifestado pelo agressor, que julga pelas suas próprias regras vinculadas às regras sociais (mulher respeitável x mulher não-respeitável); a heterobiografia em que se percebe a influência do escritor sobre a transformação de um texto autobiográfico em texto documental ortodoxo em terceira pessoa a partir da sua expectativa como profissional e sua experiência biográfica.

Outro ponto característico do sujeito coletivo é a compreensão de que ele não é menos do que a soma dos seus relatos, ou seja, as características de cada relato de situação de vida individual (SVI) são inibidas ao mesmo tempo em que as características da coletividade são destacadas. Assim, as características individuais dos relatos como agressão aos filhos,

expulsão de casa são inibidas a fim de surgirem características do sujeito coletivo, mencionadas no parágrafo anterior.

O último ponto apresentado ressalta que o todo que é o sujeito coletivo é mais do que ele mesmo porque não há como ter um sujeito coletivo sem verificar a dinamicidade da sua relação com as SVI, que formam esse todo coletivo. O sujeito coletivo ortodoxo não pode existir sem estabelecer relações com os SVI, que passam pelo escrivão como intérprete e, ao mesmo tempo, como construtor deste sujeito.

Neste contexto ortodoxo, temos um sujeito que se constrói em uma relação heterobiográfica e ortodoxa na dinamicidade da produção discursiva. As características apresentadas nesta seção nos mostram um sujeito organizado a partir da inter-relação com cada história de vida que também interfere neste processo. A compreensão do escrivão traz a representação social como características historicamente marcadas intitulado sujeito coletivo ortodoxo.

Diante das reflexões feitas sobre o sujeito coletivo ortodoxo e o heterodoxo, deparamos com um processo de intercomunicação visível nos *corpora* analisado (relatos no fórum virtual e relatos no BO) que podem nos fazer compreender o motivo da incoerência ideológica encontrada nos relatos dos BO. Sobre esta relação, iremos discorrer na próxima seção.

4.4 Quadro de experiência: intercomunicação discursiva

O estudo sobre a ortodoxia nos boletins de ocorrência encontra no desenvolvimento temático da narrativa, a incoerência ideológica gerada pela negação de medidas protetivas pelas mulheres, que vão à delegacia relatar a sua situação vivida e, assim, retiram do Estado o poder de agir com medidas protetivas a seu favor. O elo perdido na compreensão desta atitude pode ser encontrado no cruzamento da ortodoxia com a situação social, o que gera a coesão entre o discurso anterior vivido com o discurso da narração. Neste aspecto, lembramos os estudos de Foucault (2002; 2007) sobre o contexto histórico, que possibilita uma relação entre o discurso e o contexto histórico em que ele é produzido numa relação de intercompreensão.

O cruzamento do fórum com o boletim de ocorrência traz informações que podem compreender melhor o motivo das mulheres não exigirem as medidas protetivas de urgência, apesar de sofrerem ameaças como no boletim de ocorrência 24:

[...] o referido ameaçou a declarante dizendo que iria agredi-la fisicamente; que o referido ameaça agredir os filhos fisicamente; que o referido ainda agride verbalmente toda a família; que não deseja requerer Medidas Protetivas de Urgência [...].

Como o fórum virtual é um gênero que permite a produção do relato sem grandes restrições e a própria mulher pode relatar os fatos apresentados sem a interferência de terceiros, as narrativas são produzidas tendo o medo como fator explicativo das ações de submissão em que as mulheres estão vivendo. Podemos verificar a presença do medo no relato 3:

Tenho sofrido de violência doméstica e meu psicológico está muito abalado...meu coração acelera quando o meu companheiro chega do trabalho... mas tenho receio de colocá-lo na justiça pois tenho uma filha que nasceu prematura, tive muitas complicações no parto, tenho medo de sair de casa pois ele disse que se sair vai na delegacia alegando abandono de lar.

Tais fatos nos fazem recordar de Foucault (1999) novamente para quem a disciplina estabelecida pelo opressor possibilita o adestramento do corpo que, por sua vez, se torna frágil e dócil o que impossibilita que este corpo ofereça alguma resistência. Neste contexto, a mulher age como esse “corpo dócil” por aceitar numa posição de consciência servil o poder do opressor neste relacionamento de falso amor, pois está baseado em ameaças, agressões e opressões. O poder do agressor dita regras ao relacionamento estabelecendo, silenciosamente, um princípio de visibilidade obrigatória sobre estas normas do agressor, que a mulher deve manter para não ser condenada e agredida pelo parceiro. Socialmente, tais regras de mulher submissa, servil, compreensiva e, principalmente, fiel devem ser mantidas a qualquer custo neste modelo de mulher ideal defendido nos relacionamentos dentro da dicotomia mulher respeitável x mulher não-respeitável. A partir desta dicotomia, a mulher denuncia o marido de acusá-la de não estar no estereótipo da mulher respeitável, sendo ele o próprio juiz e carrasco.

A mulher hospeda o agressor dentro dela, aceitando e submetendo-se às suas normas, pois não demonstra o desejo de liberdade deste relacionamento. A incoerência ideológica surgida nos relatos do BO demonstra que este medo de pedir medidas protetivas de urgência, que resultariam em imediata separação de corpos, é o medo da real liberdade de viver sem este preço de ter um marido. Ocorre, assim, a aderência à disciplina do poder do opressor, por diversos motivos também comentados no fórum: os filhos ameaçados de morte, o desemprego, ameaças de perder os filhos, entre outros. O desejo de manter a disciplina do poder do parceiro está presente nos relatos não só como incoerência ideológica, mas por concordar que o modelo de mulher respeitável deve ser colocado como modelo de auto-análise e, aceitar que está sendo agredida, pois é acusada de não estar de acordo com este estereótipo.

Neste sentido, percebemos que o agressor sempre vai existir nos seus relacionamentos, pois ele está dentro dela.

A coerção estabelecida no boletim de ocorrência no espetáculo enunciativo (na delegacia diante das policiais e da delegada registrando um documento) previamente estabelecido devido à seriedade da situação pode ocasionar consequências para a delatora e para o acusado e influenciar negativamente as decisões a serem tomadas. Este é o momento em que ela pode decidir a situação, colocando ‘ponto final’ em toda a situação de agressão sofrida. O medo da liberdade de como viver sem ser com a presença do agressor que está dentro dela e representado pelo homem-parceiro é maior do que o medo de viver com as agressões e insultos.

Nesse sentido, mulheres sancionam o poder do Estado de não pedir medidas protetivas de urgência que poderiam melhorar ou mesmo resolver a situação definitivamente, pois em muitos casos o marido delatado pede desculpas à mulher, afirmando que não vai mais fazer isso. Entretanto, esse pedido só ocorre depois que sofre as consequências com o resultado da denúncia na delegacia, pois o processo continua mesmo que não haja medidas protetivas de urgência, como vemos no relato 4: “[...] hoje faz dois dias que denunciei meu marido. Hoje ele me procurou na parada de ônibus e disse que está muito abalado, parece outra pessoa [...]”.

A partir destas reflexões, percebemos que o fórum possibilita a construção de uma narrativa de estrutura heterodoxa de acordo com Maia-Vasconcelos (2014) em que o sujeito relata os fatos vividos como acha que deva ser a sequência argumentativa do seu relato comparando com casos de agressão contra mulheres e divulgados na mídia como, por exemplo, o caso do goleiro Bruno e o assassinato de Eliza Samudio: “todos nós somos tratadas como Elizias” (relato 8). Assim, se constrói uma narrativa de estrutura híbrida produzida em um processo de interação que é a natureza do fórum tendo, como característica, a produção documental por ter o caráter de denúncia e relato de fatos escritos e arquivados no fórum com data e hora de publicação.

Podemos afirmar, então, que temos uma terceira categoria a ser acrescentada às categorias de Nóvoa (2010): primária e secundária. A produção da narrativa biográfica na web possibilita a formação de textos autobiográficos produzidos com características de formalidade dos documentos (data, hora e acesso) e de interação (elas podem responder e construir outros relatos). Assim, podemos denominar uma categoria terciária para as produções narrativas desenvolvidas no ambiente virtual.

A relação entre os dois gêneros discursivos: fórum e boletim de ocorrência já nos permite afirmar que temos uma subjetividade presente no boletim de ocorrência, nas escolhas dos fatos, que devem ser relatados pelas mulheres, formando uma comunidade que partilha

uma postura ideológica (denúncia seguida de não desejo de pedir medidas protetivas). Temos também, no fórum, uma subjetividade que escolhe os fatos que devem ser relatados em um processo de ressignificação do vivido e partilham de uma comunidade discursiva inserida em uma prática social historicamente estabelecida.

A comunidade inserida, no fórum virtual e no BO, traz a compreensão de que há uma comunidade maior que engloba as duas. Percebemos que mesmo se tratando de dois tipos de narrativas: heterodoxa no fórum e em uma narrativa ortodoxa e heterobiográfica no BO, temos muitas características convergentes, que nos levam a acreditar que estas comunidades estão inseridas em uma comunidade discursiva englobante.

Trata-se de valores culturais, insultos estabelecidos socialmente (vagabunda, puta, piranha) que retratam o mesmo estereótipo, que rege o julgamento das mulheres tanto para os homens quanto para as mulheres, atores deste cenário; quanto para os policiais que, ao registrar o relato, concordam que o fato está inserido em uma infração penal e quanto para as mulheres que gerenciam o site www.leimariadapenha.com.br, que criaram um fórum virtual “Casos e Testemunhos” com a finalidade de relatar e discutir sobre essas narrativas de vida. O medo de liberdade do agressor, que vive dentro delas está presente nos relatos no fórum e no BO. Assim, mesmo falando com estruturas narrativas diferentes tais características estão perceptíveis em ambos. Esta convergência de comportamentos culturais, semânticos nos traz a compreensão de que estamos refletindo sobre uma mesma comunidade discursiva e um mesmo sujeito coletivo.

Há uma construção, segundo Bertaux (2010), de uma categoria de situação vivida em que indivíduos ao relatar os fatos vividos possibilitam verificar uma historicidade semelhante. Cada sujeito relata fatos pertencentes a sua vida que são singulares e, ao mesmo tempo, coletivos. A relação entre cada relato produz uma construção interativa de um todo em que cada parte (relatos vividos) não são menos significativos do que este todo coletivo. O todo coletivo é uma nova construção discursiva e não apenas a união destas partes. Este todo coletivo formado pela união dos sujeitos apresentados no fórum é chamado, por nós, de sujeito coletivo mulheres, que sofrem de violência doméstica.

5 CONCLUSÕES

As narrativas que serviram de estudo inicialmente apresentavam-se apenas como relatos de mulheres agredidas. Entretanto, com o tempo, tais narrativas foram tomando dimensões inesperadas. Os estudos seguidos na busca da construção do sujeito coletivo a partir destas narrativas nos trouxeram um mundo apaixonante da luta das mulheres pelo seu reconhecimento como pessoas iguais aos homens em direitos, como também em deveres. Chamamos de luta, porque realmente foi e continua sendo de geração em geração por meio de sofrimento e incontáveis vidas ceifadas ao longo da História. Inúmeras mulheres famosas, como Simone de Beauvoir, ou simples trabalhadoras como as mulheres que foram queimadas vivas em uma fábrica em Nova Iorque, porque protestavam por direitos no trabalho, trouxeram, cada uma a seu jeito, contribuições para essa luta.

Muitas mulheres por não terem direito a se expressar diante do marido e da sociedade, em geral escreviam sobre os seus sentimentos e reflexões acerca da vida, mas rasgavam os textos por terem medo de que os seus escritos caíssem nas mãos de pessoas com más intenções ou mesmo dos familiares. As mulheres não podiam ter voz. A grandiosa Camille Claudel foi internada por sua família como louca, enterrando com ela toda sua impressionante arte da escultura. Muitas artistas vestiam-se como homens e mesmo utilizavam nomes masculinos para poderem aparecer. Um exemplo bem conhecido, George Sand é o pseudônimo de Amandine Aurore Lucile Dupin, aclamada romancista e memorialista francesa, considerada uma das precursoras do feminismo. Os estudos biográficos trazem esta relação com a escrita de si, já praticado intimamente pelas mulheres, como um registro do comportamento social e pessoal dos indivíduos de uma época.

As narrativas analisadas no fórum virtual “Casos e Testemunhos” bem como nos BO trazem a narrativa de vida em suas formas diferentes de apresentá-las. No primeiro, o gênero virtual é democrático em sua organização temática dos relatos, enquanto que o gênero BO traz um texto padronizado quanto à sua estrutura e organização temática.

O gênero fórum virtual encontra o tipo de narrativa heterodoxa como o modelo propício de produção do relato, pois o “eu-testemunho”, o sujeito da narrativa de vida que testemunha, se apresenta sem restrições estabelecidas pelo gênero textual. O gênero BO restringe a produção desse “eu-testemunho” que é transferido para o relato em um modelo padrão de narrativa em sequência cronológica dos fatos em discurso indireto. Neste contexto, nos deparamos com o questionamento sobre como descrever um sujeito, que traz a

representação de si em dado contexto social, ou seja, coletivo que se organiza em narrativas heterodoxas e narrativas ortodoxas.

Nas narrativas heterodoxas, os relatos são produzidos por mulheres, que passam por situações singulares diferentes, cada uma delas conta histórias de vida ocorridas em lugares diferentes do país e com atores participantes da situação vivida, além dos níveis de escolaridade destas mulheres também são variados. Contudo, as histórias convergem para um ponto em comum, o fato de passarem por uma mesma situação de vida: violência de seus parceiros ou ex-parceiros. Nesta convergência, que é a situação vivida, temos a mesma representação social produzida no cenário do fórum virtual, que proporciona papel de vítima esperado pelo auditório que espera que ela se posicione desta maneira.

O sujeito coletivo constrói-se, nesta representação social no contexto do fórum em que o posicionamento desta mulher como “corpo dócil”, que aceita o modelo de avaliação (mulher respeitável x mulher não-respeitável) pelo homem-parceiro constituído como o juiz e o carrasco. Este todo construído, ou seja, o sujeito coletivo está dependente do processo inverso, ou seja, ele depende de cada narrativa de vida apresentada. Mas tais narrativas têm algumas características anuladas, por exemplo, o fato de cada mulher ter escrito em lugares diferentes, terem níveis de escolaridade diferentes. Esta anulação destas características particulares possibilita emergir as características do sujeito coletivo. Na perspectiva da complexidade, temos uma relação de parte-todo em que cada narrativa é parte importante na construção de um todo coletivo, ou seja, o sujeito coletivo.

Todavia, cada situação de vida individual encontrada nos relatos possuem características particulares, que promovem narrativas diferentes. No relato 8, a mulher vítima compara sua história de vida com casos de violência doméstica, envolvendo pessoas famosas, nos relatos 6 e 10, elas narram sobre os fatos vividos e o processo na Justiça. Assim, temos uma inter-relação entre as situações de vida individuais e a construção do sujeito coletivo.

O gênero Boletim de Ocorrência (BO) traz um modelo de narrativa ortodoxa produzida em conformidade com os critérios de produção de um registro policial. Os relatos encontrados na seção “histórico” do BO são produzidos a partir dos fatos biográficos ouvidos pelo escrivão que são narrados pelas mulheres. Trazem os acontecimentos vividos em conformidade com a sequência de importância e relacionam os fatos e a escrita de um terceiro, que é o escrivão.

Cada situação de vida é singular, mas, ao ser narrada para o escrivão, ele traz deste “eu-testemunho” os fatos que causam a infração penal e, em narrativa ortodoxa, produz um “ela-delatora”. Neste processo heterobiográfico, temos uma representação social destas

mulheres atravessada pela compreensão dos fatos pelo policial, que trazem, neste cenário de produção do BO o papel social de vítima sustentado por todas as pessoas que possuem um papel social neste cenário.

Esta representação social conduz as situações de vida individuais à característica comum: o papel de vítima por ter sido agredida quanto ao estereótipo de “mulher respeitável” e, assim, ser julgada pelo parceiro. O aparecimento da incoerência ideológica, nos relatos, que indicam existir uma consciência servil destas mulheres às regras estabelecidas pelo parceiro em um princípio de visibilidade obrigatória. Assim, essas características surgem ao observarmos o todo encontrado na categoria de situação das narrativas analisadas. O sujeito coletivo ortodoxo formado a partir destas características ditas anteriormente que anulam as características individuais para o surgimento do todo coletivo, conforme a compreensão de complexidade de Morin (2010) que, assim como ocorre nos relatos do fórum virtual, algumas características individuais são anuladas a fim de se destacar as características do todo coletivo.

O surgimento deste sujeito coletivo não ocorre apenas na direção das narrativas ortodoxas para o sujeito coletivo, mas ocorre também no sentido inverso, pois a relação estabelecida é inter-relacional. Isto implica dizer que as partes, que compõem o sujeito coletivo, ou seja, as narrativas de vida têm características que aparecem somente no momento em que são analisadas de perto, como, por exemplo, agressão aos filhos e a expulsão da mulher de sua própria casa. Estas características particulares de cada narrativa ortodoxa são anuladas no momento em que surge o sujeito coletivo com a convergência das narrativas analisadas. Novas características como a relação “mulher-respeitável x mulher-não respeitável”, por exemplo, emerge na construção desta entidade coletiva. É necessário considerar, todavia, que esta é uma relação de co-dependência, segundo a epistemologia da complexidade, entre estas narrativas que são partes que compõem o todo complexo sujeito coletivo ortodoxo.

Outro ponto colocado em discussão é como historicamente o enfrentamento constrói a relação de poder entre vítima e agressor. A questão levantada propicia o aparecimento de questões históricas relacionadas ao comportamento social do homem e da mulher na sociedade atual. O poder dos opressores nestas relações está diretamente relacionado ao estereótipo de “mulher respeitável” x “mulher não-respeitável”, encontrado nos relatos de ambos os gêneros, tendo o critério da sexualidade como o direcionador deste estereótipo. O homem é o juiz e o carrasco que executa a pena por ele aplicada sobre a mulher e, às vezes, sobre os filhos também. A mulher respeitável (compreensiva, amável, tolerante e, principalmente, fiel) é o modelo que é aceito como parâmetro para o julgamento delas e, quando não são julgadas de acordo com esse padrão, elas se consideram agredidas.

A grande questão contraditória com que nos deparamos, durante o estudo desta relação de poder, deu-se quando percebemos como as mulheres, apesar dos maus-tratos, rejeitam medidas protetivas de urgência, nos BO, e como, ainda, permanecem casadas e aceitam humilhações e agressões. Neste momento de reflexão, entendemos que elas hospedam o opressor dentro de si pelo desejo de manter a disciplina do parceiro por diversos motivos: os filhos ameaçados, o preço de ter um marido e a figura de mulher casada. Intuímos, entretanto, que o principal motivo seja, na verdade, o medo da liberdade de ousar lutar por ela, pois a mulher agredida passa a estender a mão sobre o parceiro, pois está dentro dela o agressor como modelo de homem. A realidade do opressor impõe a aderência às regras do parceiro de forma pacífica.

Este “corpo dócil” não tem forças para lutar, só para sofrer e aceitar os modelos sociais de avaliação em que sempre é condenada pelo homem como ‘mulher não-respeitável’ através dos insultos (vagabunda, piranha, entre outros) e agressões físicas. Assim, podemos concluir que o poder não é unidirecional, mas bidirecional, ou seja, deve existir um agressor hospedado nela para que haja um agressor físico que assuma este modelo e concretize a agressão.

Neste trabalho, avaliamos, também, é sobre como, nas narrativas ortodoxas e heterodoxas, emerge o sujeito coletivo em representações de si nos relatos no BO fórum virtual. Nas narrativas ortodoxas, a representação social destas mulheres indica que há uma convergência do papel social encontrado nas narrativas de vida. Verificamos que o cenário apresentado na Instituição Delegacia das Mulheres, possibilita que o papel social de vítima seja esperado pelos integrantes deste cenário: a delegada, o escrivão e os demais policiais que, por sua vez, possuem a expectativa de que a mulher denuncie os fatos vividos por ela que revelam a infração penal cometida pelo parceiro.

A dramatização dos fatos vividos, quando relatados, possibilita a formação de uma fachada pessoal na representação de si, neste cenário. A aparência, ou seja, o papel social de vítima da situação vivida é dramatizado pelas mulheres, que desejam mostrar que estão incomodadas com o fato de serem questionadas, quanto ao padrão estereotipado de “mulher respeitável”. Elas são julgadas e agredidas pelos parceiros como mulheres “não-respeitáveis” através de insultos, agressões físicas e outros tipos de maus-tratos. A representação social, não está de acordo com a aparência apresentada, pois as mulheres sancionam o poder do Estado de aplicar a Lei ao caso mencionado por não requererem as Medidas Protetivas de Urgência legitimando o parceiro como algoz, mas intocável. A sinceridade, portanto, está em questão com o surgimento da incoerência ideológica apresentada.

Nesta situação apresentada na narrativa ortodoxa, o sujeito coletivo apresenta-se como um sujeito dócil, que aceita o padrão de avaliação estabelecido pela sociedade que tem como advogado o parceiro, que se torna o juiz e o carrasco da mulher e se organiza em uma comunidade discursiva. Neste sentido, a comunidade discursiva é formada por mulheres que vão à delegacia, não para colocar “um ponto final” à situação vivida, mas para mostrar que ele estava errado quanto ao seu julgamento. Isso porque foi legitimado pela mulher o seu papel de vítima pelas autoridades policiais, além do que elas assumem a posição de docilidade e generosidade encontrada no padrão social de “mulher respeitável”.

Nas narrativas heterodoxas, há o surgimento do sujeito coletivo, quando analisarmos a representação de si apresentada nos relatos do fórum virtual. O cenário proporcionado pelo fórum virtual não possibilita o controle de palavras e nem como se desenvolve o tema central do fórum. Neste sentido, encontramos diversas situações de vida que são comentadas, por exemplo, a tentativa de envenenamento, agressões físicas em um dia de carnaval e logo são substituídas por outras situações. Neste cenário, ocorre o ambiente necessário para a dramatização do papel de vítima idealizado pelo grupo de mulheres, que leem e escrevem os relatos.

Quanto à aparência, o papel de vítima é dramatizado pelas relatoras ao manterem o papel de vítima submetida ao parceiro, pois elas afirmam que estão sendo injustiçadas pelos parceiros, que não têm motivos verdadeiros para agredi-las. Assim, a mulher não-respeitável em que é transformada por meio dos insultos e agressividades advindas dos parceiros é o motivo da reclamação estabelecida por essas mulheres, pois elas aceitam este padrão de avaliação e argumentam que são mulheres compreensivas, dóceis assumindo o estereótipo de “mulher respeitável”.

A consciência servil também é percebida quanto à maneira desta representação do sujeito coletivo, pois mesmo as mulheres bem sucedidas profissionalmente aceitam este estereótipo de mulher respeitável afirmado pela sociedade e que tem o parceiro como o seu juiz e carrasco. Nesse contexto, temos a encenação do papel de vítima legítima e legitimada confirmado pela representação de si desempenhado pelas relatoras do fórum virtual. Vítima legítima por ser aceita pelas integrantes do grupo como sincera a sua dramatização; como também é legitimada pela sociedade, que afirma estar a mulher se autoavaliando pelas regras assumidas pelo parceiro e aceitas por ela mostrando, assim, a docilidade ao modelo de homem que elas aceitam para si como parceiro.

Concluimos sobre a narrativa heterodoxa no fórum analisado, que a aparência e a maneira estão em harmonia pela representação de si que as mulheres assumem nos discursos

levantados. Além disso, mas não menos importante, há uma convergência na representação social encontrada em cada relato singular para um sujeito coletivo único mostrado pela representação de uma mulher dócil e submissa ao modelo estereotipado de “mulher respeitável” com uma consciência servil ao parceiro que traz dentro de si.

Outro ponto a ser discutido, neste trabalho, foi como verificar a categoria de situação encontrada nos relatos analisados nos *corpora*. Há, nas narrativas, pontos em comum que indicam o comportamento social de um grupo de pessoas a respeito de uma situação vivida.

Encontramos, nas narrativas ortodoxas, diversas situações vividas pelas mulheres, que narram uma sucessão de fatos organizados pela importância desses acontecimentos vividos e relacionados de forma particular. Assim, a realidade histórico-empírica da mulher denunciante, que narra a sua situação de vida individual para o escrivão, mostra como ela compreendeu os acontecimentos vividos, ou seja, o papel de vítima da situação vivida. Em seguida, a dramatização da cena é apresentada a partir do estereótipo de mulher compreensiva, amorosa, com uma consciência servil marcada sócio-historicamente, tal como vemos nos relatos encontrados nos BO. A amostra nos trouxe que há, nas diversas narrativas de vida, a convergência para uma categoria de situação, em que todas possuem um comportamento social semelhante sobre uma situação vivida, construindo um sujeito coletivo partir desta representação social.

Nas narrativas heterodoxas, o sujeito percebe os acontecimentos de sua vida na ressignificação dos fatos vividos e recontados nos relatos. Este momento autorreflexivo ocorre com a ruptura da sequência de acontecimentos da história de vida da relatora devido ao acontecimento da situação vivida de violência. Os relatos são escritos, no espaço destinado a eles no fórum, sem restrições ou censuras no ato de publicação do texto (pode haver críticas das outras participantes, mas o texto não é retirado). Em seguida, a dramatização apresentada pela mulher, no texto, indica que ela defende o papel de vítima da acusação e agressão cometida pelo parceiro. Como ocorre na narrativa ortodoxa, em nenhum momento, ela afirma que fez algo que merecesse a acusação do parceiro. Ao contrário, mostra que ele está errado por acusá-la de “mulher não-respeitável” através de insultos e agressões físicas. Este posicionamento dócil mostra que aceita as regras estabelecidas por ele e, em uma consciência servil, afirma que é uma mulher respeitável por se mostrar dócil e compreensiva. O papel de vítima, portanto, é repetido também nas narrativas heterodoxas analisadas como ocorre nas ortodoxas.

Diante desta reflexão, percebemos que há uma convergência também das narrativas de vida sobre um comportamento social das mulheres nestes relatos sobre uma situação de vida em comum. As mulheres, apesar de viverem histórias particulares, singulares, constroem um

ponto em comum sobre a representação social, ou seja, um sujeito coletivo em narrativas heterodoxas que apresentam também o papel de vítima da situação vivida.

As reflexões acima mencionadas conduzem à compreensão de uma identidade narrativa no fórum virtual e uma identidade narrativa no BO. Entretanto, observando as reflexões surgidas durante a análise dos *corpora*, entendemos que há o surgimento de uma comunidade englobante que assume as características da comunidade discursiva, que traz um sujeito coletivo heterodoxo, e a comunidade discursiva que tem o sujeito coletivo ortodoxo. Mesmo em estruturas narrativas diferentes, ortodoxa e heterodoxa, é possível vislumbrar características em comum entre ambas, direcionando para um ponto comum: uma comunidade discursiva englobante em que se encontram estes dois tipos de sujeito coletivo.

A convergência para o mesmo ponto comum, que é o papel social de vítima defendido pela mulher, ou seja, a imagem de si no discurso, mostra, em ambos os textos, que os valores culturais, os insultos apresentados (vagabunda, piranha, infiel) são encontrados nos *corpora* como retratando o estereótipo de mulher “não-respeitável”, sendo o próprio parceiro o juiz da sua sentença e o autor da sua condenação. Entretanto, as mulheres, nos *corpora*, não aceitam esta acusação e reclamam no fórum para a comunidade encontrada ou na delegacia para as autoridades policiais. Na verdade, elas reclamam o fato de serem acusadas e agredidas a partir deste estereótipo, pois, segundo elas, o seu comportamento é o oposto disso. Elas são compreensivas, dóceis durante o relacionamento, ou seja, condizem com o padrão social de “mulher respeitável”. Mesmo nos relatos em que a mulher colocou o homem na Justiça, elas dizem que seguiram este padrão social. A partir da perseguição deste estereótipo que ocorrem as narrativas de vida encontradas nos relatos inseridos no fórum e no BO.

O poder, exercido nos relacionamentos, nos fazem acreditar que o comportamento dócil da mulher, tanto no fórum quanto no BO, está direcionado pelo princípio de visibilidade obrigatória sobre as regras e conceitos que o parceiro estabelece para a relação. Assim, a mulher, sob o jugo de seu homem, aceita estas regras e mantém a disciplina exigida pelo parceiro. O poder do opressor rege uma consciência servil da mulher que adere aos interesses da realidade do parceiro. Esta aderência ao comportamento servil é ‘justificada’ por diversos motivos: o preço de ter um marido, os filhos ameaçados de serem levados, a acusação de abandono de lar, entre outros, como já foi mencionado.

O desejo de manter a disciplina do poder do opressor está presente nos *corpora* de tal forma que nos relatos do fórum e do BO, a incoerência ideológica inserida no BO pode ser ‘explicada’ pelo medo das regras estabelecidas pelo parceiro por meio de ameaças e agressões a ela e aos filhos. Observando mais atentamente, percebemos que esse medo é da liberdade de

viver sem o opressor, que está dentro dela, uma vez que seguem prescrições e não opções. Estas prescrições aderidas no seu ser fazem com que as mulheres só saibam ser oprimidas e, também, eles não saibam não ser opressores.

O medo da liberdade de ousar, de lutar por si faz com que a mulher perceba o seu contrário e lute por ele. Só assim poderá viver sem o desejo de manter o poder do opressor que está dentro dela e o homem-parceiro um mero representante deste opressor. Assim, não concebemos este poder como unidirecional, como já dissemos, mas bidirecional. Isto porque o agressor-parceiro está não somente agredindo, mas mantendo o agressor que vive dentro dela.

Sobre o sujeito coletivo, percebemos que a representação social (a máscara social apresentada no discurso) encontrada nestas singulares e emocionantes narrativas de vida concretiza o pertencimento aos modelos estabelecidos socialmente que se integram numa relação dependente entre esse “nós” coletivo e cada narrativa singular aqui apresentada, de acordo com a linha de pensamento da complexidade.

Concluimos assim este trabalho, tendo trazido uma posição pessoal e científica a respeito da violência contra as mulheres e, que, discutindo possamos encontrar melhores opções de convivência em harmonia em que o ‘cuidado de si mesmo’ (*epiméleia heautoû*) defendido pelos gregos antigos não fique apenas na compreensão do Oráculo de Delfos, mas seja colocado em prática.

REFERÊNCIAS

- AHLERS, J. Language revitalisation and the (re)constituting of gender: silence and women in native California language revitalization. **Gender and Language**, Yorkshire, v. 6.2, p.259-260, 2012.
- AMOSSY, Ruth. **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005. 194p.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992. 59 p.
- ATANGA, Lilian. The discursive construction of a ‘model Cameroonian woman’ within the Cameroonian Parliament. **Gender and Language**, Yorkshire, v. 6.1, p. 21-45, 2012.
- AUSTIN, John L.; SEARLE J. **Quando dizer é fazer**. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médica, 1990. 120p.
- BACHELARD, G. **Le rationalisme appliqué**. Paris: Presses universitaires de France, 1949. Disponível em : <<http://www.cairn.info/revue-langage-et-societe-2000-1-page-5.htm>>. Acesso em: 5 jun. 2014.
- BACON, Francis. **Novum organum: the true directions concerning the interpretation of nature**. Londres: Mobile Reference, 2010. 401 p.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1997.196p.
- BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 516p.
- BLAY, Eva. Alterman. **Assassinato de mulheres e direitos humanos**. São Paulo: 34, 2008. 248 p.
- BERTAUX, Daniel. **Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos**. Trad. de Zuleide Alevés Cardoso Cavalcante e Denise Maria Gurgel Lavallée. Revisão científica: Maria da Conceição Passegi e Márcio Venício Barbosa. Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010. 167 p.
- _____. “L approche biographique. Sa Valité methodologique, ses potentialités” **Cahiers Interantionaux de Sociologie**, Paris, v. 69, p. 197-225, 1980. Disponível em: <www.jstor.org>. Acesso em: 2 jun. 2014.
- BOFF, Leonardo; MURARO, Rose Marie **Feminino & masculino**. Rio de Janeiro : Record, 2010. 287p.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**, 2 ed. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 2006. 294p.

BURRICK, Delphine. Une Épistemologie du Récit de Vie. **Recherches qualitative et temporalités**, n. 8, p.7-36. Disponível em: <www.recherche-qualitative.qc.ca/Revue.html>. Acesso em: 3 abr. 2014.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. 236p.

CAMERON, Deborah. Desempenho da identidade de gênero: conversa entre rapazes e construção da masculinidade heterossexual. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. **Linguagem, gênero e sexualidade, clássicos traduzidos**. São Paulo: Parábola, p. 129-149. 2010.

CHADORROW, Nancy. **The Reproduction of mothering**. Berkeley: University of California Press, 1978. 283p.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

CARRETO, G.; MAIA, R. Polícia prende suspeito de matar a namorada e enviar vídeo do crime para a mãe dela. **Gazetaonline**, Vila Velha, 2014. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2014/06/noticias/cidades/1490606-policia-prende-suspeito-de-matar-a-namorada-e-enviar-video-do-crime-para-a-mae-dela.html>. Acesso em: 5 jul. 2014.

COMTE, Auguste. **The Course in Positive Philosophy**. 5. ed. New Jersey: Gertrud Lenzer, 2009. 555p.

DASCAL, Marcelo. O *ethos* na argumentação: uma abordagem pragma-retórica. In: AMOSSY, R. (Org.) **Imagens de si no discurso**. São Paulo: Contexto, p. 57-68. 2005.

DELORY-MOMBERGER, Christine. **Histoire de vie et recherche biographique en education**. Paris: Economica, 2005. 177p.

_____. **Biografia e educação: figuras do indivíduo-projeto**. Natal: EDURFN; São Paulo: Paulus, 2008. v. 1.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2009. 678p.

_____. **Histórias íntimas**. 2ed. São Paulo: Planeta, 2011. 254p.

_____. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. 543p.

_____. **Histórias e conversas de mulher**. São Paulo: Planeta, 2013. 303p.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. Rio de Janeiro: L&PM, 2005, 128p.

ELLECE, Sibonile Edith. The ‘placenta’ of the nation: Motherwood discourses in Tswana marriage ceremonies. **Gender and language**, Yorkshire, v. 6.1, p. 79-103. 2012.

EVANGELISTA, Walter José. A questão da cientificidade em teorias de conflito: marxismo e psicanálise. *In: OLIVA, A. (Org.). Epistemologia: a cientificidade em questão.* São Paulo: Papirus, p. 213-225.1990.

FARACO, Carlos Alberto. (Org.). **Linguagem & diálogo:** as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola, 2009. 165p.

FERNANDES, Maria da Penha. **Sobrevivi...posso contar.** São Paulo: Armazém da Cultura, 2010. 203p.

FERREIRA, Dinah Maria. **Discurso feminino e identidade social.** São Paulo: Annablume, 2009. 176p.

FIGUEIREDO, Vinícius de. **Kant & a crítica da razão pura.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010. 74p.

FISHMAN, Pâmela. O trabalho que as mulheres realizam nas interações. *In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (Org.). Linguagem, gênero e sexualidade, clássicos traduzidos.* São Paulo: Parábola, p. 31-47. 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade, 3:** o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1985. 245p.

_____. **Vigiar e Punir.** 20. ed. Petrópolis:Vozes,1999. 264p.

_____.**Arqueologia do Saber.** 6 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002. 239p.

_____. **Hermenêutica do Sujeito.** 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 328p.

_____. **A Ordem do Discurso.** 15 ed. São Paulo: Loyola, 2007. 79p.

_____. **Microfísica do Poder.** 28 ed. São Paulo: Graal, 2010. 295p.

GARCIA, L. P.; FREITAS, L. R.; SILVA, G. D.; HOFELMANN, D. A. **Violência contra a mulher:** feminicídios no Brasil. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2014. Disponível em :<www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=contet_&view/article&id=19873>. Acesso em: 3 jul. 2014.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana.** 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 236p.

GREGOLIN, Rosário. Identidade: Objeto não identificado? **Estudos da linguagem**, v. 6, n. 1, 2008. Disponível em: < www.estudosdalinguagem.org>. Acesso: 3 nov. 2012.

_____. Bakhtin, Pêcheux, Foucault. *In: BRAIT, B. (Org.). Bakhtin: outros conceitos-chave.* São Paulo: Contexto, 2006. p. 33-52.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade:** sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. 227p.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atla, 2002. 200p.

KANT, Imanuel. **Crítica da razão pura**. 5. ed. Trad. de Manuela P. dos Santos e Alexandre F. Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. 624p.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005. 260p.

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcante. **Discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa**. Caxias do Sul: EDUCS, 2005. 256p.

_____. Discurso do sujeito coletivo, complexidade e auto-organização. *In: Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, n. 4, p. 1193-1204, 2009.

LOCKE, John. **En essay concerning human understanding**. 9. ed. Indianapolis: Hackett Publishing, 1996. 416p.

MAIA-VASCONCELOS, S. **Penser l'école et la construction des savoirs étude menée auprès d'adolescentes cancéreux au Brésil**. 2003. 400 p. Tese (Doctorat) - Sciences de L'Éducation Université, Université de Nantes, Nantes, France, 2003.

_____. Orthodoxie et hétérodoxie en récits de formation: une expérience brésilienne auprès de personnes âgées ayant repris l'école. **Chemins de formation**, 2014. No prelo.

MAINGENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. São Paulo: Pontes, 1997. 198p.

_____. *Ethos*, cenografia, incorporação. *In: AMOSSY, R. (Org.) Imagens de si no discurso*. São Paulo: Contexto, p. 69-92, 2005.

MARCOCCIA, M. La Communication médiatisée par ordinateur: problèmes de genres et de typologie. **Journée d'études: les genres de l'oral** Université Lumière-2, Lyon, 2003. Disponível em: <www.revue-texto.net>. Acesso em: 18 abr. 2013.

MEYER, Dagmar. Gênero e educação: teoria e política. *In: LOURO, G. L. (Org.). Corpo Gênero e Sexualidade*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 9-27.

MORIN, Edgard. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 128p.

_____. **Ciência com consciência**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 341p.

NÓVOA, Antônio. **O Método (auto)biográfico e a formação**. Natal: EDURFN; São Paulo: Paulus, 2010. 226p.

OLIVA, Alberto (Org.). **Epistemologia: a cientificidade em questão**. Campinas: Papyrus, 1990. 225p.

_____. **Filosofia da Ciência**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 74p.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A construção social da masculinidade**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004. 347p.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. **Violência nas relações de gênero e cidadania feminina**. Fortaleza: UECE, 2008.

OUELBANI, Mélika. **O círculo de Viena**. São Paulo: Parábola, 2009. 150p.

PERELMAN, Chaïm. **Retóricas**. São Paulo: 2. ed. Martins Fontes, 2004. 417p.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008. 190p.

_____. **Os excluídos da história**. Operários, mulheres e prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 2010. 332p.

_____. **História dos quartos**. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 342p.

PRAT, M. Du roman de la vocation littéraire à l'autofiction : situation d'Une curieuse solitude. *In*: FOREST, Philippe; GAUGAIN, Claude. (Org.). **Les romans du Je**. Collection Horizons Comparatistes, Université de Nantes. Nantes: Editions Plein Feux, 2001. p.19-37.

PÊCHEUX, Michel. **Analyse automatique du discours**. Paris: Dunod, 1969.139p.

_____. **Discurso: Estrutura ou Acontecimento?** 3. ed. Campinas: Pontes, 2002. 68p.

PINEAU Gaston; LE GRAND, Jean.-Louis. **Les Histoires de Vie**. Paris: Presses Universitaires de France, 2002. 127p.

PORTER, Theodore. **Karl Pearson: The Scientific Life in a Statistical Age**. New Jersey: Princetown University Press, 2004. 329p.

POPPER, Karl. **A Lógica da Pesquisa Científica**. 18 ed. São Paulo: Cultrix, 2004. 567p.

POSSENTI, Sírio. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. *In*: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (Org.). **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, p. 353-392. 2005. v.3.

RAMACCIOTI, B. La situación de la mujer en las Américas y el enfoque de equidade género en el sistema interamericano. *In*: CONFERENCIA em el XXV Curso de Derecho International. ago., 1998. Disponível em: <<http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/agendainternacional/>>. Acesso em: 15 set. 2013.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Campinas: Papyrus, 1997. Tomo 3.

SCHRAIBER, *et al*. Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 36, n. 4, p. 1-9, 2002.

SOBRAL, A. Filosofias (e filosofia) em Bakhtin. *In*: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 103-121.

TOURRAINE, Alain. **O mundo das mulheres**. Petrópolis: Vozes, 2007. 204p.

TRISTÃO, R. M. S. **O boletim de ocorrência sob o aspecto da dêixis de base espacial como processo de instauração e manutenção de referência**. 2007. p. 141. Dissertação. (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal De Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <www.bibliotecadigital.ufmg.br>. Acesso em: 10 jun. 2014.

VELOSO, C. Esse cara. *In*: _____. **Prenda minha**: ao vivo. São Paulo: Polygram, 1998. 1 CD.

WEINSTEIN, Arnold. **Fictions of the self**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1981.

WEST, C.; ZIMMERMAN, D.H. Pequenos insultos: estudo sobre interrupções em conversas entre pessoas desconhecidas e de diferentes sexos. *In*: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. **Linguagem, gênero e sexualidade, clássicos traduzidos**. São Paulo: Parábola, 2010. p. 49-66.

XAVIER, Roseane. Representação social e ideologia: conceitos intercambiáveis? **Psicologia & Sociedade**, v.14, p.18-47. jul./dez. 2002.

XAVIER, Antônio Carlos; SANTOS, Carmi Ferraz. **Fórum na internet**: um gênero hipertextual. 6. p. Recife: Multifoco, 2003.

ANEXO A – RELATOS EM FÓRUM VIRTUAL (FV)

Relato 1-Acesso em: 1 abril 2011
<p>Preciso muito de um conselho pra mim tomar a decisão correta vou contar o caso eu namorei 10 meses nesse tempo qualquer coisa q eu fazia ele me xingava falava q eu era vagabunda e tal, toda vez q eu qria ver minhas colegas ou ir pra algum lugar ele não deixava e falava que se eu fosse ele ia terminar comigo , em setembro eu saicom duas amigas e ele veio atrás de mim ver aonde eu estava e eu nem sabia ai ele foi pra praia escondido e me ligou falando pra ir la ele falou q quem ficava em bar era puta galinha mesmo assim pedi pra ele ficar cmg porém no msm dia ele começou a me xingar de novo eu não aguentei e joguei o liquido do meu copo nele ele me revidou com uma garrafada na cabeça não fiz o BO na epoca passou a duas semanas eu sai com um amigo ele falou que eu era puta vagabunda que ficava com macho em bar e ameçou meu amigo ai eu fui pq estava axando q estav grávida e estava comentando com esse amigo ele falou que se eu estivesse grávida ele ia dar remedio pra mim abortar pq não queria filho de vagabunda passou uns dias aele pediu desculpas e voltamos porém agora ele estando comingo falou que ia pescar e sumiu qdome atendia falou q eu estav no bar sendo q eu estav em ksa pq ele pediu pra mim nao sir dois das deposti descobri que ela foi pra praia com outra menina ai ele pois a foto delis no orkut e falou q fez aquilo pra me atingir e atingir a minha mãe pq ela falou q ele num tinha vergonha só q ele mandou eu esquecer eu num liguei ai ele liga pra ver se eu sai ou deixei d sair qdo soube q eu sai essa sexta me xingou e sabado ficou ligando meia noite pra ver se eu estava na rua ou anum hj ele falou um monte pra mim falou q ficou com a menina pra me humilhar e eu não sei se vou na delegacia se deixo passar mais uma vez em branco eu preciso d conselho eu gosto mto dele ainda mais eu to toda perdida sem saber como agir qria mto que alguém me desse uma luz</p>
Relato 2. Acesso em: 1 abril 2011
<p>Tambem fui vitima e sei muito bem o que se passa na cabeça do agressor e no coração da vitima, espero poder contribuir para judar este grupo ,abraços Sandra</p>
Relato 3. Acesso em: 31 janeiro 2010
<p>Tenho sofrido violência domestica e meu psicológico está muito abalado... meu coração acelera quando meu companheiro chega do trabalho... mas tenho receio de colocá-lo na justiça pois tenho uma filha que nasceu (865g) prematura, tive muitas complicações no parto, tenho medo de sair de casa pois ele disse que se sair vai na delegacia alegando abandono de lar... não deixa eu sair nem levar minha filha, atualmente com 5 meses... estou presa aqui pois não posso e nem quero perder minha filha!!!Sou Pedagoga e tenho 37anos e meu companheiro 33, eu nunca imaginei que isso pudesse acontecer comigo!!! Essa violência já acontecia quando estava grávida mas imaginei que fosse melhorar!!!! Tive minha filha com 6 meses de gestação... fiquei 8 dias na UTI e mais três meses no hospital pois minha filha estava em uma incubadora... ainda de resguardo andei da barra a Jacarepaguá onde moro atualmente.</p> <p>Não sei mais o que fazer!!!</p>
Continuação do Relato 3. Acesso em: 02 de fevereiro de 2010
<p>Continuação...Ele esta no hospital comigo "perinatal da barra" e começou a dizer que iria tomar minha filha... sai do hospital sem saber o que fazer desnorteada andei na chuva até chegar em casa... ele estava com as chaves do meu carro e conseqüentemente com meu carro... hj levei uma multa pois ele vai para o trabalho com meu carro e não usa o sinto de segurança... e disse que não vai pagar a multa nem passar a mesma para o nome dele...houve uma batida com o carro e ele disse que não foi ele... pode não ter sido... mas o fato é que o</p>

carro estava com ele...Como faço para me proteger sem perder minha filha? Atenciosamente

Relato 4. Acesso em: 4 fevereiro 2010

Oi ,hoje faz dois dias que denunciei meu marido. hoje ele me procurou na parada de onibus e disse que está muito abalado,parece outra pessoa...mais sei que vai ser sempre o mesmo,tenho medo de morrer,cada dia que passa é uma vitória.

Relato 5. Acesso em: 20 fevereiro 2010

O laudo (médico, com doença causada pelo agressor) foi conseguido ilegalmente pelo advogado xxx (OABxx) e pelo ex-marido e agressor Vlademir Asbahr, de dentro de um hospital da UNIMED. Até o momento o hospital não soube explicar o que houve, como tais documentos sigilosos foram parar nas mãos de tais pessoas. O fato é que a juíza substituta da vara de famílias e sucessões de Americana aceitou tal documento, mesmo ele se configurando quebra de sigilo médico e sendo conseguido ilegalmente. A psicóloga do Fórum de Americana xxxx Junta e a Assistente Social xxx basearam-se em documento obtido de forma ilegal, desqualificando a vítima, no caso eu, favorecendo o agressor, num julgamento pré-elaborado, machista e sem rigor técnico. Vale ressaltar o cerceamento do direito de defesa do processo como um todo - sequer meu advogado foi notificado para que pudesse me defender. Portanto, mulheres prejudicam mulheres, a lei Maria da Penha precisa avançar, e muito, para fiscalizar outras formas de prejudicar o gênero feminino.

Relato 6. Acesso em: 30 abril 2011

Na teoria a Lei é excelente e brinda a nós mulheres, porém, na prática temos que ter uma imensa dose de paciência + confiança + esperança + otimismo + perseverança, e tudo isso somado é = a uma longa e desgastante espera ... só não podemos desistir... temos dias mais ensolarados ... dias mais nublados ... mas o importante é que estamos vivas e nos foi possível dar o primeiro passo, meu processo corre na justiça, pela Lei Maria da Penha a exatamente 2 anos e 5 meses... mas um dia ele será julgado... falta apenas o fundamental... a decisão do Juiz... enquanto isso não acontece continuo minha luta diária contra o medo e a insegurança que se tornou a minha vida. bjs para todos...

Relato 7. Acesso em: 25 maio 2011

Olá estou com meu marido desde outubro de 2008 e me casei dia 4 de dezembro de 2009, estou casada com ele até hoje, nunca o trai nem o desrespeitei mas ele não evita usar palavras contra mim, manda eu me fuder, ir a merda, ja me chamou de piranha em frente minha casa enquanto nao moravamos juntos, e esse ano depois de casados neste carnaval discutimos sobre uma peça de roupa que eu vesti para ele e ele disse que ficava melhor na irma dele do que em mim eu fiquei ofendida e então discutimos ele colocou a roupa em um saco e deitou junto a ela eu tentava falar com ele e ele fingia estar dormindo, então tentei pegar a roupa foi quando ele virou a mão em meu rosto eu fiquei estatica e perguntei se ele sabia o q tinha feito ele falou sim e fez um movimento como se apenas tivesse me dado um empurraozinho e eu não foi assim que vc fez e demostrei para ele como ele tinha feito então ele socou minha cabeça, na hpra fiquei muito nervosa nunca pensei passar por isso com ele. Ele é um cara calmo e carinhoso comigo, só trabalha e estuda só de vez enquanto que da umas vaciladas mas enfim confesso que a uns dias atras quando fui pegar uma mochila minha que estava nas maos dele tive a sensação que ele iria me bater novamente, então percebi que não tinha superado, ele não fez nada mas o medo talvez exista para sempre!

Relato 8. Acesso em: 20 julho 2011

...e o machismo impera, descaradamente, no caso Bruno....Publicada em 20/7/2010 às 8:32. Flamengo desiste de demitir Bruno Presidente em exercício, Hélio Ferraz confirmou a decisão

Bruno está preso em Contagem (MG) por suposto envolvimento no sumiço de Eliza Samúdio (Foto: Reuters)LANCEPRESS! Com receio de sofrer uma ação na Justiça, a cúpula do Flamengo desistiu na noite desta segunda-feira de demitir Bruno pelo envolvimento no desaparecimento de Eliza Samudio. Quem confirmou a informação foi o vice geral do clube, Hélio Ferraz, responsável pelo clube enquanto a presidente xxx passa férias na Disney. As informações são do jornal "Extra".- Sim, decidimos recuar para evitar maiores problemas. Até segunda ordem, não vamos demitir o Bruno por justa causa - disse Helio Ferraz no início da madrugada desta terça-feira. No último sábado, o LANCENET! antecipou que o Flamengo decidira demitir Bruno por justa causa. Para isso, enviaria uma carta por correio para o Complexo Penitenciário Nelson Hungria, em Contagem (MG), onde ele está detido. E mais: Após 7h, Bruno deixa delegacia sem falar com a Polícia

- Polícia Civil de Minas afasta delegadas do Caso Bruno
- Bruno já pode ser indiciado por sequestro e homicídio de Eliza
- Zico lamenta ver denúncias contra o goleiro Bruno

A presidente do Rubro-Negro decidiu demitir o jogador na quinta-feira, após três reuniões com um conselho formado para analisar o caso. No dia seguinte, o texto foi formulado pelo departamento jurídico, como explicou Rafael De Piro, procurador geral do Flamengo. Na carta, o Flamengo justificava que a situação tornara-se insustentável diante das acusações de envolvimento de Bruno com a morte de Eliza Samudio. Outra justificativa era o desgaste da marca do clube e dos patrocinadores.

Em entrevista à revista "Época", a presidente do Flamengo falou da intenção de demitir Bruno por justa causa, ou seja, sem pagar a multa rescisória de 6 milhões de euros. Ela não havia revelado, no entanto, que o procedimento já havia sido oficializado. Patricia também declarara também que pretendia processar o goleiro pelos danos causados ao clube em função do escândalo. Todas nós somos tratadas como Elizias.

A INJUSTIÇA QUE SE FAZ A UM, É UMA AMEAÇA QUE SE FAZ A TODOS – montesquieu.

Relato 9. Acesso em: 14 jul. 2010

xxx, infelizmente o que IBOPE nesse país não é mulher batendo em homem, isso não faz promotor, juiz, delegados aparcerem nos meios de comunicação. Repare um pouco nas entrevistas do caso Bruno; todos querem aparecer, as delegadas colocam roupas lindas, tratam os cabelos, usam "super" maquiagens... O que todos querem é ter seus nomes e imagens na mídia. Eu já enviei emails p diversas ONGs pedindo auxílio p meu caso, ja denunciei no MP/RJ, ja escrevi p jornais e até hoje nada. Sabe pq? não vai da ibope. Mas, não desisto, vou continuar tentando. Sorte p nos. Bjs

Relato 10. Acesso em: 31 mai. 2011

Por que Queixa Crime, ação criminal, no caso de se tratar de violência doméstica tem que ser analisado em Juizado Especial, mesmo que especial criminal? Até nisso a aplicação da Lei Maria da Penha é mais branda com os homens? Circunscrição: 1 - BRASILIA
Processo: xxxx Vara: 304 - QUARTA VARA CRIMINAL Processo : xxxx Ação: QUEIXA CRIME Querelante XXX; Querelado: XXXX. Decisão Interlocutória. Compulsando os autos verifica-se que a queixa crime formulada em desfavor de XXX versa, em tese, sobre o crime previsto no art. 140 do CP (fls. 02/03).

O Ministério Público na cota de fls. 15/17 pugnou pela declinação da competência em razão

da matéria para um dos Juizados de Competência Geral de Sobradinho - DF. Porém, na espécie observa-se que este Juízo Criminal não possui competência para o julgamento do art. 140 do CP, conforme dispõe o art. 20 da Lei 11.697/08 - Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal quando envolver as medidas protetivas dispostas na Lei 11.340/06 - Lei Maria da Penha. Além disso, trata-se de delito com pena máxima de 06 (seis) meses de detenção, ou seja, trata-se de delito de menor potencial ofensivo, cuja competência é dos Juizados Especiais Criminais, consoante o art. 61 da Lei 9.099/95. Desse modo, em razão de que o Juizado Especial Criminal poderá aplicar as medidas previstas na Lei Maria da Penha, se for o caso, ou, até prosseguir com a queixa crime conforme o procedimento disposto na Lei 9.099/95, conclui-se, que os presentes autos devem ser declinados ao seu Juízo competente. Neste particular transcrevo o Acórdão deste Tribunal de Justiça em julgado recente acerca da matéria no mesmo sentido: PENAL E PROCESSUAL PENAL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. CRIMES CONEXOS. COMPETÊNCIA DA VARA DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. 1. Verificando-se que o crime de desobediência encontra-se circunstanciado pelas situações de violência doméstica, impõe-se a aplicação da conexão, de forma que os feitos sejam reunidos e processados perante o Juízo Especializado. 2. Conflito de competência admitido para declarar competente o Juízo suscitado, isto é, o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Sebastião/DF. (20090020172402CCP, Relator XXX, Câmara Criminal, julgado em 11/01/2010, DJ 10/02/2010 p. 29). Assim, em face ao disposto no artigo 74, do Código Processual Penal, declino da competência em favor de um dos Juizados Especiais de Competência Geral de Sobradinho - DF. Redistribua-se. Baixas e diligências de praxe. Int. Brasília - DF, quarta-feira, 03/03/2010 às 13h52. xxxx- Juiz de Direito

Continuação do Relato 10. Acesso em: 01 de junho 2011

Nome: xxxxx: divorciada. Servidora Pública Federal do Judiciário Superior - pós graduação sexo: Feminino idade: Maior de 41 anos: Estou separada do ex-companheiro há sete meses. Já ganhei a guarda definitiva da minha filha, pensão e duas medidas protetivas. Em compensação fui condenada a prestar serviços à comunidade por ter dado três tapas na cara dele quando o encontrei com a amante, nossa ex-empregada doméstica. Pode? Depois das ameaças que ele fez, fui à Delegacia da Mulheres fazer ocorrência, que levou uns 60 dias para a audiência, e então descobri que ele havia respondido IP por esturpo contra menor vulnerável. Só que eu sei foram duas, uma de 9 anos e a outra de 11 anos (ambas eram primas dele). Ele fugiu para a Guiana Francesa e só voltou depois que o processo foi arquivado porque não o encontraram no país. E minha filha, na época com 10 meses? Até hoje ele não a viu, faz sete meses. Não bastasse isso tive que mudar de residência por causa das ameaças, morávamos numa chácara, então meu caseiro encontrou no paiol uma revista com receitas de comidas venenosas. Chegamos a conclusão que ele, em conluio com a ex-empregada já vinham me envenenando. Logo depois eu soube que ele teve várias amantes e tem vários filhos por aí, só que eu sei mais de seis. Abandonou todos. Só faz questão da minha filha. Por que? Amor? Claro que não, sou Funcionária Pública Federal há 26 anos. Há um mês eu soube que a menina de nove anos que ele estuprou morreu logo depois e nunca acharam o corpo. A ex-mulher dele contou que ele há uns 18 anos atrás matou uma mulher em São Paulo. Extorsão. Recorri a Polícia, investigadores, despachantes, me endividei, adoeci, Agora tem os meus que são em segredo de justiça. POR QUE TRATAR CRIMINOSO EM SEGREDO DE JUSTIÇA? Ele vem alegando que sou desequilibrada, louca, que compro as pessoas (como se eu fosse milionária) e que ele sofreu um atentado contra a vida dele a meu mando. Tentou até fazer ocorrência na 6ª DP nesse sentido com a agente e não conseguiu. Ela telefonou para mim contando.

Relato 11. Acesso em: 7 dezembro 2011

Olá, preciso realmente de uma ajuda urgente....Tenho 18 anos, estou grávida de 4 meses, e sou vítima de agressões a muito tempo. Sempre morei com meu pai e minha mãe, e meu pai sempre foi um homem que nao nos agredia fisicamente, mas sim psicologicamente. Desde pequena lembro que minha família sofre muito com ele. Há 4 meses atrás, a situação ficou pior. Minha mãe faz quimioterapia para se recuperar de um câncer há mais de um ano, meu pai alcoólatra, não tem emprego fixo. Tenho mais 3 irmãos de 20,14 e 13 anos. Dia desses quando minha mãe voltava da quimioterapia e eu voltava do trabalho por volta das 7 da noite, meu pai estava com meus dois irmãos menores bêbado, dizendo que minha mãe estava na rua com um amante ,afirmando que ela não iria entrar em casa. Quando ela chegou e fomos abrir o portão pra ela, meu pai deu um soco na minha irmã de 20 anos, eu fui defendê-la e aí começou a pancadaria, como ele é homem e bem mais forte que nós apanhamos muito, mas em mim não houve nenhuma lesão aparente e em minha irmã apenas alguns arranhões, mas foi horrível e com a gritaria alguns vizinhos ouviram e vieram para nos ajudar. Minha mãe disse que não queria mais ficar naquela casa porque aquilo era muito frequente. Pegamos nossas coisas e saímos. Estamos na casa de uma vizinha desde o dia 29/07/2011. Meu pai continua na casa, e vem aqui na vizinha nos atormentar e nos ameaçar de morte, e ainda obriga minha mãe a fazer comida pra ele. No dia do ocorrido fizemos um boletim de ocorrência, mas foi só isso. Agora meu pai quer vender a casa, único bem que temos. Minha mãe ganha um salário mínimo de auxílio doença, e temos só esse dinheiro pra viver porque agora eu estou desempregada. E meu pai ainda quer vender a casa a não dar nada pra minha mãe. Sei que isso não é justo, mas sei que a justiça é demorada e é por isso que minha mãe não quer denunciá-lo, pois ela já sofre muito com o câncer. Mas eu sei que não é certo, que não é justo, que aquela casa é nossa, e queria ele longe da gente. Gostaria de alguma orientação sobre o que eu posso fazer, pois estou grávida e meu pai ainda não sabe, pq ele já disse que se eu engravidasse ele me mataria, e eu não duvido.

Relato 12. Acesso em: 23 de fevereiro 2012

Oi!! Entre idas e vindas fiquei com ele 5 anos e depois que ficamos noivos (noivado de apenas 3 meses) eu conheci um monstro que nunca havia conhecido. Antes ele me tratava igual uma criança.... depois começou o pesadelo. Ele é usuário de drogas e bebe muito também. Mas quando ficamos noivo ele mudou de Gurupi pra Goiânia pra poder ficar aqui comigo. Aí acho que juntou a abstinência das drogas com o desemprego e ele endoidou. Ele me batia por coisas que ele simplesmente imaginava, nem precisava tá perto de homem não. Tipo assim: eu ia na padaria e voltava, ele falava que eu ESTAVA DANDO pro padeiro. Pro meu chefe, pros colegas de trabalho... enfim.. por mundo inteiro. Ele batia minha cabeça na parede, pegava faca e me riscava, me mordida que quase arrancava pedaço, eu ficava toda roxa. Além das agressões psicológicas tbm, me chamando de puta, vagabunda, piranha. Eu só perguntava o que ele tava fazendo comigo se achava que eu era tudo aquilo. Um dia, fomos pro TO pra praia e foi nesse final de semana que eu resolvi colocar um fim. Eu estava no hotel e ele chegou uma e meia da manhã drogado, perguntando quem estava comigo lá antes dele chegar. Eu falei que ninguém e ele começou a me bater, tentou me enforcar... aí eu gritei pedi socorro. Isso foi de sexta pra sábado. Aí eu pensei bastante e de cabeça fria e de caso pensando fui na delegacia na segunda e fiz a denuncia. Antes disso eu nunca tinha ido. Fui pra representar pq acho que não adianta ficar colecionando BOs em casa. Depois disso ele ainda me ameaçou diversas vezes. Me ligava, mandava as pessoas me ligarem... Mas depois da audiência que eu fiz questão que ele estivesse presente na hora do meu depoimento ele nunca mais me perturbou. O juiz humilhou muito ele na minha frente. Foi muito difícil pra mim, eu chorei muito, mas nunca me arrependi. Como eu falei pro juiz no dia, não tem pena no mundo que pague o estrago psicológico que ele me causou. Os

hematomas sarar, as dores passam, mas as lembranças de todo aquele pesadelo só o tempo que vai me ajudar. Já passaram 7 meses e ainda luto pra esquecer tudo aquilo... Enquanto a minha família, ninguém nunca soube de nada até o dia que ele foi condenado. Aí resolvi contar. Isso foi um outro lado que me fez sofrer demais, pois eu não tinha com quem conversar sobre esse assunto. Resumindo foi basicamente isso.

Relato 13. Acesso em: 12 fevereiro de 2012

Fonte: Mariana Jungmann - Repórter da Agência BrasilBrasília - Mesmo com a determinação da Lei Maria da Penha de que o homem pego em flagrante agredindo a companheira seja preso, não foi assim que a polícia de Brasília agiu quando foi à casa de M. apartar uma briga entre ela e o marido. “Ele chegou em casa e começou a me bater. Quando a polícia chegou, eles tiravam ele e mesmo assim ele voava pra cima de mim de novo. Sabe como é, bêbado é teimoso”, conta. Segundo ela, aquela foi a quarta agressão física do ex-marido contra ela, que não terminou em prisão. Depois do episódio, o juiz que já cuidava do caso por causa de denúncias anteriores da vítima, determinou que o marido deveria sair de casa. “Eu já tinha ido ao juiz toda machucada. Ele chamava o meu ex-marido para ir lá, mas ele nunca foi. Até que um dia eu avisei ao juiz que não iria mais voltar, porque eu ficava gastando dinheiro da passagem de ônibus e o outro nunca comparecia”, conta. Atualmente M. vive com outro homem com quem teve um filho – o quarto. Ela disse que está desempregada e vive de programas assistenciais. Do ex-marido, ela diz que só quer o cumprimento das obrigações legais com os filhos. “Eu resolvi não querer mais ele. Agora quero o direito dos meus filhos, porque ele também tem que contribuir”, completa, decidida.

Relato 14. Acesso em: 13 de fevereiro 2012

Amiga sabe o que é pior nessa estória toda? É que além da humilhação de sermos agredidas, alguns policiais machista e idiotas tratam os agressores como heróis, já passei por situações bem constrangedoras e da ultima vez inclusive ouvi o policial dizer" Que mulher gosta de apanhar mesmo, que temos que cair todas no pau". Fiquei indignada mas não perdi a pose, meu pai é falecido a 8 anos e nunca me encostou a mão, não vou aceitar jamais um estranho a qual não vi nascer me machucar e ficar impune, atualmente ele se encontra preso e estou mudando de residência, não temos filhos e tudo o que possuo, casa, movéis é fruto do meu trabalho sendo que ele nunca comprou nem uma faca para minha casa. Estou bem na medida do possível e decidida a refazer a minha vida!

Relato 15. Acesso em: 13 de julho de 2011

oi gente estou aqui para falar pensei que nunca fosse presenciar uma violência domestica em minha casa mais infelizmente passei por isso minha mãe foi agredida pelo meu pai fez um cena que nunca vou esquecer, que pena ainda exista homens covardes assim como meu pai.

Relato 16. Acesso em: 24 abril 2012

Apesar de tudo estou feliz, dei um passo muito importante... Tivemos a primeira audiencia hoje dia do aniversario dele de 22 anos. Me pressionaram pra suspender ou arquivar o processo, até mesmo minha advogada nomeada pela juiza me pressionou pra voltar atras, mas fui forte e mantive minha decisão!!! Agora não vejo a hora de ver ele prestando serviços a comunidade pra pagar as marcas que ele deixou no meu rosto, apesar de acreditar que seja pouco por tudo que ele me fez passar!!!

Relato 17. Acesso em: 30 junho 2011

Pois é, ela teve que pedir ajuda a OEA, só assim teve seu caso na atenção do Brasil. Isto ainda continua acontecendo apesar de tantos caminhos iniciados ultimamente para denúncias. O ponto em questão é quem segue estas denúncias quando a violência é institucional ou descaso da justiça? As corregedorias? E quem segue as corregedorias? Denúncias ficam perdidas ou com respostas que levam 1 ano ou mais para que se obtenha algum retorno e quase sempre nunca satisfatórias para quem está em risco. Em 2010, temos no Brasil uma mulher cadeirante e com várias sequelas ocasionadas pela violência doméstica e pela violência institucional de nossos poderes. Maria da Penha é o marco do descaso e da indiferença da justiça em nosso país.

ANEXO B – RELATOS EM BO

Histórico

Afirma a declarante: QUE viveu maritalmente por 05 anos e 05 meses com [redacted] podendo ser encontrado a Rua Olimpio de Noronha, 171- Itaperi; QUE tem um filho menor de idade com o referido ([redacted] - 04 ANOS); QUE o referido e casado e ha 15 dias, a declarante decidiu terminar o relacionamento e dizer "que esta com uma outra pessoa"; QUE o referido continua perturbando a declarante e disse "que nao a deixara em paz e ira atormenta-la de manha, a tarde e a noite e se nao abrir a porta, ele arrombara"; QUE na data acima citada, o referido foi a residencia da declarante, desferiu um tapa no rosto da mesma, que nao ficou lesionada; QUE o referido ofende moralmente a declarante, chamando-a de "vagabunda, capariga, nao presta"; QUE o referido foi embora e retornou a noite, mas nada fez; QUE no momento, nao ira requerer Medidas Protetivas de Urgencia, tomando ciencia que o prazo para representar criminalmente e de seis meses; QUE deseja uma audiencia com o referido nesta Especializada e nada mais disse e encerrou-se o presente BO. //

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER DE FORTALEZA

RESPONSÁVEL PELO REGISTRO: [redacted]

MATRÍCULA: 155313-1-2

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO: [redacted]

VISTO DO DELEGADO(A): _____

DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER DE FORTALEZA

BOLETIM 1

Afirma a declarante: QUE ja registrou RO (303-3597/2011) em desfavor de seu ex-companheiro
 QUE na data acima citada, o referido foi a residencia da declarante querendo
 levar o computador e a mesma nao permitiu; QUE o referido quebrou o computador e bateu em uma televisao de
 40 polegadas com um cabo de vassoura; QUE a declarante deseja uma audiencia com o referido nesta
 Especializada e no momento, nao ira requerer Medidas Protetivas de Urgencia, tomando ciencia que o prazo para
 representar criminalmente e de seis meses; QUE a declarante ja esta inscrita no processo de guarda dos filhos; E
 nada mais disse e encerrou-se o presente BO.//

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER DE FORTALEZA
 RESPONSÁVEL PELO REGISTRO: P. O. 8
 MATRÍCULA: 198210-1-3
 RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO: X
 VISTO DO DELEGADO(A):

02/08/11 -> Rubi:
 pede audiência
 para reunir-se
 p/ Ex. Xuxa,
 dia 04/08, às
 10:00h.

BOLETIM 2
 0

Histórico

Afirma a declarante: QUE e casada ha 07 anos com [redacted] mas o relacionamento ja dura 17 anos; QUE tem 4 filhos menores de idade com o referido [redacted] CARVALHO DE OLIVEIRA- 15 ANOS, [redacted] CARVALHO DE OLIVEIRA- 14 ANOS, [redacted] CARVALHO DE OLIVEIRA e [redacted] CARVALHO DE OLIVEIRA- 04 ANOS); QUE a casa onde residem e do casal; QUE ja sofreu agressao fisica por parte do referido, mas nunca havia registrado BO em desfavor do mesmo; QUE ha 7 anos, o referido nao mais ingeria bebida alcoolica, mas desde o dia 19/10/2011, o referido tem feito uso de bebida alcoolica e remedios controlados; QUE o referido faz tratamento no CAPS; QUE o referido diz "que se a declarante o deixar, vai se matar"; QUE familiares da declarante dizem "que tem medo que o referido se mate" e querem que ela fique em casa com o mesmo; QUE o referido e bastante ciumento; QUE na data acima citada, o referido disse "que se a declarante saisse de casa, teria coragem de mata-la e em seguida, se mataria"; QUE o referido afirmou "que iria atear fogo em tudo na casa e se a declarante o denunciasse e ele fosse preso, a mataria"; QUE deseja uma audiencia com o referido nesta Especializada e no momento, nao ira requerer Medidas Protetivas de Urgencia, tomando ciencia que o prazo para representar criminalmente e de seis meses; E nada mais disse e encerrou-se o presente BO.//

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER DE FORTALEZA
 RESPONSÁVEL PELO REGISTRO: [redacted]
 MATRÍCULA: 155313-1-2
 RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO: [redacted]
 VISTO DO DELEGADO(A): [redacted]

*Carvalho de Oliveira
 26/10/11 -> Dele-
 guado nos ou-
 porem, nao era
 ajuizado a Defesa
 na Publica.*

DEFESA DA MULHER DE FORTALEZA

Pág. 1 de 1

Impressa em 21/10/2011 09:33

BOLETIM 3

HISTÓRICO

A declarante disse: QUE, na data acima citada seu cunhado
 em tom ameaçador disse para a declarante que no dia 19/10/2011 irá cortar a luz e a água da
 casa da mesma, pois quer que a mesma desculpe a casa; QUE, deseja uma audiência nesta DP; QUE, no momento
 não deseja requerer Medidas Protetivas de Urgência prevista na Lei Maria da Penha (11.340/06); QUE, nesta
 delegacia tomou ciência que o prazo para representar criminalmente é de seis meses contados da data do fato; E,
 nada mais disse encerrou-se o presente Boletim de Ocorrência.//11111

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER DE FORTALEZA
 RESPONSÁVEL PELO REGISTRO: *S*
 MATRÍCULA: 135625-1-2
 RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO :
 VISTO DO DELEGADO(A) :

26/10/11 = 7. dia
ligado mulher
cie, pois ela
minha deleg/Rep
sona pública

BOLETIM 4

FORTALEZA CE BRASIL

Telefone: _____

Histórico

A declarante disse: QUE, é casada há cinco anos com _____, com o qual não tem filhos; QUE, aproximadamente há quatro meses o referido mudou o comportamento e passou a agredi-la verbalmente, inclusive com palavras de baixo calão; QUE, aproximadamente há um mês tornou mais agressivo na relação afetiva; QUE, por algumas vezes o referido manteve relações sexuais de forma bruta com a declarante, sem o consentimento da mesma; QUE, durante a relação sexual o referido ainda costuma chamá-la de "RAPARIGA, PROSTITUTA", entre outras palavras de baixo calão; QUE, _____ mudou o comportamento a partir dos contatos com outras mulheres na internet; QUE, a declarante tem conversas gravadas no celular e na internet do referido com outras mulheres, indo em contra a doutrina religiosa que os mesmos seguem a dos princípios éticos e morais da família; QUE, a declarante deseja que _____ seja chamado a esta unidade policial; QUE, o referido reside na rua Tomás Lopes, nº 129, Praia de Iracema; QUE, no momento não deseja requerer Medidas Protetivas de Urgência prevista na Lei Maria da Penha (11.340/06); QUE, nesta delegacia tomou ciência que o prazo para representar criminalmente é de seis meses contados da data do fato; E, nada mais disse encerrou-se o presente Boletim de Ocorrência.//////

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER DE FORTALEZA

RESPONSÁVEL PELO REGISTRO: _____

MATRÍCULA: 155318-1-9

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO: _____

VISTO DO DELEGADO(A): _____

BOLETIM 5

DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER DE FORTALEZA

Pág. 1 de 1

...ninguém mexer no seu celular, pois tem alguma coisa, QUE, no momento
 declarante iria se encontrar com os homens; QUE, a declarante disse que iria denunciá-lo; QUE, o referido disse
 que se a declarante o denunciasse quebraria as suas pernas; QUE, aproximadamente há quinze dias
 disse para a genitora que se a declarante não voltasse logo para casa mataria ou ela (no caso a genitora) ou a
 declarante; QUE, deseja que o referido seja chamado a esta unidade policial; QUE, o LEONARDO reside na rua
 Alvaro Maciel, nº 907, Pici; QUE, no momento não deseja requerer Medidas Protetivas de Urgência prevista na
 Lei Maria da Penha (11.340/06); QUE, nesta delegacia tomou ciência que o prazo para representar criminalmente
 é de seis meses contados da data do fato. E, nada mais disse encerrou-se o presente Boletim de
 Ocorrência.//////

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER DE FORTALEZA
 RESPONSÁVEL PELO REGISTRO: Alvare
 MATRÍCULA: 155318-1-9
 RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO: α
 VISTO DO DELEGADO(A): _____

BOLETIM 6

RESUMO

Afiana a declarante: QUE vive maritalmente há 09 anos com SILVA, QUE tem 2 filhos menores de idade com o referido ANOS e A SILVA- 04 ANOS); QUE a casa onde residem o do casal; QUE ja registrou BO em desfavor do referido; QUE quando o referido ingere bebida alcoolica, se torna agressivo; QUE o referido ja amecou a declarante, dizendo "que qualquer coisa, se for preso, quando se soltar, vai matar a declarante, que so se separa quando sair um caixao"; QUE na data acima citada, o casal teve uma discussao e o referido desferiu dois tapas na declarante, que conseguiu se esquivar e a empurrou contra a parede; QUE o referido chamou a declarante de "vagabunda, fuletagem"; QUE deseja uma audiencia com o referido nesta Especializada e no momento, nao ira requerer Medidas Protetivas de Urgencia, tomando ciencia que o prazo para representar criminalmente e de seis meses; E nada mais disse e encontrou-se o presente BO.////

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER DE FORTALEZA
 RESPONSÁVEL PELO REGISTRO: _____
 MATRÍCULA: 155313-1-2
 RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO: _____
 VISTO DO DELEGADO(A): _____

*27/07/11 => Reate
 pede medidas
 protetivas
 da Silva no dia 27/07/11
 às 8:30h.*

BOLETIM 7

Historico

A declarante disse:QUE, na data acima citada seu ex companheiro sapateiro de 29 anos com quem conviveu maritalmente por 05 anos e com quem tem uma filha de 05 anos de idade, adentrou na casa da mesma devolveu-lhe o colular que a declarante lhe deu de presente e lá com uma lâca em punho a colocou em seu rosto e a ameaçou dizendo que se a declarante fosse atrás do consórcio a mesma iria ver:QUE, a declarante afirma que há um mês e dez dias resolveu sair da casa onde vivia com o referido, pelo fato de não mais aguentar as bebedeiras do mesmo:QUE, afirma a mesma que ambos pagavam um consórcio que está em nome do referido de uma moto:QUE, deseja requerer a pensão alimentícia e guarda da filha bem como seus direitos perante a justiça:QUE, deseja uma audiência nesta DP:QUE, no momento não deseja requerer as MPU:QUE tomou ciência que o prazo para representar criminalmente é de seis meses a contar da data do fato: disse://////
 mais

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER DE FORTALEZA
 RESPONSÁVEL PELO REGISTRO: *80*
 MATRÍCULA: 135625-1-2
 RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO: *X*
 VISTO DO DELEGADO(A):

*26/10/11 => Leal
 de audiência, ce
 to reunida
 7/1 referencie la
 blica.*

BOLETIM 8

Histórico

Afirma a declarante: QUE ja registrou BO (135-1907/2011) em desfavor de seu marido podendo ser encontrado a Rua Joao Claudio, 224- Casa e Pesca; QUE tem 03 filhos com o referido; sendo dois maiores de idade (

); QUE o referido quer pegar o filho de 11 anos e diz "que a declarante e a filha nao tem direito a nada"; QUE o referido ja procurou o Conselho Tutelar, mas o filho de 11 anos nao quer ficar com o mesmo; QUE o referido nao ajuda nas despesas e em certa vez, de tanto a filha insistir, o mesmo fez umas compras; QUE o referido diz "que nao nao trabalha"; QUE a declarante soube que o referido faz viagens e o mesmo tem carro e uma empresa no nome dele; QUE na data acima citada, o referido foi a residencia da declarante para ver o filho; QUE o casal discutiu e a declarante ficou nervosa, pois toma remedios controlados; QUE a declarante jogou uma pedra no carro do referido; QUE a filha da declarante seguiu a mesma, para evitar problemas maiores; QUE o referido chamou a declarante de "cachorra" e disse "para o filho nao escuta-la"; QUE o referido disse a filha "que a declarante quebrou o vidro do carro do mesmo"; QUE a declarante deseja que a situacao se resolva o mais rapido e ja deu entrada no processo de pensao alimenticia; QUE no momento, nao ira requerer Medidas Protetivas de Urgencia, levando ciencia que o prazo para representar criminalmente e de seis meses; QUE quer uma audiencia com o referido neste Especializada. E nada mais disse e acrescentou-se o presente BO.//

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER DE FORTALEZA
RESPONSÁVEL PELO REGISTRO: *(assinatura)*
MATRÍCULA: 155313-1-2
RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO: *(assinatura)*
VISTO DO DELEGADO(A): _____

- 08/10/11 => o decanado foi notificado p/ telefone.

- 20/10/11 => Resposta apresentada aos meus superiores p/ Defensoria Publica. Pág. 1 de 1.

DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER DE FORTALEZA

Protocolo nº 127020/11 1104

BOLETIM 9

Histórico

Afirma a declarante: QUE viveu maritalmente por 06 anos com _____, podendo ser encontrado a Rua Santa Tereza, 209- Parque Leblon- Ipanema- Caticani; QUE (nao tem filhos com o referido); QUE a casa onde o referido esta residindo e do casal, mas como o mesmo colocou uma farda no pescoço da declarante, a mesma saiu da residencia e esta morando de aluguel e ja tentou entrar em acordo com o referido; QUE o relacionamento terminou ha 08 meses; QUE quando o referido ingere bebida alcoolica, se torna agressivo; QUE ja sofreu agressao fisica por parte do referido, registrando RO (133-3589/2011) em desfavor do mesmo; QUE o referido ameaçava a declarante, ligando para a mesma e dizia "que havia comprado um revolver, mostrou para uma pessoa conhecida e iria matar a declarante"; QUE a "tal pessoa" disse a declarante "que havia visto o revolver"; QUE na data acima citada, o referido estava proximo a residencia da mae da declarante; QUE a declarante estava distraida conversando com uma colega e o referido a surpreendeu, agredindo-a; QUE o referido, novamente, ameaçou a declarante, dizendo "que iria mata-la e sorte a dele nao esta armado"; QUE o referido foi embora e desde entao, nao mais se comunicou com a declarante; QUE no momento, nao ira requerer Medidas Protetivas de Urgencia, tomando ciencia que o prazo para representar criminalmente e de seis meses; QUE deseja uma audiencia com o referido nesta Especializada e nada mais disse e encerrou-se o presente BO.//

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER DE FORTALEZA
 RESPONSÁVEL PELO REGISTRO: _____
 MATRÍCULA: 155313-1-2
 RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO: _____
 VISTO DO DELEGADO(A): _____

28/10/11 => v. de -
 mulheres não
 comparecer. apenas
 dados ex. de
 corpo de delito.

BOLETIM 10

DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER DE FORTALEZA

Pág. 1 de 1

Impresso em: 18/10/2011 10:58

Telefone: 8837-4723

*Letícia Mendes de Almeida
dekor: 62 4 5000*

Histórico

A declarante disse: QUP, é casada há dez anos com _____ com o qual tem dois filhos: _____
 06 anos e _____ 04 anos. QUE, estão separados de corpos há
 onze meses, todavia a declarante só deixou a residência há três meses; QUE, o referido bebe e quando
 embriagado torna-se agressivo e por várias vezes sofreu agressões verbais por parte do mesmo; QUE,
 não aceita a separação; QUE, a declarante passou a se relacionar com outra pessoa, todavia o
 referido (não) aceita tal fato; QUE, ontem, 19/11/2013, por volta das 22:00h, EDNALDO foi à residência da
 declarante e novamente a agrediu verbalmente chamando-a de "VAGABUNDA, VADIA, PILANTRA", entre
 outros, chutando ainda o portão; QUE, deseja que o referido seja chamado a esta Especializada, QUE, o referido
 reside na rua Martins de Carvalho, nº 435, bairro Rom Jardim; QUP, no momento (não) deseja requerer MEDIDAS
 PROTETIVAS DE URGÊNCIA prevista na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006); QUE, tomou ciência que o
 prazo para representar criminalmente é de seis meses contados da data do fato; E, nada mais disse encerrou-se o
 presente Boletim de Ocorrência.///////

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER DE FORTALEZA
 RESPONSÁVEL PELO REGISTRO:

→ DPW 13 →

BOLETIM 11

Histórico

A declarante disse:QUE,é casada com despachante de cargas de 44 anos com quem tem duas filhas de 23 e 15 anos de idades;QUE,o referido mesmo sem ingerir bebida alcoólica é grosseiro com a mesma, o qual a agride verbalmente, diz que a mesma tem outros homens,já lhe fez ameaças de agredi-la fisicamente e de matá-la;QUE, afirma que dia 08/12/2013 entrou de plantão por volta das 19:00hs no Hospital Pronto Socorro dos Acidentados,a qual comunica que foi importunada pelo referido que a ligava de dois em dois minutos, a qual afirma que de tanta insistência dele o atendeu e o informou que estava com paciente,porém ele não deixou de importunar e, na data acima citada e horário atendeu outra ligação e o comunicou que iria denunciá-lo nesta Especializada, no entanto,ele disse que a declarante não precisava denunciá-lo e se fosse prestar a queixa ele viria com a mesma e acrescentou que iria sair de casa;QUE,no momento não deseja requerer medidas protetivas de urgência prevista na Lei Maria da Penha (LEI 11.340/2006)e sim uma audiência nesta DP;QUE, tomou ciência que o prazo para representar criminalmente é de seis meses contados da data do fato,E,nada mais disse encerrou-se o presente boletim de ocorrência////////

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER DE FORTALEZA
RESPONSÁVEL PELO REGISTRO: *[assinatura]*

BOLETIM 12



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Histórico

A declarante disse:QUE,faz aproximadamente um mês que se distanciou de seu marido SOUSA COSTA, porteiro com quem tem uma filha de 21 anos de idade, pelo fato dele dizer que a mesma tem outros homens e por persegui-la em seu local de trabalho, a qual afirma ainda que está cuidado de seu genitor, pois seu pai teve um AVC, comunicando ainda que só retorna para casa quando o referido não está na residência, o qual diz que a declarante se arreire de casa com a filha de ambos,porque a casa é dele e que ele não irá sair da residência;QUE,no momento não deseja requerer medidas protetivas de urgência prevista na Lei Maria da Penha (LEI 11.340/2006)e sim uma audiência nesta Especializada;QUE, tomou ciência que o prazo para representar criminalmente é de seis meses contados da data do fato;E nada mais disse encerrou-se o presente boletim de ocorrência////////

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER DE FORTALEZA
RESPONSÁVEL PELO REGISTRO: 

BOLETIM 13

FORTALEZA CE BRASIL

Histórico

Medidas de urgência

A declarante disse: QUR, convive maritalmente há 10 anos com, usuário de bebida alcoólica com quem não teve filhos; QUE, o referido faz confusão dentro de casa com a declarante, a agride verbalmente, diz que a mesma tem machos, ameaça de batê-la, de matá-la e ainda comenta no bar que vai matar a mesma; QUE, na data acima citada o referido a agrediu verbalmente, ameaçou-a de agredi-la fisicamente e ainda acrescentou que seus dias estavam contados; QUE, afirma que não dormiu em casa por receio do referido lhe fazer algo de pior, porém deseja retornar para o lar; QUR, deseja requerer Medidas Protetivas de Urgência prevista na Lei Maria da Penha (11.340/06) e também uma audiência nesta DP; QUE, nesta delegacia tomou ciência que o prazo para representar criminalmente é de seis meses contados da data do fato; E, nada mais disse encerrou-se o presente Boletim de Ocorrência.////////

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER DE FORTALEZA
 RESPONSÁVEL PELO REGISTRO: 

BOLETIM 14

Histórico

Afirma a declarante: QUE conviveu maritalmente por 10 anos com ANOS, Aux. produção; QUE tem 01 filha menor de idade 30
 QUE o referido ingere bebida alcoolica e faz uso de entorpecentes; QUE o referido normalmente é agressivo; - 05 ANOS);
 QUE na data acima citada o referido ligou para a declarante para ameaça-la dizendo "se eu te pegar você vai ver"; QUE o referido agrediu a declarante verbalmente; QUE a declarante afirma que sofre de ataques epileticos;
 QUE por conta disso o referido fica chamando a declarante de "doida"; QUE o referido não ajuda a declarante com as despesas da criança; QUE a declarante já entrou na justiça para pedir pensão alimenticia; QUE o referido anteriormente já agrediu a declarante fisicamente, porém a declarante nunca registrou BO em desfavor do referido; QUE deseja uma audiencia nesta especializada; QUE no momento não ira requerer Medidas Protetivas de urgencia, tomando ciencia que o prazo para representar criminalmente é de seis meses, E nada mais disse e encerrou-se
 o presente BO//////////

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER DE FORTALEZA

23/01/13

BOLETIM 15

Histórico

DISSE QUE convive maritalmente com [redacted] há 29 anos, com quem
teve três filhos, apenas dois menores de idade, quais sejam: [redacted] 14 anos e
[redacted], 15 anos de idade; QUE há oito anos, [redacted] ingere bebida alcoolica
diariamente e não trabalha, ficando todo o sustento da casa a cargo da declarante; QUE [redacted] no dia, hora
e local acima identificados, agrediu verbalmente a declarante, proferindo palavras de baixo calão, tais
como: "SAPATÃO", "PROSTITUTA", "RAPARIGA", "SEM VERGONHA", dentre outros; QUE esse tipo de
agressão verbal são corriqueiras e cotidianas e a declarante não aguenta mais essas humilhações; QUE é bom
dizer, que por vezes CLÁUDIO ameaça a declarante de morte, quando diz que quer matá-la; QUE no momento
não deseja representar criminalmente em desfavor do referido; QUE por ora não deseja requerer Medidas
Protetivas de Urgência; QUE deseja uma audiência preliminar nesta Delegacia Especializada devidamente
marcada para o dia 26/11/2013 às 08h00min. E nada mais disse.

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER DE FORTALEZA

BOLETIM 16



GOVERNO DO ESTADO DO CEARA
SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA E DEFESA SOCIAL
POLICIA CIVIL
DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER DE FORTALEZA

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 303 - 353 / 2013

Handwritten: 23/09/13 9.30h

Histórico

A declarante disse que convive maritalmente com o 47 ANOS Acerca de 11 anos , com o qual tem 04 filhos menores; QUE o referido bebe e muito; QUE na data acima citada o referido agrediu verbalmente a declarante chamando a mesma de vagabunda, puta e outras palavras de baixo calão; QUE não deseja requerer medidas protetivas de urgência prevista na lei maria da penha (11.340/06); QUE deseja que o mesmo seja chamado a esta especializada para uma audiência; QUE, nesta delegacia tomou conhecimento que o prazo para representar é de seis meses contados da data do fato e nada mais disse!!!!!!!

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER DE FORTALEZA
DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER DE FORTALEZA

Handwritten: 21/09/13 =>

BOLETIM 17

BOLETIM 38



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL

DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER DE FORTALEZA

Histórico

D 9611-4703

A declarante disse que conviveu maritalmente com o
Acerca de 09 ANOS , com o qual tem um filho menor ; QUE na data acima citada o referido ameaçou a
declarante de morte e de levar o filho dos dois para SÃO PAULO; QUE o referido agrediu verbalmente a
declarante chamando a mesma de PUTA e outras palavras de baixo calão; QUE o referido expulsou a declarante
e o filho de casa e a mesma está de favor na casa de uma amiga; QUE não deseja requerer medidas protetivas de
urgência prevista na lei maria da penha (11.340/06); QUE deseja que o mesmo seja chamado a esta especializada
para uma audiência; QUE, nesta delegacia tomou conhecimento que o prazo para representar é de seis meses
contados da data do fato e nada mais disse.//////

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER DE FORTALEZA

23/01/32

Histórico

A declarante disse: QUE, é casada legalmente com o _____, acerca de 25 anos, com o qual tem 1 filha; QUE, estão separados de corpos há mais de 10 anos; QUE, na data acima citada, sem que houvesse nenhum motivo, passou a ofender a declarante e sua filha chamando-as de RAPARIGA, PUTA, entre outras palavras de baixo calão; QUE, acordo com o mesmo, quando ele conheceu a vítima ela era uma "mulher da vida" (prostituta); QUE, durante o casamento de ambos o Sr. FRANCISCO, teve varias amantes, sendo que todas as vezes que terminava os relacionamentos, voltava para a casa da declarante; QUE, a depoente relata que o referido ainda afirmou que quebraria os objetos da casa da declarante; QUE, a vítima não aguenta mais passar por essa situação e teme por sua integridade física e de sua família; QUE, no momento não irá requerer Medidas Protetivas de Urgência prevista na Lei Maria da Penha (11.340/06) e sim uma audiência preliminar nesta delegacia Especializada; QUE, nesta delegacia tomou ciência que o prazo para representar criminalmente é de seis meses contados da data do fato; E, nada mais disse encerrando-se o presente Boletim de Ocorrência.///////

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER DE FORTALEZA
RESPONSÁVEL PELO REGISTRO: _____

BOLETIM 19

26/11/11
M. T. S.

BOLETIM 20

Histórico

A declarante disse: QUE, é casada há quatro anos com maritalmente há vinte e dois anos com o referido, tendo dois filhos com o mesmo; QUE, aproximadamente há dois anos o referido tornou-se agressivo e passou a agredi-la física e verbalmente; QUE, o referido costuma mandar a declarante sair de casa e diz que ela não tem direito a nada; QUE, o referido a acusa de traição e costuma dizer que vai mandar matá-la e que a morte para ela é pouco; QUE, ontem, 18/11/2013, por volta das 18:00h, sem motivo algum, ANTONIO agrediu a declarante com três tapas no rosto; QUE, no momento da agressão a boca da vítima sangrou; QUE, a declarante foi ao 11º DP onde registrou BO de nº 111-11705/2013; QUE, foi expedido Guia de Corpo Delito; QUE, deseja que o referido seja chamado a esta Especializada; QUE, no momento não deseja requerer MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA prevista na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006); QUE, tomou ciência que o prazo para representar criminalmente é de seis meses contados da data do fato; E, nada mais disse encerrou-se o presente Boletim de Ocorrência.//

Handwritten notes:
 não foi possível
 abrir o arquivo
 dessa BO
ainda convive

DELEGACIA DE POLÍCIA

Histórico

Diz a declarante que no dia 05/12/2013 por volta das 19:00h seu companheiro se encontrava num bar proximo de casa embriagado e ligou para a declarante para ir buscá-lo, pois segundo ele estava passando mal;QUE a declarante quando estava saindo de casa de casa para ir buscá-lo, foi abordada por ele, o mesmo passou a apertar seu pescoço e lhe arrastou para dentro de casa, ela começou a gritar por socorro, um vizinho chegou e o acalmou, ela disse que ligou para o 190 por 15 vezes e ninguém apareceu;QUE no mesmo dia já havia estado nesta delegacia e havia registrado uma lesão causada por ele;QUE requereu medidas e recebeu a guia ao IML,e não fez o exame pois ia fazer hoje pela manhã;QUE hoje se dirigiu ao 5º DP e foi orientada pela delegada para vir para esta especializada para resolver o caso, no momento chegou também, mas não lhe dirigiu nenhuma ofensa;QUE não quer que ele seja preso, apenas que o oriente que ele não vá mais para sua casa, pois não o quer mais;QUE tomou conhecimento de que o prazo para representar é de 6 meses a contar da data do fato;QUE nada mais disse.////

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER DE FORTALEZA
RESPONSÁVEL PELO REGISTRO: < -

BOLETIM 21

Histórico

conferir co

A declarante afirma: QUE é casada há seis meses com o - 26
 ANOS, sendo que já convivem juntos há dez anos; QUE tomou conhecimento que seu esposo mantém um
 relacionamento extra-conjugal com outra mulher, razão pela qual desde então não convivem mais como marido e
 mulher; QUE desde então seu esposo mudou o comportamento e passou exigir e pressionar psicologicamente a
 declarante para que esta saia do imóvel do casal; QUE na data e horário acima citados, telefonou para
 declarante exigindo que a mesma não fosse para o referido imóvel, alegando também que ela era uma intrusa,
 desconhecida e não era bem-vinda ali; QUE além disso, seu esposo afirmou que se a declarante fosse para justiça,
 esta era uma guerra e ele seria capaz de tudo; QUE não deseja requerer MEDIDA PROTETIVA DE
URGÊNCIA prevista na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) em desfavor de seu esposo; QUE, tomou ciência
 que o prazo para representar criminalmente é de seis meses contados da data do fato; E nada mais disse,
 encerrando-se o presente Boletim de Ocorrência.//////////

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER DE FORTALEZA
RESPONSÁVEL PELO REGISTRO: *Galma R*
 MATRÍCULA: 40433-1-3

04/11/2011

BOLETIM 22

Juliana *12/06/2010* *Delegacia* *Impetora* *de* *Defesa* *da* *Mulher*
de *Fortaleza*
Histórico

A declarante disse que na data acima citada, recebeu um telefonema de seu ex-companheiro o qual afirmava que iria matar a declarante, a filha de ambos e que em seguida se mataria; QUE, disse que mataria a registrante na frente da filha; QUE, na ocasião o mesmo ainda chamou a declarante de imfil, irresponsável, etc; QUE, ambos estão separados há 06 meses, sendo que o referido usa a filha para importunar a registrante; QUE, em determinada situação o Sr. afirmou que levaria a filha a uma delegacia, para que a criança testemunhasse, à respeito de uma briga entre o mesmo e o irmão da declarante; QUE, a registrante não aguenta mais passar por essa situação, pois teme por sua integridade física e de sua filha, já que no passado já foi agredida e quase atropelada pelo mesmo; QUE, no momento não irá requerer MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA prevista na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006); QUE, tomou ciência que o prazo para representar criminalmente é de seis meses contados da data do fato. E nada mais disse

encerrou-se o presente Boletim de Ocorrência//////////

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER DE FORTALEZA

BOLETIM 23



GOVERNO DO ESTADO DO CEARA
SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA E DEFESA SOCIAL
POLICIA CIVIL

Histórico

A declarante disse: QUE, é casada há 24 anos com o SR : 46
ANOS e com o mesmo dois filhos ; QUE, na data acima citada o referido ameaçou a declarante dizendo que iria
agredi-la fisicamente; QUE, o referido ameaça de agredir os filhos fisicamente; QUE o referido ainda agredi
verbalmente toda a família; QUE não deseja requerer Medidas Protetivas de Urgência prevista na Lei Maria da
Penha (11.340/06); QUE, deseja que o mesmo seja chamado a esta especializada para uma audiência; QUE, nesta
delegacia tomou ciência que o prazo para representar criminalmente é de seis meses contados da data do fato; E,
nada mais disse encerrou-se o presente Boletim de Ocorrência.////////

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER DE FORTALEZA

23/01/13

BOLETIM 24